

Sillogés

Revista do GT Acervos: história, memória e patrimônio
Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul
Volume 1, número 1, janeiro – julho 2018

Porto Alegre

ISSN 2595-4830 (Online)

Sillogés	Porto Alegre	v. 1	n. 1	p.136	jul. 2018
----------	--------------	------	------	-------	-----------



Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul

Diretoria da ANPUH-RS (Gestão 2016-2018)

Presidente: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS)

Vice-Presidente: Prof. Dr. Charles Monteiro (PUCRS)

1.º Secretário: Prof. Dr. Éverton Reis Quevedo (Memória e Cultura Unimed/RS)

2.ª Secretária: Profa. Dra. Caroline Pacievitch (UFRGS)

1.º Tesoureiro: Profa. Ms. Sherol dos Santos (EEEF Planalto Canoense)

2.ª Tesoureira: Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva (UFSM)

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Iran Ribeiro (UFSM)

Prof. Dr. Fábio Kühn (UFRGS)

Prof. Dr. Olgario Paulo Vogt (UNISC)

Equipe Editorial Sillogés

Marcelo Vianna

Angela Beatriz Pomatti

Luciana da Costa de Oliveira

Cristiano Enrique de Brum

Éverton Reis Quevedo

Conselho Editorial Sillogés

Charles Monteiro (PUCRS)

José Roberto Severino (UFBA)

Márcia Regina Romero Chuva (UNIRIO)

Zita Rosane Possamai (UFRGS)

Capa: Cristiano Enrique de Brum/Marcelo Vianna

Design: Cristiano Enrique de Brum/Marcelo Vianna

Editoração: Marcelo Vianna

Imagem capa: Boy reading "History of London":

London bookshop after German bombing, 08.10.1940. AP Images



Grupo de Trabalho Acervos: história, memória e patrimônio

Coordenador: Marcelo Vianna (IFRS/Unisinos)

Vice-coordenadora: Angela Beatriz Pomatti (MUHM)

Secretária: Luciana da Costa de Oliveira (IFRS)

Correspondência

Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul / GT Acervos

Rua Caldas Júnior, 20 – Sala 24 – Centro Histórico - 90010-260

Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

Site: <http://acervosrs.blogspot.com/>

Email: gtacervos@gmail.com

© GT Acervos: história, memória e patrimônio (2018)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

Sillogés: Revista do GT Acervos: história, memória e patrimônio / Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul. Vol.1, n. 1 (jan. 2018). Porto Alegre (RS): ANPUH/RS, 2018- v. : il.

Semestral

Vol. 1, n. 1 (2018)-

Disponível em: <https://goo.gl/RrEh9e>

1. Arquivologia. 2. Educação. 3. História. 4. Museologia.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Sumário

Editorial	7
Apresentação <i>Éverton Reis Quevedo</i> <i>Véra Lucia Maciel Barroso</i>	9
Un patrimoine du troisieme type <i>Hugues de Varine</i>	13
Preparando o terreno e primeira sementeira: o Seminário de Petrópolis (1983) <i>Maria de Lourdes Parreiras Horta</i>	23
Educação Patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de <i>patrimonialização</i> federal <i>Átila Bezerra Tolentino</i>	41
Passados compostos e decompostos: o patrimônio cultural em tempos de memória e desmemória <i>Janice Gonçalves</i>	61
Movimento internacional de virtualização da memória e interfaceamento da cultura <i>Priscila Chagas Oliveira</i>	75
Preservação de documentos arquivísticos digitais: introdução à gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais <i>Humberto Celeste Innaelli</i>	99
Outras perspectivas sobre a história política regional do Rio Grande do Sul através dos acervos pessoais de Leopoldo Petry, Carlos de Souza Moraes e Theodomiro Porto da Fonseca <i>Rodrigo Luís dos Santos</i>	115

Summary

Editorial	7
Introduction <i>Éverton Reis Quevedo</i> <i>Véra Lucia Maciel Barroso</i>	9
A heritage of the third type <i>Hugues de Varine</i>	13
Preparing the ground and first sowing: the Workshop in Petrópolis, RJ, 1983 <i>Maria de Lourdes Parreiras Horta</i>	23
Decolonial heritage education: perspectives and obstacles in federal patrimonial practices <i>Átila Bezerra Tolentino</i>	41
Composed and decomposed pasts: cultural heritage on memory and no-memory times <i>Janice Gonçalves</i>	61
International movement of virtualization of memory and interfacing of culture <i>Priscila Chagas Oliveira</i>	75
Digital records preservation: introduction of the management of the digital records preservation <i>Humberto Celeste Innaelli</i>	99
Other perspectives on the regional political history of Rio Grande do Sul through the personal collections of Leopoldo Petry, Carlos de Souza Moraes and Theodomiro Porto da Fonseca <i>Rodrigo Luís dos Santos</i>	115

DOSSIÊ
RELEITURAS DO PASSADO NO PRESENTE:
MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO

Editorial

Sillogés – palavra do grego antigo que remete à coleção, ao ato de colecionar. Palavra que, em sua ampla significação, encerra a grande proposta desse periódico que, festivamente, se apresenta em sua primeira edição: colecionar textos. Interconectados por fios invisíveis, os objetos dessa *coleção* dialogam através de tempos, memórias, disciplinas. Se potencializam a partir de novas problematizações acerca de velhos temas. Como uma *coleção*, *Sillogés* busca no entremeio dos fios e rastros dos acervos, das fontes e do patrimônio, sua forma e seu conteúdo.

Assim, é com grande satisfação que o *Grupo de Trabalho Acervos: História, Memória e Patrimônio*, com apoio da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS)¹, apresenta a primeira edição de *Sillogés*. Periódico que, ao mesmo tempo em que busca montar *coleções*, as transforma em objeto de estudo e pesquisa. Mais que isso, as utiliza como base de debates atuais que percebem nos diversos tipos de acervos e na multiplicidade documental que salvaguardam, novos e inquietantes objetos de estudo. Por tal razão, o diálogo transdisciplinar é de grande relevância para a montagem – e desmontagem – da *coleção*.

Esperamos que todos possam, de alguma maneira, contribuir para que, cada vez mais, a memória assentada na poeira dos espaços de pesquisa (quem sabe de acervos, pois a palavra pesquisa vem a seguir) se transforme em problema, em pesquisa, em discussão e debate. Essa intenção encontrou ressonância com o dossiê dessa edição, organizado pelos historiadores Véra Lucia Maciel Barroso e Éverton Reis Quevedo, aos quais somos agradecidos pela proposta. E, sem dúvida, será este o espírito das futuras edições, buscando consolidar a *Sillogés* como um espaço para compartilhar e suscitar reflexões sobre acervos nas diferentes perspectivas da História, da Memória e do Patrimônio.

Desde já desejamos boas vindas e vida longa à *coleção*.

Angela Beatriz Pomatti
Cristiano Enrique de Brum
Éverton Reis Quevedo

Luciana da Costa de Oliveira
Marcelo Vianna
Editores

¹ O GT Acervos agradece o apoio prestado pela Diretoria da ANPUH-RS (2016-2018), através de seu presidente Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, para viabilização da *Sillogés*.

Apresentação

O GT Acervos da ANPUH/RS inaugura a revista *Sillogés*, uma publicação em defesa do patrimônio documental do Rio Grande do Sul, através do Dossiê *“Releituras do passado no presente: memória, patrimônio e educação”*, em lançamento no XIV Encontro Estadual de História, da Associação Brasileira de História – seção Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre, entre os dias 24 e 27 de julho de 2018, na Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PUCRS.

Após tantos anos de atuação, de militância dedicada aos acervos, já era tempo de tecer e compartilhar conhecimento com os veteranos que atuam com o patrimônio cultural, assim como com os que estão chegando, e se situando nos equipamentos de memória

O número inaugural da Revista, conta com articulistas convidados, de reconhecida atuação nos cenários patrimoniais aos quais vêm se dedicando.

A participação internacional vem da França. Voltado à museologia comunitária, Hugues de Varine tem sido no Brasil uma referência proeminente no campo do patrimônio e da memória coletiva. Nesta oportunidade, sua contribuição destaca preocupações do tempo presente, diante dos desafios da era digital, alertando para “a vigília patrimonial” e a necessidade de se constituir um “banco de dados patrimoniais”, no cotidiano das práticas de trabalho com bens culturais.

No âmbito nacional, a consagrada museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta traz seu texto inaugural da Educação Patrimonial no Brasil. Em Petrópolis/RJ, em julho de 1983, ela apresentou as referências desta metodologia, hoje tão consagrada nos equipamentos de memória do país. Trata-se de um texto clássico, revestido de atualidade, além de comemorativo aos 35 anos de seu lançamento, que em boa hora ela retoma e compartilha com profissionais que vêm atuando com educação para o passado.

Átila Bezerra Tolentino debate os desafios da Educação Patrimonial pautada pela perspectiva decolonial, conceito tratado à luz de autores que ele contempla e examina. Aborda a invenção do patrimônio cultural brasileiro e sua gênese colonialista, fazendo no seguimento a defesa de uma epistemologia que contemple a ecologia de saberes, baseado no reconhecimento da pluralidade e da diversidade de conhecimentos heterogêneos. A sua abordagem propõe a Educação Patrimonial decolonial como projeto ético-político.

Em seguimento, Janice Gonçalves toma a palavra, informando que realiza uma breve reflexão sobre os papéis e os significados atribuídos à memória e como têm sido articulados ao patrimônio cultural, nas últimas décadas. Para tanto, ela dialoga com autores que no tempo presente vêm tratando de patrimônio cultural e memória. Sua preocupação volta-se, sobretudo, para os desafios das políticas públicas de memória, pautadas pela ética e por princípios democráticos.

Na atualidade, diante dos riscos da perda de patrimônio digital, urge tratar da virtualização da memória, tema abordado por Priscila Chagas Oliveira. No contexto tecnológico contemporâneo da cultura digital, a autora chama a atenção sobre criação e/ou adaptação de diversos museus, bibliotecas e acervos para a linguagem eletrônica, o que vem dando novos contornos no campo de estudo acerca da memória social. Para ilustrar esse fenômeno recorrente, a autora traz quatro casos do campo museológico e patrimonial.

No trato dos acervos arquivísticos, a contribuição de Humberto Celestre Innarelli transita para o futuro, no presente, diante da necessidade premente de se adotar condutas seguras sobre a preservação de documentos digitais. Nessa direção, o autor aborda questões relacionadas às teorias e práticas arquivísticas e às tecnologias da informação e da comunicação, o que, sem dúvida, vem para contribuir no debate sobre o desenvolvimento de modelo conceitual de gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais,

Finalmente, Rodrigo Luís dos Santos examina a importância dos acervos pessoais para novos olhares e reinterpretações no campo historiográfico, a partir de uma análise crítica de seus processos de organização e dos documentos neles contidos. Tendo como cenário o Rio Grande do Sul, nas décadas de 1930 e 1940, a abordagem contempla três acervos pessoais de personagens sociais, políticos e intelectuais, ativos no período.

Esta edição especial foi arquitetada, portanto, com a perspectiva de abranger antigas e novas demandas diante dos fazeres do campo do patrimônio, em diferentes suportes de memória.

Inicialmente, tivemos a intenção de atualizar o debate em torno de conceitos básicos que fundamentam o trabalho com a memória e a educação para o passado, sem

perder de vista o lançamento da aplicação da Metodologia da Educação Patrimonial no Brasil, na década de 1980.

O fazer museológico é contemplado com reflexões que potencializam o debate na era da comunicação digital, imperativo urgente para tomada de posição e condutas seguras de preservação da memória.

Aos que militam em arquivos, propomos, diante do desafio contemporâneo pautado pela comunicação virtual, uma reflexão para enfrentar a preservação de acervos eletrônicos, além dos tradicionais documentos arquivísticos. A virtualização da memória vem preocupando os profissionais de acervos diante dos riscos “do esquecimento”, lançando-se aqui um convite ao leitor para a reflexão e tomada de atitudes frente aos novos riscos de perda de bens patrimoniais digitais.

E tratar de acervos pessoais constitui tarefa desafiadora que merece todo cuidado e atenção. Exemplos de seu tratamento podem balizar práticas e inovar métodos de pesquisa, além de animar a produção de conhecimento, o que pode ser verificado neste número inaugural da revista.

Promover a consciência da preservação e o sentido de pertencimento aos bens culturais é tarefa de muitos para todos. E, para tanto, esta revista nasceu, para ficar e cumprir com seu objetivo basilar: estimular a preservação de acervos, a partir do diálogo interdisciplinar e a divulgação de trabalhos que militem em defesa do patrimônio cultural.

Sillogés, inicia, pois, a sua trajetória com boas companhias, aos quais a organização do dossiê agradece e compartilha as contribuições que os autores oferecem a todos que vêm pautando suas condutas e práticas profissionais em defesa da preservação de documentos, nos diferentes suportes de memória.

Éverton Reis Quevedo
Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadores

UN PATRIMOINE DU TROISIEME TYPE

UM TERCEIRO TIPO DE PATRIMÔNIO

Hugues de Varine¹

Résumé

Si l'on considère le patrimoine naturel et culturel, sous toutes ses formes, comme une richesse de nos sociétés et un capital pour leur développement, on doit prendre en compte, non pas deux, mais trois types de patrimoine: celui qui est reconnu et protégé par les lois nationales et internationales, celui qui est vivant et qui fait partie de notre environnement quotidien, enfin l'invisible, qu'il est apparemment inutile de reconnaître comme tel, mais qui pourrait devenir une part importante du patrimoine de demain. S'il existe des solutions pour la connaissance et la mise en valeur des deux premiers types de patrimoine, le troisième nous pose le double problème de son repérage et de sa conservation sous forme virtuelle. L'article tente d'esquisser des pistes pour répondre à ces problèmes.

Mots-clés: Veille patrimoniale. Patrimoine vivant. Patrimoine caché. Banque de données patrimoniales. Numérisation de la mémoire.

Resumo

Se considerarmos o patrimônio natural e cultural, sob todas as suas formas, como uma riqueza de nossas sociedades e um capital para seu desenvolvimento, deve-se levar em conta não dois, mas três tipos de patrimônio: aquele é reconhecido e protegido por leis nacionais e internacionais, aquele que é vivo e que faz parte de nosso ambiente cotidiano, e, finalmente, o invisível, que é aparentemente inútil de reconhecer como tal, mas que poderia se tornar uma parte importante do patrimônio do futuro. Se existem soluções para o conhecimento e a valorização dos dois primeiros tipos de patrimônio, o terceiro coloca o duplo problema de sua identificação e de sua conservação na forma virtual. O artigo tenta esboçar algumas pistas para responder a esses problemas.

Palavras-chave: Vigília patrimonial. Patrimônio vivo. Patrimônio escondido. Banco de dados patrimoniais. Digitalização da memória

Le patrimoine est un terme qui, dans le vocabulaire courant, représente l'ensemble des biens possédés par une personne, ou par une famille, hérités ou acquis, qui sont susceptibles d'être transmis, généralement aux descendants. Depuis environ un siècle et demi, ce mot est aussi utilisé par des philosophes, des chercheurs, des politiques, des militants de la société civile pour désigner un *bien commun*, d'origine naturelle ou

¹ Hugues de Varine a été directeur du Conseil International des musées (ICOM) de 1985 à 1974, puis consultant en développement local et action communautaire. Il est l'auteur de: *La culture des autres*. Paris : Le Seuil, 1976; *O Tempo Social*. Rio de Janeiro: Eça, 1987; *As Raízes do futuro*. Porto Alegre : Medianiz, 2012; *L'écomusée, singulier et pluriel*. Paris : L'Harmattan, 2017. Contato: huguesdevarine@gmail.com

culturelle, ancien ou récent, utilisé ou non, qu'il convient de reconnaître et de préserver pour en jouir collectivement et le transmettre aux générations futures.

Avec l'élévation du niveau de vie et d'éducation dans tous les pays, et aussi avec la globalisation des cultures et des échanges, cette conception du patrimoine s'est généralisée dans la classe moyenne supérieure des pays industrialisés et émergents. Elle a donné naissance à des pratiques liées aux loisirs et au tourisme, avec des conséquences économiques considérables qui ont elles-mêmes entraîné l'adoption de politiques locales, nationales et internationales de protection et de valorisation de ce bien commun, à des fins d'identité nationale, d'image et d'attraction touristique.

Cependant le patrimoine reste un terme générique, vague et relativement abstrait, qui recouvre des réalités très diverses et dont la définition même peut poser un problème lorsqu'elle doit être traduite (pour être comprise et devenir opératoire) dans des langages autres que ceux des spécialistes et des professionnels. C'est ainsi que j'ai vu un groupe d'autochtones canadiens consacrer trois ans de réunions et de débats pour traduire le mot français et le concept de patrimoine dans leur propre langue, condition indispensable pour se l'approprier et en tirer toutes les conséquences pour la vie de leur communauté.

Je propose de distinguer trois niveaux de prise en compte du patrimoine, à partir de l'expérience internationale et avec un regard aussi neutre que possible.

Le patrimoine reconnu et protégé que nous visitons

Il se compose des grands monuments, des sites naturels exceptionnels, des collections des musées, des bibliothèques et des archives publiques, et aussi des richesses archéologiques, des traditions et légendes enseignées à l'école, des musiques savantes, religieuses et populaires qui font l'objet d'enseignements et d'enregistrements, etc. On peut y ajouter les langues nationales et locales. Tous ces biens sont protégés par des lois et des règlements, même lorsqu'ils appartiennent à des propriétaires privés. Ils sont administrés, contrôlés, animés par des professionnels. Mais les citoyens ordinaires qui habitent autour de ces patrimoines se sentent rarement concernés ou responsables, puisque légalement, administrativement et financièrement, ils sont gérés par des services nationaux "compétents". En dehors des publics scolaires, leurs visiteurs sont surtout des touristes, souvent étrangers. Mais ils créent des emplois et dynamisent l'économie locale.

C'est le cas de la plupart des grands musées traditionnels, des ensembles monumentaux et des parcs naturels, en Europe ou en Amérique du Nord.

Une enquête sociologique du Ministère français de la Culture a été menée il y a quelques années sur la population de la ville d'Aix en Provence, qui est une des sites historiques et monumentales les plus remarquables et connues de France, dans la région de Provence. Parmi les résultats de cette enquête, j'ai noté les deux réponses suivantes: 90% de la population d'Aix en Provence disaient visiter des lieux du patrimoine ou des musées lors de voyages en France ou à l'étranger, tandis que seuls 10% de cette même population étaient conscients de l'existence d'un patrimoine dans la ville où ils habitaient.

Les éléments les plus spectaculaires font l'objet d'un classement dans les diverses listes que l'UNESCO établit au titre du patrimoine de l'humanité. Ces listes comprennent des monuments historiques comme Abou Simbel en Egypte, des sites naturels comme le Grand Canyon du Colorado, des traditions immatérielles comme les "climats" du vignoble bourguignon² en France, des géoparcs comme le sera celui, paléontologique, de la Quarta Colônia, des réserves de biosphère comme celui de la Judicaria dans les Dolomites italiennes³.

Ce premier type de patrimoine trouve sa justification dans la volonté de protéger collectivement les trésors de chaque pays au nom de toute l'humanité et aussi dans la demande croissante de l'industrie du tourisme de masse. Mais ce choix peut aussi provoquer la haine de fanatiques comme on l'a vu récemment à Palmyre en Syrie.

Le patrimoine vivant qui nous entoure

Il fait partie du tissu de notre vie quotidienne. Il comprend tout ce qui a une importance pour nous, qui fait partie de notre identité personnelle, familiale, communautaire. Il est notre paysage physique, culturel et mental. Il est ce que nous avons hérité des générations précédentes, ou ce que nous avons créé ou acquis par nous-mêmes et à quoi nous "attachons du prix", non pas monétairement, mais affectivement. Ce sont les rivières et le bocage, la forêt, nos maisons, les chemins et les croix de carrefour, nos

² Un Climat de Bourgogne est une parcelle de vigne, soigneusement délimitée et nommée depuis des siècles, qui possède son histoire et bénéficie de conditions géologiques et climatiques particulières. Chaque vin issu d'un Climat a son goût et sa place dans la hiérarchie des crus (www.climats-bourgogne.com)

³ La Réserve de Biosphère des Alpes de Ledro et de la Judicaria se situe dans la région du Trentin, en Italie du Nord

églises et nos chapelles, nos mobiliers, les cadeaux que nous avons reçus, les chansons et les danses, les outils de nos métiers, les légendes locales de monstres ou de fées, tant de choses auxquelles nous tenons, mais que nous voyons et utilisons quotidiennement, qui évoluent, qui sont parfois détruites ou transformées pour de nouveaux usages. C'est notre cadre de vie et nous ne pensons pas que ce puisse être un patrimoine, jusqu'au jour où il nous est retiré. Alors nous voulons le défendre. La ville de Viamão a ainsi montré, à la fin des années 1990, l'importance qu'elle attachait à tout ce que ses habitants considéraient comme leur patrimoine. En Italie, les écomusées pratiquent la méthode de la "Mappa di Comunità", par laquelle les habitants placent sur une carte de leur territoire les lieux et les objets qu'ils considèrent comme faisant partie de leur patrimoine. A Montréal (Canada), l'Ecomusée du Fier Monde signe des contrats avec la population pour lui confier la responsabilité de prendre soin de tel ou tel élément du patrimoine urbain et collectif de son quartier et de son environnement.

Dans la plupart des pays, des associations, des petits musées locaux, des écomusées ou des musées communautaires, au Brésil également les Pontos de Memória, travaillent à l'inventaire, à la mise en valeur de ce patrimoine vivant. Ils sensibilisent la population pour qu'elle soit consciente de la valeur, pour la collectivité, de cette ressource qui contribue à la qualité et au cadre de la vie quotidienne. C'est aussi souvent une ressource pour le développement social et économique : fêtes religieuses ou profanes, nouvelles activités et nouvelles productions, tourisme culturel et éco-tourisme, emplois, revitalisation de métiers et de savoirs, etc.

Bien entendu, il ne s'agit pas de muséifier le territoire, ni de collectionner tout ce qui est patrimoine pour constituer des musées monstrueux, ni de regarder sans cesse le passé. Ce patrimoine, parce qu'il est vivant, va continuer à vivre, mais nous serons conscients de sa place et de son importance dans la continuité de notre société, donc dans sa soutenabilité.

J'ai toujours été fasciné par la mobilisation populaire qui a permis, depuis des années, de constituer et d'animer le projet de Hamburgerberg et de la Casa Schmidt Presser à Hamburgo Velho, ou le Museu de Rua à Picada Café. J'ai admiré aussi la vitalité de la langue et de la culture "Veneta" à Silveira Martins dans la Quarta Colônia. D'ailleurs, l'éducation patrimoniale est une spécialité brésilienne et j'ai toujours trouvé des leçons et

une inspiration dans le guide publié par le Museu Imperial et l'IPHAN⁴, qui est heureusement disponible en PDF sur internet mais qui n'a pas été réédité.

Le processus de prise de conscience du patrimoine et d'éducation patrimoniale est en cours dans nombreux territoires et il est de plus en plus reconnu par les autorités et les professionnels, au point que de nombreux musées cherchent à mieux prendre en compte ces patrimoines modestes qui existent dans leur environnement.

Des patrimoines cachés

Mais il y a aussi bien des patrimoines qui restent ignorés, parce qu'ils sont inaccessibles ou simplement parce qu'ils n'ont actuellement d'importance pour presque personne, sauf éventuellement quelques chercheurs ou érudits très spécialisés. Mais ils pourront peut-être acquérir une grande importance dans un avenir plus ou moins lointain: les goûts changent, les nécessités de la recherche et de la pédagogie également. Mais, dans le présent, ils ne peuvent mobiliser ni les pouvoirs publics ni les communautés locales. Ils vont donc disparaître rapidement, surtout à notre époque qui change à toute vitesse: tout le monde n'est pas prêt à constituer une bibliothèque populaire avec des livres récupérés sur les ordures d'une grande ville, comme c'est le cas de Cidade Estrutural, à Brasilia.

Ces patrimoines sont par exemple les archives des entreprises industrielles et des institutions sociales qui sont habituellement détruites lors de changements de direction ou de siège social. C'est aussi la "littérature grise", composée des rapports administratifs et techniques, des mémoires et thèses universitaires, les correspondances et les photos, films, vidéos d'amateurs qui restent dans les familles et finissent par disparaître ou se dégrader. C'est enfin la mémoire et les savoirs des gens qui meurent avec eux. Que l'on songe aux milliards de photos prises par les smartphones de nos contemporains, parmi lesquelles quelques milliers ou millions pourraient refléter la vie quotidienne de notre époque et seraient précieux pour les historiens, dans cent ou deux cents ans.

Je pourrais aussi citer le mouvement des sans-terre ou celui des quilombos : à part de rares exceptions, comment va être gardé cet incroyable patrimoine immatériel, fait de

⁴ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999.

la vie même des gens, de leur capacité de résister et de survivre. Il en va de même pour les communautés indigènes, dont beaucoup n'ont pas encore commencé à conserver leur mémoire non écrite. Il y a des exceptions, comme le Memorial da Resistência, à São Paulo, ou le Museu Treze de Maio de Santa Maria et son centre de documentation, mais cela reste ponctuel et fragile.

Dans les pays d'industrialisation ancienne, en Europe, un problème majeur est le sauvetage des archives industrielles du XIXe et du XXe siècle. Les entreprises, même encore actives, ont l'habitude de détruire régulièrement toutes les archives devenues obsolètes "pour faire de la place". Lorsque des entreprises disparaissent, leur mémoire meurt aussi et l'histoire de leurs techniques et de leurs productions. Et il en va de même pour la mémoire des travailleurs et des luttes sociales. Trop souvent, on agit pour préserver des édifices industriels pour leur caractère monumental et la place qu'ils occupent dans la ville, sans se préoccuper de ce qui a été leur vie pour l'économie et pour la société du territoire.

C'est le problème qui se pose actuellement pour la Levada de Tomar, au Portugal. Dans cette ville qui possède le Convento do Cristo, un monument national classé au patrimoine de l'UNESCO, la municipalité a acquis et protégé un ensemble de bâtiments artisanaux et industriels de plusieurs siècles sur une levada entre rivière et canal, en plein centre ville. Mais rien n'a été fait pour le patrimoine immatériel hérité de ces entreprises qui maintenant ont toutes cessé leur activité et dont les anciens travailleurs vont disparaître. Comment interpréter cet ensemble historique sans disposer de toutes les données techniques et immatérielles qui lui donneraient son sens et lui restitueraient sa place dans l'histoire de la ville ?

Un autre enjeu concerne l'architecture, ou plutôt l'habitat populaire, informel, auto-construit, qui n'intéresse ponctuellement que des ethnologues, mais qui constitueront le patrimoine historique dans cent ou deux cents ans. Des inventaires photographiques systématiques en 3D permettraient plus tard de reconstituer des paysages et des habitats représentatifs du cadre de vie de nombre d'habitants de nos pays.

Il ne serait évidemment pas possible de recueillir et de conserver physiquement tout cela. Les musées et les archives publiques sont déjà encombrés de tant d'objets et de documents qui ne sont jamais utilisés. Les budgets des Etats et des communes ne suffiraient pas à agrandir ou multiplier ces institutions. On constate déjà dans certains

pays européens, comme aux Pays Bas ou en Suède, la fermeture de musées, faute de financements publics.

J'ai lu dans la presse que les Archives Nationales de France, qui viennent de déménager dans de nouveaux locaux en banlieue parisienne, sont en train de discuter de la nécessité ou de la possibilité de détruire une partie de leurs collections "moins utiles", pour faire de la place pour la masse d'archives qui leur arrivent chaque jour des services de l'Etat et des particuliers. Ce seraient des patrimoines connus et protégés qui disparaîtraient volontairement.

Ces patrimoines en voie de disparition peuvent prendre une importance à l'avenir et leur perte est objectivement un appauvrissement de la société dans son ensemble. Les chercheurs, les étudiants, les politiques, les fonctionnaires de demain en auront sans doute besoin, non seulement par curiosité ou par nécessité de recherche, mais aussi pour assurer la continuité de l'évolution de la société, pour que la mémoire ne se perde pas complètement.

Et tout ce que je viens de dire ne tient pas compte d'un phénomène encore plus inquiétant: notre vie sociale, administrative, économique, politique, nos recherches scientifiques sont de moins en moins "écrites". La plus grande partie des échanges entre personnes et presque toutes les relations entre les citoyens et l'administration sont "dématérialisées" et les seuls critères de leur sauvegarde temporaire sont les besoins immédiats des destinataires. C'est l'essentiel de notre histoire d'aujourd'hui et des générations futures qui sera privée de ses sources.

Car nous savons bien que nos sociétés ont très peu de mémoire. Nous réinventons continuellement des méthodes ou des recettes qui ont déjà été pratiquées sous une forme légèrement différente, dont la connaissance nous éviterait des pertes de temps et d'efforts, et parfois des erreurs et des échecs.

Comment traiter ce patrimoine invisible ?

Le constat ne suffit pas et il ne sert à rien de se lamenter sur la perte de la mémoire et d'un patrimoine potentiel, qu'il nous paraît inutile de valoriser dans le moment présent. Il faut plutôt se demander comment traiter ces éléments qui ne sont, dans son immense majorité, ni conservés, ni conservables, du moins selon les méthodes de la muséologie et de l'archivistique traditionnelles.

Il me semble qu'il faut envisager simultanément et de façon complémentaire, deux démarches.

- Trouver la matière première, repérer ce patrimoine invisible, l'identifier et négocier les modalités pratiques de sa mise à disposition future sur un support accessible au public. Cela suppose d'abord la création d'un réseau de **veilleurs** volontaires appartenant à toutes les disciplines, à tous les secteurs professionnels et à toutes les générations, qui seraient formés à distinguer dans leur environnement territorial et professionnel tout ce qui est en danger de disparaître et dont il faudrait conserver une trace. Ils produiraient ensuite des **alertes** auprès d'un système central, lequel déciderait de l'opportunité de conserver. L'autorisation de mise à disposition pour conservation sur support virtuel ferait l'objet d'un contrat prévoyant un ensemble de règles, telles que la propriété intellectuelle et morale, la confidentialité, la restitution des originaux, l'accessibilité.
- Créer un système soutenable d'enregistrement et de conservation sous forme virtuelle (digitale) de toute cette matière première, garantissant à la fois la conservation (*cloud* et maintenance dans le très long terme), la sécurité et l'accessibilité. L'administration du système devrait être partiellement interactive pour faciliter et accélérer le travail des veilleurs en leur permettant de déposer dans un registre particulier du système leurs découvertes et leurs propositions. La création d'un moteur de recherche spécifique exigera la mise au point d'un dictionnaire de mots-clés. Je ne suis pas personnellement compétent pour ces questions de techniques modernes d'information et de communication, mais on trouverait certainement dans des universités partenaires des spécialistes de tous domaines et de toutes disciplines et les équipements indispensables.

Le plus difficile sera sans doute de faire fonctionner dans la durée un réseau aussi complexe et composé de personnalités fortes travaillant dans des domaines différents. Compte tenu de la dimension du Brésil et de sa structure fédérale, faudrait-il commencer par se limiter à un Etat où la connaissance empirique du patrimoine invisible local sera plus facile ? ou bien à un domaine comme l'industrie, la santé l'environnement, en s'appuyant sur la motivation naturelle des spécialistes du domaine choisi ?

Impliquer les institutions

Lorsque des écomusées, des musées communautaires, des associations patrimoniales ou des structures analogues existent localement, leur rôle sera évident et indispensable. Ce sont des réseaux qui ne se limitent pas au patrimoine vivant tel que nous l'avons décrit, mais qui sont parties-prenantes du développement local et par conséquent savent tout ce qui se passe sur leur territoire et même parfois sur des territoires voisins. Ce que je sais du Consortium CONDESUS de la Quarta Colônia et du Museu de Rua de Picada Café le rend certain. De même le Museu Treze de Maio, dans son rôle de Clube Negro, sait tout ce qui se passe dans le milieu afro-brésilien de la région de Santa Maria. Mais les territoires couverts par de telles structures sont peu nombreux et il ne sera jamais possible d'en créer partout.

Par contre, surtout au Brésil, le réseau des universités, des musées et des bibliothèques ou médiathèques est extrêmement dense et il serait sans doute possible de rechercher dans ces institutions des personnes volontaires pour servir de veilleurs et d'intermédiaires avec les détenteurs de patrimoines privés et invisibles dans leur environnement immédiat. Ce serait d'ailleurs une manière de les intéresser à ce qui se passe en dehors de leurs murs et de leurs activités habituelles et de les relier à la vie économique, sociale et culturelle de leurs territoires d'appartenance.

Les institutions adhérentes au système et dont seraient issus les veilleurs pourraient être elles-mêmes des points-relais pour la consultation en ligne du système.

*

* *

Je ne suis pas un spécialiste de ces questions, mais j'ai vécu en historien l'accélération des changements sociaux, culturels et technologiques des 60 dernières années et l'amnésie qui affecte les responsables des politiques publiques, à tous les niveaux. Je crois que les nouvelles techniques de traitement des données et d'intelligence artificielle peuvent à la fois entraîner des pertes de mémoire et permettre la sauvegarde de parts entières de cette mémoire.

Il faut que les professionnels et les institutions du patrimoine se saisissent de cette opportunité, en maîtrisent les règles et trouvent les moyens humains et matériels de les utiliser, pour remplir le plus complètement possible leur mission au service, non du présent, mais de l'avenir.

Recebido em 30.01.2018
Aprovado em 30.06.2018

PREPARANDO O TERRENO E PRIMEIRA SEMEADURA: O SEMINÁRIO DE PETRÓPOLIS (1983)

PREPARING THE GROUND AND FIRST SOWING:
THE WORKSHOP IN PETRÓPOLIS, RJ., 1983

Maria de Lourdes Parreiras Horta¹

Resumo

Apresentação do Primeiro Seminário sobre o Uso Educacional dos Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, em julho de 1983. Texto de apresentação conceitual e metodológica da Educação Patrimonial e relatório sucinto do Seminário.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Seminário Uso Educacional dos Museus e Monumentos. Proposta Metodológica.

Abstract

Report of the first Workshop/Seminary on the Educational Use of Museums and Monuments, held at the Imperial Museum in Petrópolis, RJ. Brazil. July 1983.

Opening speech by the author, MLPH. Conceptual and methodological proposal of Heritage Education work and exploration.

Keywords: Heritage Education. Educational Use of Museums and Monuments. Methodological principles and theoretical concepts.

Introdução

Este "dossiê/relatório" original sobre o Seminário de 1983 (completando 35 anos, agora em julho de 2018) permite que se constate a intenção inicial do mesmo, e a proposição da expressão "Educação Patrimonial", pela primeira vez, perante um público de profissionais de todo o país. O folheto de divulgação, enviado a todas as entidades do país traz já o sentido e o conceito da proposta. Após o relatório do evento, temos o texto de apresentação do Lacombe, Diretor do Museu, e logo em seguida o meu texto de apresentação teórico-conceitual do Seminário e da proposta da Educação Patrimonial, esboçando já a metodologia que seria depois consagrada no Guia Básico e nas Oficinas e

¹ Museóloga, Graduada em Museologia pelo Curso de Museus da Universidade do Brasil, atual Escola de Museologia da Unirio. Doutora em Artes/Estudos Museológicos e Comunicação pela Universidade de Leicester, no Reino Unido, e pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado pelo Programa Avançado de Estudos Culturais da UFRJ. Contato: mlhorta@gmail.com

textos posteriores. Vê-se também a abrangência temática já prevista para o enfoque da Educação Patrimonial, não se atendo apenas ao contexto dos Museus e suas coleções.

Acredito que é a partir daí que o conceito da Educação Patrimonial se legitima e diferencia do que geralmente se refere como "educação museal" (termo que rejeito radicalmente, por não ver nele nenhuma pertinência ou sentido... o "museu" em si é um espaço vazio, que só adquire sentido e pertinência do momento em que preserva, estuda e expõe com o fim de comunicação e educação os testemunhos da cultura e do patrimônio)... Neste material pode-se ainda verificar os diferentes temas de exploração, as equipes participantes (com breve currículo de cada um, muitos ainda em atuação no campo), e os trabalhos apresentados ao final do Seminário. Temos ainda a palestra dos convidados ingleses, onde também se pode verificar que em nenhum momento é mencionada a expressão Educação Patrimonial... o que reitera o que sempre digo, contrariando críticas demolidoras, que esta proposta não é uma mera "tradução" de uma metodologia trazida da Inglaterra e aplicada em nosso país... há sim, uma forte matriz inspiradora nos métodos, princípios e ideias dos profissionais daquele país, sem que isso signifique uma simples cópia ou tradução.

A Educação Patrimonial no Brasil tomou vida própria e expandiu-se além de nossas fronteiras... está enraizada como árvore frondosa, dando flores e frutos cada vez mais saborosos... veja o material e tire suas próprias conclusões... este material, como te disse, nunca foi publicado, nem muito menos minha palestra de abertura, que considero o meu texto "fundador" neste campo de reflexão e trabalho

Justificativa e objetivos do Seminário

O Seminário "Uso Educacional de Museus e Monumentos" foi organizado com o objetivo de conscientizar, preparar e treinar professores, técnicos em educação e cultura, museólogos e educadores em geral para a utilização dos museus, arquivos, monumentos históricos, artísticos e ecológicos como recursos educacionais no seu espectro mais amplo.

Pretendeu na verdade lançar uma proposta, uma tentativa de renovação dos métodos tradicionais do ensino da História (o ensino centrado no objeto) e propor uma

abertura para a investigação nessa área da Educação até então pouco trabalhada: *Educação Patrimonial*.

Proposta básica do Seminário: originalidade

A pergunta básica que determinou a proposta de trabalho feita aos participantes foi: como e por que levar a criança a voltar aos olhos para o passado? Sabe-se que história para a criança começa no dia em que ela nasceu, ou pouco antes, no que se refere aos pais ou avós.

Submersas num mundo de informações quotidianas, em que o futuro lhe é apresentado já como presente, quando aprende muitas vezes antes mesmo que os pais, a criança caminha entre o fantasioso e o real, cujos limites para ela não são muito definidos. Mas o que lhe interessa é a sua própria história. A maneira de levar essa criança a sentir que o passado também é a sua *história*, a que ela está ligada indelevelmente, é o objeto da pesquisa desenvolvida há mais de uma década pelos museus e órgãos educacionais de todo o mundo e discutida pela primeira vez, talvez, no Brasil, neste Seminário.

Histórico do Seminário

A proposta deste Seminário surgiu das observações feitas pela museóloga Maria de Lurdes Horta Barreto, chefe da Divisão do Acervo Histórico e Artístico do Museu Imperial, que em viagem de estudos, no ano passado, participou de experiência semelhante desenvolvida na Universidade de Exeter pelos Departamentos de Environment e da Educação e Ciência da Grã-Bretanha. A observação, realizada ainda em museus e escolas de 1º grau, demonstrou nitidamente o real aproveitamento das coleções e sítios históricos pelos professores em trabalho com as crianças. A estadia da museóloga foi patrocinada pelo British Council, que elaborou, na ocasião, um programa de visitas e entrevistas.

Registros de memória do Seminário

Preparação e divulgação

Iniciou-se assim a preparação do evento em agosto de 1982, com a elaboração de projeto de execução e orçamento. Os monitores especializados que deveriam orientar os grupos foram, desde logo, contatados entre os especialistas em cada assunto ou tema, e

comprometeram-se, desde então, com a iniciativa e a proposta. Reuniões mensais foram realizadas a partir do mês de outubro de 1982, para desenvolvimento e debate do projeto e preparação dos temas. Essas reuniões foram realizadas até às vésperas do Seminário, num total de 12.

Elaborou-se o folheto de divulgação com as bases e objetivos do Seminário, iniciando-se a distribuição por todo o Brasil em janeiro de 1983. Foram distribuídos aproximadamente 1.200 folhetos remetidos a todas as Universidades do país que mantêm cursos na área de Educação ou História, às Secretarias de Educação e Cultura estaduais, aos Museus e Fundações Culturais de todo o Brasil.

Colaboração internacional

Com o objetivo de enriquecer a experiência com exemplos concretos, foram convidados dois professores ingleses que realizaram em seu país trabalho pioneiro no campo da Educação Patrimonial. Esses professores tiveram sua vinda financiada pelo British Council no Brasil, uma das primeiras instituições a dar seu apoio ao projeto. Patrick Redsell, “drama adviser” do Conselho Educacional de Suffolk e Allison M. Heath, técnica educacional do Departamento de Monumentos Antigos e Edifícios Históricos realizaram duas palestras e apresentaram dois audiovisuais sobre seu trabalho, assim como filmes e publicações. Participaram ativamente do Seminário, acompanhando os grupos e trocando idéias com os participantes. Após o Seminário, estes professores, juntamente com o fotógrafo que os acompanhou, Stephen Wollfenden, autor dos audiovisuais, seguiram um programa e conferência pelo Brasil que incluía São Paulo, Ouro Preto, Brasília, Salvador e Recife.

Programa e participantes

O Seminário contou com 52 participantes, provenientes dos diversos estados do país, 16 monitores e os 2 professores estrangeiros, que trabalhavam em tempo integral de 2^a a 6^a. feira, realizando-se no sábado o encerramento do curso e a entrega dos certificados. O programa intensivo iniciava-se pela manhã às 8:30h, interrompendo-se para o almoço e recomeçando às 14:00h até as 17:00h. Após um intervalo para descanso

e jantar, seguiram-se palestras à noite, nos três primeiros dias e projeção de filmes, audiovisuais e depoimentos dos participantes diariamente.

Temas e método de trabalho

Os participantes divididos em grupos de aproximadamente 10 pessoas, orientados por 2 e em alguns casos por 3 monitores, realizaram trabalho de campo e de pesquisa durante os três primeiros dias, sendo a 5^a. e a 6^a feiras reservadas para a elaboração prática das propostas e a apresentação dos relatórios e sugestões. Os grupos trabalharam os seguintes temas da evidência patrimonial encontradas na cidade de Petrópolis: O Palácio Imperial, D. Pedro II, Fisionomia do Império, Petrópolis – Estudo de uma cidade, Interpretação da Paisagem e Arqueologia Industrial. Três micro-ônibus foram contratados e ficaram à disposição dos grupos que necessitavam de trabalho de campo, fora das dependências do Museu.

A seguir, o meu texto teórico-conceitual apresentado no Seminário e a proposta que então fiz de Educação Patrimonial,

Educação Patrimonial

“Há um grande mal-entendido entre a história oficial e aquela
que as crianças querem descobrir”
(Chantal Lombard – *Les enfants à la rencontre des monuments historiques*).

O dia-a-dia da criança é empregado na descoberta do mundo que a rodeia e na procura de soluções para enfrentá-lo e dominá-lo. Seu interesse é imediato e projetado no futuro.

A criança se alimenta raramente de conhecimentos históricos
(os fatos que lhe interessam são os de sua própria história).

Por que e como levar as crianças a voltarem os olhos para o passado? Esta é a *pergunta* e a *proposta* básica deste Seminário.

Convidamos a todos vocês para virem a Petrópolis, para juntos tentarmos encontrar uma resposta adequada a essa fascinante charada. E se vocês estão aqui, sem dúvida, é porque estão se colocando esta questão, não só neste momento, mas quotidianamente, no trabalho que desenvolvem, cada qual dentro de sua área de ação cultural, patrimonial ou educativa, ou nas três ao mesmo tempo.

A necessidade de encontrar esta resposta não é privilégio dos que aqui se encontram. A preocupação com este problema vem se fazendo sentir, não só no Brasil, mas em todo o mundo. A *definição de critérios*, o desenvolvimento de *princípios básicos* e de uma metodologia específica tem atraído o interesse de todos os que militam na área de Educação, principalmente dos envolvidos na *Educação Patrimonial*.

Começamos, assim, por essa definição, já que o termo é novo (aliás, está sendo lançado agora, aqui, como uma tradução para a nossa língua do que os ingleses chamam de Heritage Education). O que vem a ser *Educação Patrimonial*? Poderíamos defini-la, em termos objetivos, como o *ensino centrado no objeto cultural*, na *evidência material da cultura*. Ou ainda como processo educacional que considera o *objeto* como *fonte primária* de ensino. O primeiro pressuposto teórico deste processo é que o objeto não é um *recurso*, é uma *realidade*. Segundo o antropólogo americano John Vlach, “algumas vezes os objetos são a única fonte sobrevivente do significado... Dentro do objeto pode-se encontrar uma realidade mais fundamental, mais profunda. Esta realidade seria a lógica inconsciente da cultura e reside não só no objeto pode-se encontrar uma realidade mais fundamental, mais profunda. Esta realidade seria a lógica inconsciente da cultura e reside não só no objeto, mas também na mente do seu criador. É a asserção da vontade do homem sobre a substância da natureza que aflora da cultura material – do artefato ou objeto”.

O desejo da criança, como o de todos os indivíduos, é dialético. Ao mesmo tempo em que ela procura a *verdade* – procura também o *maravilhoso*. Sabemos que, para uma criança, qualquer sabugo de milho é capaz de se transformar numa boneca, qualquer pedaço de bambu pode se transformar num ginete alado... (e agora me lembro de Monteiro Lobato). Quanto mais desprovida de recursos, mais uma criança é capaz de se transformar para a fantasia.

Os monumentos e objetos do patrimônio cultural possibilitam às crianças, do mesmo modo que aos adultos, uma experiência *concreta, não-verbal* (e por isso acessível a todos), que lhe permite evocar e explicar o passado de que são herdeiros. Esta consideração é um dos fundamentos da filosofia dos Museus.

Antigamente, nas pequenas comunidades, assim como ainda hoje, nas sociedades primitivas, cabia aos mais velhos contar aos demais a história da comunidade. Atualmente, nutridas de informação quotidiana, as crianças aprendem, muitas vezes primeiro que os pais, os fatos que caracterizam a nossa época. Esta informação ficou,

contudo, despersonalizada. Quebrou-se o vínculo de ligação – que correspondia à *verdade*, transmitida de pai para filho e que se recebe é uma cultura – anônima, desvinculada de suas raízes. Por que acreditar? A criança se apega à atualidade e inventa o futuro. O passado, a Deus pertence...

Todo indivíduo é herdado de uma coletividade, de uma cultura, e traz em si os traços coletivos e culturais que vão determinar em grande parte o seu desempenho na sociedade. Conhecer os país, sugar o leite materno, dá ao indivíduo as bases estruturais de sua personalidade...

Reconhecer o passado cultural de que somos herdeiros dá-nos a garantia do equilíbrio de nossa identidade cultural, possibilita-nos os meios de um bom relacionamento com o nosso presente e uma melhor perspectiva do nosso futuro. É preciso, portanto, voltar às raízes, sem o que não crescem as árvores, e não dão flores e bons frutos.

O crescimento, o enriquecimento, o amadurecimento de um indivíduo só são possíveis em relação ao passado, onde se acumulam as experiências vividas. Estamos falando não só do passado longínquo, mas do passado imediato, representado por qualquer experiência vivida. Esta experiência tem de ser *concreta*, não pode ser abstrata, ou não é experiência, não é *vivência*. Os museus, os monumentos e demais bens patrimoniais possibilitam ao indivíduo uma experiência concreta de evocação do passado. E, se não for assim, não tem o menor sentido acumularmos objetos em museus ou preservarmos os monumentos da destruição.

A grande diferença entre a educação formal que se desenvolve nas escolas e a educação não-formal que se desenvolve nos museus e acervos patrimoniais é que a primeira propõe um ensino “a priori”, a segunda um ensino “a posteriori”. A Educação Patrimonial desenvolve-se a partir da evidência material. Decorre dela. É uma relação de causa e efeito. Enquanto na escola o ensino tem um sentido explicativo (na direção efeito-causa) – quais as causas do descobrimento do Brasil? quais as causas da proclamação da República? etc., etc -, e um infindar de causas quando a criança entra na escola, desconhecendo totalmente o que é o Brasil ou um regime político (a maioria nunca ultrapassou a fronteira do seu bairro e já viu o Rei Momo na televisão), o ensino através da evidência tem um sentido *indutivo*. Segue a direção contrária – causa – efeito. O objeto

é o ponto de partida, como “realidade” básica da qual se pode depreender um universo de informação e colocações.

A teoria e a pedagogia do ensino centrado no objeto vêm sendo motivo de vasta discussão e larga aplicação há já mais de uma década nos países de Europa – em especial na Inglaterra, assim como nos Estados Unidos.

Em setembro de 1981, realizou-se em Williamsburg um colóquio que reuniu vários especialistas para discussão do assunto, como resultado de um projeto de pesquisa iniciado por Barbara Fertis e compartilhado por Susan Nichols (da G. Washington Unv.), que pudesse coletar e documentar uma pedagogia sólida e teoria claramente articuladas sobre o ensino através da cultura material e sobre as práticas específicas decorrentes desta pedagogia sólida e teorias claramente articuladas sobre o ensino através da cultura material e sobre as práticas específicas decorrentes desta pedagogia. O projeto teve o título “Historiadores - Artefatos - Aprendizizes”. O artefato foi colocado no ponto central – como elo de ligação entre os estudantes e os historiadores. Por ocasião desse debate, fizeram-se algumas colocações importantes sobre o papel do objeto no ensino e na pesquisa.

Muitas dessas colocações demonstram outros objetivos que não o *puramente pedagógico*. Toda uma nova geração de histórico-humanista sofreu a influência desta teoria, utilizando o ensino através da cultura material e o uso do artefato como fontes primárias de estudo em qualquer disciplina, inclusive na interdisciplinar que podemos chamar de *humanidade*.

Thomas Schlereth, um dos historiadores participantes desse colóquio, observou que “as pessoas estão se voltando para a cultura material porque é um método que pode levar a uma interpretação do passado mais populista, mais democrática, mais proletária.”

A importância dessa afirmação é sublinhada por Vlach, que diz que “a identificação acurada dos verdadeiros motivos de orgulho, e dos verdadeiros motivos de desgosto, determina o julgamento de uma pessoa normalmente sensível. A criação de uma versão expandida da história tem o potencial de desenvolver esta capacidade entre o povo.

Acreditamos que o mais simples artefato que estudamos tem uma importância crucial no desenvolvimento do julgamento humano, baseado numa história maior e mais humana”.

Schlereth identifica três categorias diferentes de ensino baseado na cultura material.

A “*História do Professor*” – os objetos são “ilustrações” para uma história desenvolvida de fontes predominantemente *literárias* (quando a cultura material deveria ser a fonte principal). A esse respeito, comenta Barbara Carson: “As pessoas que são treinadas verbalmente não têm segurança e muitos recursos para compreender as dimensões complexas do objeto. Para os historiadores, o estudo dos objetos, a semiótica e os exercícios de pensamentos são altamente especulativos, aparentemente incapazes de suportar uma análise científica.”

A segunda categoria é a “*História do Profissional*” – no ensino acadêmico, a evidência material da cultura é utilizada pelo professor para testar interpretações já estabelecidas ou novas hipóteses sobre o passado baseadas em documentos ou dados estatísticos. Esta técnica poderia ser chamada de “revisão deliberada”. É uma técnica de pesquisa e ensino bastante efetiva, aliás.

A terceira categoria, segundo Schlereth, é a “*História do Poeta*”, que ocorre quando professores, museólogos, planejadores de exposições e outros *provocam deliberadamente uma experiência* que possibilite ao indivíduo conhecer ou sentir o passado. Há uma grande preocupação com a criatividade, pois, nesta técnica, o interesse visado não é tanto o passado “em si”, mas o que a contemplação do passado pode evocar na mente do visitante ou estudante. Não estamos falando aqui da história “piegas” ou de “folhetim” em que não se faz apelo ao *intelecto*. Trata-se, no caso, de considerar os objetos como *ideias* e não apenas como “realidades superficiais”.

Eu ainda colocaria aqui uma quarta categoria que a meu ver seria a mais importante para uma discussão de enfoques – a “*História da Criança*”. Se pedirmos a uma criança que nos conte um episódio da nossa história, vamos descobrir como essa história é muito mais palpitante da nossa história, vamos descobrir como essa história é muito mais palpitante do que aquela que lhes contamos. Elas se interessam da mesma forma pelos banheiros de um palácio que pelos salões ou personagens da parede. Não excluem nada e não estão comprometidas como padrões morais, o que lhes permite um julgamento espontâneo, muitas vezes extremamente radical sobre os fatos e heróis. Lembro-me daquele conto de Grimm, sobre a roupa nova do rei. Foi preciso uma criança para observar que o rei estava nu!

A visão da criança é objetiva, concreta, e como tal muito mais próxima do objetivo – ou da verdade – do que a nossa, distorcida por diferentes formações...

Com relação a essas categorias podemos considerar que o ideal seria um balanceamento equilibrado dos vários enfoques *a partir do objeto*, considerando a meta final de qualquer aprendizado possibilitar ao aprendiz uma capacidade de julgamento a partir de conceitos elaborados individualmente, e permitir com isso uma melhor adequação de comportamento em relação à realidade – o que vem a ser a meta de todo processo de aprendizagem.

Entre outros comentários colocados sobre o assunto, consideramos válido o que diz Hudgins: “O grande potencial que o estudo da cultura material tem é a sua capacidade de nos forçar a pensar sobre o mundo que perdemos de uma maneira que não seria possível com o estudo dos documentos apenas.”

É preciso, no campo da história, que se supere aquela fase de afirmação: “Tudo o que é antigo é bonito, porque a professora disse...”

O importante é que a criança, adolescente ou o adulto sejam capazes de apreciar a casa em que vivem e o mundo que os rodeia, sabendo apreciar igualmente os valores e as características das épocas que os precederam, sem desvalorização ou supervalorizações.

Herdeiros de um vasto patrimônio, somos jogados no mundo da cultura sem saber que a humanidade tem raízes e que a sociedade em que vivemos é produto de uma longa evolução. A visita a um museu ou monumento histórico é o momento de captar esta história escondida, de construir um ponto de referência tangível na cronologia de um passado destruído. Nosso entendimento dos eventos que levaram à queda da Monarquia não se transformará com o estudo dos artefatos daquela época, mas nossa compreensão do sentido que esses acontecimentos tiveram para os homens daquela época certamente mudará... Podemos encontrar a evidência material dos valores que os brasileiros acharam que deviam ser preservados ou deixados de lado em cada fase da nossa experiência nacional.

Falamos dos “Porquês” – vamos falar dos “Comos”.

Qualquer processo educacional fundamenta-se em bases teórica e científicas que definem a metodologia a ser aplicada em seu desenvolvimento.

A *educação centrada no objeto* requer a consideração de alguns princípios fundamentais da Psicologia do Aprendizado e da Percepção. Devemos partir do princípio de que a *percepção e a necessidade de perceber* são fundamentais. Ver – Ouvir: ver claramente, ouvir distintamente, investigar o que se vê e o que se ouve são necessidades inatas a que se poderia chamar de *a vontade de perceber*. Esta vontade acaba por dominar as nossas relações com o meio circundante, motivada pela necessidade imperiosa de *organização da realidade e de adaptação do comportamento* em relação a ela.

É impossível estabilizar e desenvolver essa necessidade de organização sem aprendizagem; e a aprendizagem muda de uma ou outra maneira a situação inicial para novas *percepções*.

É a interação da *percepção* (ganhar a consciência de uma situação estimulante) e *do que foi aprendido* (a retenção de estímulos anteriormente recebidos) que torna possível a organização do comportamento. Experiências com chimpanzés demonstram isso claramente. Uma delas consistiu em criar alguns desses animais em *plena* escuridão desde o nascimento até um longo período subsequente – até os dezoito meses de idade. Quando, após esse período, os animais foram apresentados a simples estímulos visuais, verificou-se que a sua capacidade de perceber não diferia da de chimpanzés recém-nascidos. Estes animais levaram bastante tempo para atingir um nível de percepção normal, e mesmo após seis meses estavam grandemente atrasados em comparação aos animais criados e desenvolvidos normalmente.

Dados semelhantes resultaram de experiências com pessoas cegas de nascença e que através de uma operação passaram a ter visão. Uma dessas pessoas foi treinada para distinguir entre duas figuras simples – um quadrado e um triângulo. Após treze dias de treinamento, só conseguia distinguir uma figura da outra contando com os dedos um por um o número de vértices de cada figura.

O processo de aprendizagem da percepção é uma parte essencial de um dos trabalhos contemporâneos mais interessantes sobre a Psicologia da Percepção e da Aprendizagem, de Hebb (Organization of Behaviour – Organização do Comportamento). Hebb chegou à conclusão de que só de uma forma a capacidade de percepção é inata – trata-se da capacidade para discriminar, de um modo difuso, uma figura de seu plano de fundo. Esta capacidade foi investigada também por Edgar Rubin em seus estudos, bastante conhecidos, do problema da figura-fundo. A famosa figura reversível da taça-perfil de

Rubin, na qual uma taça ou dois perfis de frente um para o outro podem ser vistos, mas nunca os dois casos ao mesmo tempo.

Este exercício primitivo de percepção, a distinção entre uma figura e seu plano de fundo, torna-se possível graças a certas características do sistema nervoso, relacionadas diretamente com a recepção concreta dos estímulos. Hebb chamou a esse produto simples da percepção inata de *unidade primitiva*. É exclusivamente *sensorial*; isto é, determinada pelos processos que têm lugar nos órgãos dos sentidos.

Hebb isolou ainda o fator de *identidade*. Este fator implica a possibilidade de reconhecer e localizar uma *conexão significativa* na figura percebida. Isto é devido a características associativas inerentes na percepção, ou seja, a capacidade de associar material aprendido anteriormente com o que é percebido. A identidade é uma questão de grau e não tem características inatas.

Temos aqui um relógio, um leque, uma chave. Objetos que reconhecemos imediatamente porque constituem material já aprendido pela nossa percepção. Reconhecemos as formas e seu significado imediato – a sua identidade. Os mesmos objetos, apresentados a um indivíduo de uma tribo indígena que não tenha tido o menor contato com a civilização, não seriam imediatamente percebidos. A percepção do leque teria para esse indivíduo uma provável associação com um adorno corporal, mas a chave e o relógio não teriam para ele qualquer *significado*.

E para cada um de nós aqui no auditório esses mesmos objetos poderão ter significados diferentes, em diferentes graus. Para a maioria dos presentes, aqui estão um relógio (antigo), um leque (também antigo) e uma chave (quebrada). Para mim, estes objetos significam mais alguma coisa, porque eu os *identifico* em grau mais profundo. Porque sei que este relógio pertenceu a D. Pedro II, que o leque pertenceu a uma dama do império e que esta chave é a chave do banheiro do Museu. Se eu mostrar a vocês este objeto, poucos poderão indicar o seu significado imediato. Após um exame mais detalhado e por um processo de associação e de intuição poderão me dizer que isto provavelmente é uma máquina para triturar fumo. Mas o nome do objeto – ou seja, o seu símbolo verbal – provavelmente será desconhecido. No processo de percepção deste objeto vários fatores entraram em jogo e um dos elementos, pelo menos – o nome –, não foi percebido. Isto porque o significado total do objeto não foi aprendido em experiências anteriores.

Em nossa capacidade de reconhecer à primeira vista as figuras mais simples – como um círculo, ou um triângulo ou um quadrado – está implícito um longo processo de aprendizagem e organização. Todas as crianças têm de passar por esse processo.

Outro pesquisador que também contribuiu valiosamente nesta discussão, J.J. Gibson, exprimiu sua ideia da seguinte maneira:

“O mundo visual é uma experiência não-aprendida... sem significado quando visto pela primeira vez, e o que aprendemos a ver é o *significado das coisas*.”

Podemos então concluir que o desenvolvimento da capacidade de *percepção* é essencial para o processo de aprendizagem e que a aprendizagem modifica fundamentalmente a situação inicial da capacidade de percepção. A percepção é inata em sua forma primitiva mas desenvolve-se gradualmente de acordo com a maturação dos órgãos sensoriais da criança e com o acúmulo de experiências retidas. A passagem da percepção *visual* para a percepção da *identidade* – ou do significado das coisas – decorre de um processo de maturação do pensamento que parte de uma forma concreta para uma forma operacional mais elaborada até atingir a esfera do abstrato.

Outro elemento importante no processo de aprendizagem, imediatamente após a capacidade de percepção, é a *motivação*, que pode ser definida como os motivos que dirigem as atividades humanas para determinados fins, em todas as esferas do comportamento. Podemos dizer que não há comportamento sem motivo. Segue-se necessariamente que a aprendizagem não é possível sem *motivação*. Subentendida em qualquer espécie de motivação, está sempre alguma necessidade exigindo satisfação. No aspecto do aprendizado, a necessidade básica é a organização da realidade e a adaptação do comportamento à vida em sociedade e ao desenvolvimento do indivíduo de maneira positiva e enriquecedora. Antigamente dizia-se que a vontade da criança estava na palmatória. A motivação era influenciada principalmente pela punição.

A alternativa atual tem sido a de conseguir os resultados desejados através de medidas positivas para incentivar o interesse. E como incentivar o interesse da criança pelas coisas passadas? Eis a pergunta que repetimos na área da educação patrimonial..

A primeira resposta poderia ser de que a motivação, no caso, deve atender às necessidades da criança, e ser adequada ao seu nível de desenvolvimento intelectual e emocional. A esse respeito, devemos considerar que o interesse da criança é concreto e imediato, centrado em si mesma e na necessidade de se realizar com o seu “environment”

– a começar pelo círculo familiar, pela própria casa e bairro e pela sociedade delimitada pela escola e pelo seu círculo próximo de relações. A criança interpreta e julga a realidade a partir do seu microcosmo. Ao mesmo tempo não tem ainda noção *Tempo-Espaço*, que só gradualmente vai sendo adquirida. Por isso sua extrema facilidade em se locomover como um pequeno deus do presente para o passado ou o futuro e de voltar com a mesma naturalidade à mesa do lanche, interrompendo a brincadeira. Castelos e dragões, E.T.'s e lobos maus convivem tranquilamente no universo infantil, juntamente com os dados da política e da economia que lhe são impingidos nos ouvidos pela televisão. Paris é ali, e a Atlântida é tão real quanto o quintal da sua casa. Uma de minhas filhas me pediu para convidar para o seu aniversário os avós, bisavós, quem sabe os tataravós a quem ela sempre ouvia referência. O tempo para a criança é um só – o seu tempo.

Fantástico e realidade se confundem e o aprendizado dessa distinção é procurado por elas avidamente, embora isto lhes custe, muitas vezes. É comum uma criança chorar ao ouvir de outra mais velha que Papai Noel não existe. Temos aí um caminho a explorar, que é o caminho natural e gradual do desenvolvimento e da maturação. Mas isto é preciso ser feito com extrema delicadeza, sem massacrar o potencial de imaginação que é a base da criatividade.

Outro fator básico no aprendizado é a capacidade de retenção, a *Memória*. “A nossa memória – uma coisa notável – incerta, indigna de crédito, caprichosa, insidiosa, penosa, enervante, confortante, mas acima de tudo... *indispensável*. Vivemos na memória, pela memória.” O significado da memória assim foi colocado pelo dramaturgo sueco Hjalmar Bergman é de importância vital. A *capacidade de retenção* modifica o nível da percepção e é determinado pela *motivação*. O que não interessa é facilmente esquecido. O importante nos fica retido, às vezes indelevelmente. Como a capacidade de percepção, a capacidade de retenção, de acúmulo de experiências, pode ser desenvolvida em benefício do processo de aprendizado.

Partindo-se de princípio que o interesse da criança é concreto e baseado nas suas próprias experiências, podemos deduzir que as experiências concretas serão mais facilmente retidas e acumuladas que as experiências abstratas (que para a criança não têm significado algum até atingirem o estágio do raciocínio abstrato).

Há ainda um aspecto da maior importância que determinam o processo de aprendizagem. O fator *emocional* ou *afetivo* que modifica inapelavelmente o comportamento e está nas bases da *motivação*.

A palavra “emoção” deriva do latim “*emotus*”, participio passado do verbo “*emovere*” – mover ou ser posto em movimento.

A palavra *emoção* é empregada em Psicologia para descrever um estado orgânico de excitação, mas se equacionarmos *emoção* com *sentimento*, o que ocorre na linguagem quotidiana, torna-se claro que estamos lidando com algo mais do que reações fisiológicas a situação de emergência.

A estreita relação entre *sentimento* e *percepção* é usualmente realçada. A etimologia da palavra inglesa “*feel*” (sentir) elucidada-nos bastante sobre o sentimento. Deriva do anglo-saxônico *felan*, e está relacionada com *folm*, a palma da mão. A palavra portuguesa *sentimento* deriva do latim *sensus*, de *sentire*, perceber, ser sensível a, experimentar. Portanto, a etimologia relaciona o *sentimento* com um meio de adquirir conhecimento. A vida emocional da criança vai ficando gradualmente diferente e enriquecida com a crescente experiência adquirida através da aprendizagem e da percepção. O pensamento e sentimento afetam-se mutuamente durante esta evolução. Alguns psicológicos sustentam ser a vida emocional que prepara o caminho para o pensamento.

O efeito das impressões e dos acontecimentos deixa marcas profundas na sensibilidade da criança e seu conhecimento do mundo é pautado pelas experiências de ordem emocional e afetiva. O nível de percepção e de motivação são influenciados pela emoção. Do mesmo modo o nível de retenção será maior quanto maior for o apelo à sensibilidade da criança e quanto maior for o grau de seu envolvimento afetivo. Um simples recurso de impacto visual – o insólito, o inesperado – pode modificar o nível de percepção e de motivação, em suma, nível de conhecimento do objeto.

No desenvolvimento de uma metodologia pedagógica que possibilite o aprendizado, não só na área da Educação Patrimonial que é a que nos propomos aqui – como em qualquer área de ensino, é indispensável a consideração dos níveis de desenvolvimento do pensamento. Se aceitarmos a teoria de Piaget podemos distinguir cinco fases principais desde o aparecimento operacional, isto é, a inteligência teórica. O pensamento desenvolve-se desde o período inicial, classificado por Piaget como

inteligência sensório-motora, que vai até o 2º ano de vida, passa por um período *pré-lógico*, ou *simbólico*, em que a criança ainda não é capaz de conectar significados diferentes (dos 2 anos 4 anos) e desenvolve-se gradualmente no pensamento *intuitivo*, entre os 4 e os 7 anos, quando a criança já é capaz de formar conceitos e estabelecer, ainda que imperfeitamente, relações lógicas. As conclusões intuitivas ainda partem da observação. Só após este período e até mais ou menos os 12 anos de idade é que a criança consegue organizar operações concretas de pensamento – o pensamento operacional. As relações cronológicas e de duração (antes e depois, mais curto ou mais longo), as relações especiais (intervalo e distância, avaliação de superfícies e comprimento, perspectiva e projeções só) só são possíveis nesta idade. O teste elaborado por Sir Cyril Burt: “John é mais alto do que Harry; John é mais baixo do que Tom. Qual dos três é o mais baixo?” é quase impossível de ser respondido por uma criança de menos de 12 anos (e por alguns adultos também, mesmo bem-dotados). Se a questão fosse formulada visualmente não haveria nenhum problema. Dos onze ou doze anos em diante estabelece-se por fim o pensamento formal, sinal da inteligência teórica plenamente desenvolvida. Só a partir dos treze anos a criança pode, com a ajuda exclusiva dos meios linguísticos, fazer o que, quando tinha sete anos, podia fazer com os equivalentes concretos dos símbolos linguísticos.

Isto é apenas um esboço das teorias de Piaget, que estava pouco preocupado aliás com as inferências educacionais de sua pesquisa, mas que podem nos dar uma orientação no desenvolvimento de qualquer trabalho educativo, principalmente na educação através dos objetos culturais. Chega-se à conclusão de que o ensino teórico e livresco realmente não pode ser aprendido devidamente pela criança e que a História e os conceitos sociais e culturais só podem ser transmitidos à criança na faixa dos quatro aos onze anos através de *elementos concretos* e de *experiência não-formais* adequadas a cada uma das fases de seu desenvolvimento.

Considerando estas colocações e como proposição de *estudo e abordagem* de qualquer evidência material da cultura com criança nesta faixa de idade, apresentamos o seguinte esquema, que pode ser visto como uma *proposta de metodologia*:

Interpretação da evidência

	MEIOS	OBJETIVOS
1) OBSERVAÇÃO	desenvolvimento da percepção visual e simbólica; <i>Recursos:</i> exercícios de percepção visual por meios orais, gráficos, por comparação, por colocação (equacionamento)	identificação do significado
2) REGISTRO (retenção ou fixação do conhecimento percebido)	desenvolvimento da memória, do pensamento lógico, intuitivo, operacional; <i>Recursos:</i> desenhos a mão livre, desenho para completar, jogo de detetive, fotografia, descrição, gravação, discussão, relato oral, perguntas e respostas, jogo da memória	interpretação do significado; análise e julgamento crítico; extrapolação do significado
3) PARTICIPAÇÃO	Desenvolvimento da imaginação criativa e do pensamento operacional ou formal <i>Recursos:</i> jogos, quebra-cabeças, dramatização, reconstrução material, reconstrução de situações, simulação, solução de problemas, recriação imaginativa.	compreensão empática (envolvimento afetivo)

No desenvolvimento dessas etapas, sucessivas de interpretação e compreensão de evidência cultural parte-se do princípio que não é possível o aprendizado de vários significados ao mesmo tempo. A multiplicidade de significados passíveis de interpretação numa só manifestação material da cultura está em relação à sua maior ou menor complexidade.

A necessidade de determinar os objetivos desta atividade (visita a um museu, monumento histórico ou paisagístico, ou a simples análise de um objeto cultural) é primordial no planejamento do trabalho.

Como exemplo, no estudo de uma cidade podemos enfocar vários aspectos: arquitetônico, urbanístico, social, econômico, histórico, etc... Num simples monumento podemos analisar os aspectos construtivos e materiais, a área adjacente, o interior, aspecto decorativo, o mobiliário, o habitante ou usuário. Temos assim, na análise de um só desses aspectos, um infinidade de enfoques a abordar.

Interpretação da evidência

O ELEMETO HUMANO

crenças/religião	hierarquia	conforto/desconforto	comércio
ocupação/lazer	pobreza/riqueza	tecnologia	atitudes
segurança/riscos	saúde	profissões	higiene
gosto	Bem-estar	idade	

Cada um destes aspectos pode também ser tema de um estudo especial, dependendo do nível de profundidade da abordagem a que se quer chegar. A preparação do tema antes da visita e uma continuação do trabalho após a sua realização são essenciais para o sucesso do programa.

Nesta preparação estão incluídos os dados de cronologia e vocabulário desconhecido.

O que esperamos de vocês é a reflexão sobre estas colocações e o desenvolvimento de propostas práticas de trabalho com crianças partindo da evidência material da cultura (dentro dos temas gerais escolhidos como casos de estudo). Estas propostas que deverão ser surgidas de maneira prática e concreta (através de planejamento escrito, oral ou audiovisual, esquemas gráficos, fotográficos, maquetes, etc...) deverão ser apresentadas e discutidas na tarde de sexta-feira, último dia de trabalho do Seminário.

A metodologia aqui exposta deverá ser desenvolvida e demonstrada através destas propostas práticas, caso seja considerada válida e aplicável. Caso contrário, espera-se a colocação e outros critérios metodológicos que poderão suscitar trabalhos e discussões posteriores, o que nos dará a certeza dos bons frutos desse encontro.

(Aos monitores caberá a orientação dos participantes de cada grupo na abordagem e escolha dos temas de enfoque e na discussão dos problemas metodológicos de cada abordagem. Um relatório final de cada grupo deverá ser apresentado na sessão de encerramento, com a avaliação e críticas do Seminário, propostas e sugestões.).

Recebido em 15.04.2018
Aprovado em 02.07.2018

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DECOLONIAL: PERSPECTIVAS E ENTRAVES NAS PRÁTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO FEDERAL

EDUCACIÓN PATRIMONIAL DECOLONIAL: PERSPECTIVAS Y OBSTÁCULOS EN LAS PRÁCTICAS DE PATRIMONIALIZACIÓN FEDERAL

Átila Bezerra Tolentino¹

Resumo

Ao considerar que a trajetória e as práticas preservacionistas federais são fortemente marcadas por um modelo colonialista e eurocêntrico, este artigo busca debater sobre as possibilidades e desafios da adoção de uma Educação Patrimonial pautada pela perspectiva da decolonialidade. Para tanto, são trazidas discussões de autores pertencentes à linha de pensamento da corrente decolonial, como Boaventura Sousa Santos, Maldonado-Torres, Catherine Walsh, entre outros, que defendem uma epistemologia do Sul e conclamam uma ecologia dos saberes, como forma de combater as matrizes fundantes do saber-poder ocidental. Conclui-se que a Educação Patrimonial decolonial é necessária para romper com os processos de patrimonialização que reproduzam os processos de dominação do saber-poder sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos sociais não hegemônicos.

Palavras-Chave: Decolonialidade. Epistemologias do Sul. Educação Patrimonial

Resumen

Al considerar que la trayectoria y las prácticas preservacionistas federales están fuertemente marcadas por un modelo colonialista y eurocéntrico, este trabajo intenta debatir sobre las posibilidades y desafíos de la adopción de una educación patrimonial pautada por la perspectiva de la decolonialidad. Para ello, se abordan discusiones de autores pertenecientes a la línea de pensamiento de la corriente decolonial, como Boaventura Sousa Santos, Maldonado-Torres, Catherine Walsh, entre otros, que defienden una epistemología del Sur y una ecología de los saberes, como forma de combatir las matrices fundantes del saber-poder occidental. Se concluye que la educación patrimonial decolonial es necesaria para romper con los procesos de patrimonialización que reproducen los procesos de dominación del saber-poder sobre las memorias históricamente subalternizadas de grupos sociales no hegemónicos.

Palabras clave: Decolonialidad. Epistemologías del Sur. Educación Patrimonial.

A invenção do patrimônio cultural brasileiro e sua gênese colonialista

Nas práticas preservacionistas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, um caso que sempre chama a atenção, por seu caráter emblemático, é

¹ Graduado em Letras Português e Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Cultura pela Universidade de Brasília - UnB. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba é da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, com atuação no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Coordena as atividades da Casa do Patrimônio da Paraíba, programa de Educação Patrimonial vinculado à Superintendência do IPHAN na Paraíba. E-mail: atilabt@gmail.com

o primeiro processo de tombamento de um terreiro de candomblé. Trata-se do tombamento do terreiro Casa Branca, em Salvador, Bahia, em 1984, quase 50 anos após a criação do IPHAN. O antropólogo Gilberto Velho, convidado para ser relator da proposta, descreve a votação conturbada do Conselho Consultivo do IPHAN quando da análise desse pedido de tombamento, a qual foi marcada por conflitos e embates de interesses. O primeiro tombamento de um bem ligado à cultura afrobrasileira, como destaca o relator, “foi comemorado com grande alegria e júbilo pela maioria do público presente, mas não podia ocultar as fortes diferenças de opinião e de pontos de vista” (VELHO, 2007, p. 252).

O conflito patente nesse episódio ilustra bem como, durante muito tempo, as políticas de patrimônio no Brasil capitaneadas pelo IPHAN foram (e em muitos casos ainda seguem) marcadas por práticas eurocentradas e colonialistas, refletindo-se, inclusive, nas ações educativas voltadas para o patrimônio cultural. Para compreender esse fenômeno, é necessário traçar rapidamente o contexto e os ideais dos protagonistas que conceberam e criaram o IPHAN. Não é objetivo deste trabalho aprofundar essa questão, pois muitos autores, com diferentes perspectivas, já o fizeram exaustivamente (FONSECA, 2005; CHUVA, 2003; entre outros), mas apenas apontar o que demarca a gênese do modelo colonialista e eurocêntrico das práticas preservacionistas no Brasil.

Na explicação de Maria Cecília Londres Fonseca (2005), a preservação dos monumentos está atrelada à formação dos Estados-nação e data dos anos finais do século XVII, quando o Estado, na Europa, passa a assumir a proteção legal de determinados bens aos quais foi atribuída a capacidade de simbolizarem a herança cultural das nações. Assim, as noções modernas de monumento histórico, patrimônio e preservação começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a ideia de estudar e conservar um edifício pela razão de que é um testemunho da história ou considerado uma obra de arte. Cabia a determinados agentes a tarefa de seleção entre conservar ou destruir monumentos, legitimando processos de atribuição de valores segundo determinados critérios. Nesse processo, manifestam-se os conflitos de interesse em jogo na prática preservacionista de bens culturais em nome do interesse público.

Cecília Londres ainda expõe que o sentimento de piedade religiosa e de devoção às relíquias, na Europa, constituiu a origem do sentimento de apego aos bens simbólicos. No século XV ocorreram as primeiras medidas de preservação, mas durante os três séculos seguintes a preservação de monumentos se manifestava basicamente em iniciativas

isoladas. Prédios antigos (vinculados a culturas pagãs) eram ressemantizados e retraduzidos em termos cristãos. Muitos eram reutilizados ou tinham seus elementos aproveitados em outras construções. Foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico à constituição dos patrimônios históricos e artísticos e coube ao Estado nacional assegurar a sua preservação. A noção de monumento, no seu sentido moderno, ou seja, formulada enquanto monumento histórico e artístico, é que fez com que a noção de patrimônio se convertesse em uma categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda de monumentos (já então valorizados como expressões históricas e artísticas), como o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa, além da mística do culto à nação, para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de interesse público.

No Brasil, a prática preservacionista seguiu a tendência europeia, ligando-se intimamente à ideia de formação e afirmação do Estado-nação. Mas, para além disso, como destaca Márcia Chuva (2003), o desejo de pertencer à civilização ocidental foi, provavelmente, o que configurou o processo de invenção de um patrimônio nacional no Brasil. Para tanto, nomes de peso como Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, entre outros², foram figuras ícones que imprimiram sua concepção de civilização e nação no projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN (hoje IPHAN), no ano de 1937³. Ressalta-se o que Chuva (2003, p.16) discorre sobre a visão de Rodrigo Melo Franco, que presidiu o SPHAN desde sua fase experimental, em 1936, até o ano de 1967:

Diante do longo trabalho que estava por se realizar para que a nação brasileira se constituísse, Rodrigo Melo Franco considerava fundamental, ao mesmo tempo, reafirmar uma herança europeia – portuguesa – e, em contrapartida, negar uma

² Deve-se ressaltar, também, a figura de Mário de Andrade. É de sua autoria o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Muitos são os autores (FONSECA, 2005; CHAGAS, 2006) que apontam o caráter extremamente inovador, para a época, desse anteprojeto, em que está patente o resultado dos estudos empreendidos pelo intelectual, pesquisador e poeta, sempre preocupado com a identificação de uma cultura nacional, antecipando, inclusive, os preceitos da Carta de Veneza de 1964. Grande parte dos ideais do anteprojeto de Mário, no entanto, não foi recepcionada no texto final de criação do SPHAN.

³ O SPHAN foi criado por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, durante o momento de centralização do poder, no governo de Getúlio Vargas, e tem por finalidade determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio histórico e artístico nacional. Esse mesmo decreto-lei também cria o instituto do “tombamento”, figura jurídico-administrativa que visa garantir a preservação dos bens culturais de natureza material.

possível herança indígena. Argumentava que as frágeis construções de madeira haviam sido logo substituídas pelas edificações mais duradouras que imprimiram às primeiras povoações sua “fisionomia peculiar” ...

A posição que Rodrigo Melo Franco tomou nesse debate delinearía, ou melhor, daria propriamente uma forma ao pensamento que se consolidou no SPHAN, ao buscar, sem regionalismos, constituir a fisionomia do Brasil que seria apresentada, no âmbito das relações internacionais que estabelecia, para garantir um pertencimento ao mundo das nações modernas.

Sempre preocupados que a arte brasileira se enquadrasse em “padrões universais”, essa fisionomia do Brasil que se delineava, a partir de seu patrimônio histórico e cultural, seria expressa na arquitetura e a atenção à preservação dos bens culturais centrava-se na “valorização do passado colonial, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro” (CHUVA, 2003, p. 324).

E, de fato, com a criação do SPHAN e da figura do tombamento como um instrumento de proteção legal aos bens móveis e imóveis declarados como patrimônios históricos e artísticos nacionais, a prioridade foi dada aos remanescentes da arte colonial brasileira e à arquitetura religiosa católica, justificada pelo processo de urbanização que se acelerava e do saque e comercialização dos bens móveis. Fonseca (2005) acrescenta que os critérios adotados pelo SPHAN eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas, mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondiam pelos tombamentos. O exercício dessa autoridade era considerado legítimo na medida em que cabia ao Estado, naquele momento, o papel de intérprete e guardião dos valores culturais da nação (essa concepção estava atrelada ao papel assumido pelo Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas).

Essa característica, ademais, não se restringe à trajetória do IPHAN, mas abarca outros equipamentos culturais ligados ao patrimônio, a exemplo dos museus. Durante todo esse período, o que se observa é que a criação e configuração dos museus no Brasil estavam basicamente adstritas aos aparelhos ideológicos do Estado, bem como às classes e segmentos dominantes. Foi um fenômeno puramente colonialista, como aponta Hugues de Varine: “Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus” (VARINE apud CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 10). Portanto, seguir o modelo europeu de conceber o patrimônio e de criar museus esteve atrelado, no Brasil, à necessidade de formação

e afirmação da identidade de uma nação que se via como “nova” e que precisava equiparar-se às demais nações europeias que tinham como referência.

Embora o debate até o momento tenha se concentrado na fase inicial da atuação do IPHAN, não se pode desconsiderar as dinâmicas e transformações por que passou a instituição ao longo dos seus 80 anos, bem como os novos instrumentos de preservação⁴, práticas e acepções na lida com o patrimônio cultural, pautados na democratização e reconhecimento de diferentes saberes. Entretanto, formas autoritárias se perpetuaram ao longo dos anos nas práticas preservacionistas (sob a tutela do Estado), ao mesmo tempo em que conviveram com outras baseadas na horizontalidade e no respeito à diversidade cultural e aos saberes das comunidades e dos detentores dos bens culturais. Essa realidade se repercutiu nas ações educativas voltadas para o patrimônio empreendidas pelo IPHAN ou no “(não) lugar” (SIVIERO, 2015) da Educação Patrimonial dentro da instituição.

Esse “(não) lugar” da Educação Patrimonial em diferentes momentos da trajetória do IPHAN é bem delineado por Fernando Siviero (2015). No seu traçado, merecem destaque as visões de Rodrigo Melo Franco e de Aloísio Magalhães, bem como as iniciativas mais recentes de debate e institucionalização do campo da Educação Patrimonial dentro do IPHAN. Siviero demonstra que Rodrigo concebia a educação como difusão do conhecimento, estabelecendo “uma relação direta intrínseca e mecânica entre conhecer (educação) e preservar” (2015, p. 87), condizente com uma acepção de educação instrutivista e com uma lógica paternalista na relação entre o Estado e a sociedade.

Uma mudança de postura começa a se desenhar apenas entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando Aloísio Magalhães esteve à frente do Centro Nacional de Referências Culturais - CNRC⁵ e posteriormente da Fundação Nacional Pró-Memória⁶. O CNRC, como o próprio nome diz, pautava-se na ideia de referências culturais e não de patrimônio nacional, cujos projetos se baseavam no fortalecimento dos conhecimentos e

⁴ É o caso, por exemplo, do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, outro instrumento de proteção dos bens culturais, criado pelo Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000.

⁵ O CNRC surgiu a partir da articulação de diferentes profissionais, de distintas áreas acadêmicas. Começou a funcionar em 1975, devido a um convênio firmado entre diversas instituições, e, em 1979, passou a integrar a estrutura do governo federal, quando Aloísio Magalhães foi nomeado diretor do IPHAN.

⁶ Nessa época, a competência para atuação com a política de patrimônio foi fundida entre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (órgão normativo) e a Fundação Nacional Pró-Memória (órgão executivo).

referências culturais locais, com a proximidade e participação dos grupos e comunidades, em contraponto à homogeneização cultural. Diferentemente da atuação do SPHAN até então, o foco do CNRC não eram os bens de pedra e cal. Seu interesse recaía às manifestações culturais vivas, inseridas nas práticas sociais contemporâneas. Nas próprias palavras de Aloísio (apud FONSECA, 2005, p. 154),

a aproximação que o CNRC deu ao conceito de bem cultural atinge uma área que o Patrimônio não estava cuidando. Ou seja: o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da humanidade. O Patrimônio atuava de cima para baixo, e, de certo modo, com uma concepção elitista.

Nesse período é realizado o Projeto Interação (BRANDÃO, 1996) resultado de ações interinstitucionais e de uma equipe multidisciplinar, em plena ditadura militar, que desenvolviam projetos em diferentes partes do país, com vistas à valorização da diversidade cultural e do reconhecimento de referências culturais locais, não se atendo aos bens culturais tutelados pelo Estado.

Quase que contemporaneamente a esse projeto, entretanto, é disseminada e amplamente repercutida a concepção de Educação Patrimonial proposta em metodologia criada por equipe do Museu Imperial e sistematizada no Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA et al, 1999). Nominalmente inspirada em trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de *heritage education*, essa metodologia específica desconhece as práticas educativas voltadas para o patrimônio precursoras no país (CHAGAS, 2013) e pauta-se numa acepção instrutivista de educação, seguindo uma veia colonizadora em relação ao patrimônio cultural, na medida em que o concebe como anterior ao indivíduo e não como resultado de uma apropriação carregada de conflitos, embates, consensos e dissensos entre os sujeitos sociais.

Pode-se afirmar que, institucionalmente dentro do IPHAN, o lugar da Educação Patrimonial começa efetivamente a ser desenhado e a tomar corpo após a criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (hoje Coordenação de Educação Patrimonial - Ceduc), no ano de 2004, que tem suas diretrizes políticas sistematizadas na publicação “Educação Patrimonial: históricos, conceitos e processos” (FLORÊNCIO et al, 2014), bem como na Portaria IPHAN nº 137, de 28/04/2016. A partir da criação dessa Gerência, o IPHAN promoveu diferentes encontros para se debater conceitos, diretrizes e linhas programáticas para uma política nacional voltada para a Educação Patrimonial, a exemplo

do I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2005), Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio (2008), I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio (2009) e o II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2011).

Diante dessa trajetória e considerando o (não)lugar da Educação Patrimonial nas políticas de preservação do patrimônio cultural federal, que, em sua gênese (e ainda persistente na genética de sua espinha dorsal), pautam-se numa prática colonialista e eurocêntrica, questiona-se em que medida é possível a adoção e a assunção, como um projeto político-ideológico, de práticas decoloniais no trabalho com a preservação do patrimônio cultural? E, nesse contexto, qual é o papel de uma Educação Patrimonial decolonial para romper com os processos colonialistas em relação ao patrimônio cultural no Brasil, o qual é marcado “por imagens de fortalezas militares, Casas de Câmara e Cadeia, igrejas católicas, fazendas e engenhos, denotando que os personagens da memória nacional são as elites políticas, militares, religiosas e econômicas” (SCIFONI, 2012, p. 34)? Por fim, cabe indagar se o IPHAN, hoje com um lugar institucionalizado em sua estrutura para a Educação Patrimonial, possibilita e estimula práticas educativas decoloniais para se atuar com o patrimônio cultural. Para tanto, inicialmente vamos apresentar um breve traçado sobre o pensamento decolonial a partir de autores que trilham nessa linha de pensamento e defendem uma epistemologia do Sul.

Por uma epistemologia do Sul e a ecologia de saberes

São cada vez mais expressivas e crescentes, na atualidade, a pesquisa e produção de pensadores da corrente decolonial, cujas discussões nos permitem enxergar como se deram os processos e a trajetória de patrimonialização no Brasil, bem como as práticas educativas a eles aliada. Um grande expoente dessa linha de pensamento é o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, cuja obra procura descortinar os subterfúgios e as matrizes fundantes da dominação do saber-poder. Nessa esteira, discute o impacto do colonialismo e do capitalismo modernos e como esses contribuíram para a construção e consolidação de epistemologias dominantes, que foram efetivas na supressão de diferentes formas de saber próprias de povos e nações colonizados, relegando os seus saberes e conhecimentos ao silenciamento ou à subalternidade.

De forma a combater a dominação do saber-poder por meio das epistemologias dominantes, Santos defende o reconhecimento e a conclamação do que intitula “Epistemologias do Sul” (SANTOS; MENESES, 2009)⁷. Trata-se de uma alternativa que congrega um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes empreendida pelos processos de colonização, a partir de uma norma epistemológica dominante, que se impõe como superior e se apresenta universal e naturalizada ao longo dos últimos séculos. Essa nova forma de conceber a produção do conhecimento, de forma diferente, valoriza os saberes subalternos que resistiram aos processos colonizadores e as reflexões por eles produzidas, trabalhando na perspectiva da horizontalidade entre os diferentes conhecimentos.

Ao reconhecer a diversidade epistemológica do mundo, Santos explica que o Sul é

concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte) (SANTOS; MENESES, 2009, p. 12/13).

A força política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo moderno foi o que possibilitou a supremacia de uma epistemologia ocidental, impondo-se sobre os povos e culturas não-ocidentais e não-cristãos, constituindo-se, assim, um epistemicídio relacionado aos saberes e conhecimentos de grupos sociais subalternos e oprimidos. E a legitimação dessa epistemologia somente foi possível por conta de um vasto aparato institucional – centros universitários, sistemas de peritos, pareceres técnicos – tornando difícil o diálogo com outros saberes⁸.

As epistemologias dominantes, que se contrapõem à perspectiva da horizontalidade contida na ideia das epistemologias do Sul, coadunam-se com o

⁷ Em obra organizada conjuntamente com Maria Paula Meneses, intitulada “Epistemologias do Sul”, Boaventura Sousa Santos convida diversas autoras e autores da linha do pensamento decolonial para debater a temática, sob diferentes perspectivas. É essa obra, sobretudo, que tomo como referência, neste trabalho, para pensar as práticas educativas voltadas para o patrimônio cultural sob a ótica da decolonialidade.

⁸ Assemelha-se ao que Foucault (1987) explica, a respeito da construção de uma genealogia do poder, como o poder legal de vigiar e punir, na sociedade moderna, é fracionado ao longo do processo penal e da execução da pena, dependendo, além da decisão do juiz, do papel de peritos psiquiátricos, psicólogos, funcionários da administração penitenciária, assistentes sociais, entre outros.

pensamento moderno ocidental, que Boaventura Sousa Santos (2009a) considera como um “pensamento abissal”. Explica o sociólogo que a realidade social é dividida em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. O que está do outro lado da linha é excluído radicalmente e concebido como inexistente, irrelevante ou incompreensível. O pensamento abissal consiste na impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Portanto, produz e radicaliza distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis.

A ciência moderna tem o monopólio da distinção abissal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de conhecimentos alternativos: como a filosofia e a teologia. Isso se dá pela disputa epistemológica moderna dentre as formas científicas e não científicas da produção da verdade. Essas tensões são visíveis, mas a sua visibilidade se assenta na invisibilidade de outras formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma dessas formas de conhecer: os conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas do outro lado da linha. Do outro lado da linha, é como se não houvesse conhecimento real. Existem crenças, opiniões, magia, idolatria, etc., que podem ser, no máximo, objeto de estudo pelas “ciências reais”. Eliminam-se, assim, quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha. O que está do outro lado da linha está para além do verdadeiro e do falso ou do legal e do ilegal. O outro lado da linha compreende apenas práticas incompreensíveis (magia ou idolatria), negando-se até mesmo a natureza humana dos agentes do outro lado da linha: “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2009a, p. 31).

Seguindo sua linha de pensamento, Santos esclarece que as linhas abissais continuam, até hoje, a estruturar o conhecimento e o direito modernos e são constitutivas das relações que o ocidente protagoniza no sistema mundial. A injustiça social global está intimamente ligada à injustiça cognitiva global. Portanto, a luta por justiça social global perpassa pela luta por uma justiça cognitiva global, o que exige um novo pensamento: um “pensamento pós-abissal”. Como ressalta, o “pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes” (SANTOS, 2009a, p. 44).

A ecologia de saberes é outra potente ideia defendida por Santos, que se apresenta como uma alternativa ou oposição ao pensamento abissal. Nesse sentido, a ecologia dos

saberes baseia-se no reconhecimento da pluralidade e da diversidade de conhecimentos heterogêneos, que podem estar sempre em interseção e interações dinâmicas, em um diálogo horizontal e democrático. Sabendo que todos os saberes têm seus limites internos e externos, a essência da ecologia dos saberes consiste em conceber o conhecimento como interconhecimento, levando em conta a diversidade epistemológica do mundo, em vez de considerar unicamente o conhecimento científico. A ciência, desta forma, é apenas uma parte da ecologia de saberes. A ecologia dos saberes concebe que a pluralidade de saberes existentes no mundo é infinita e, portanto, inatingível como tal. Nenhum saber específico dá conta dessa pluralidade, assim os limites e possibilidades de um dado tipo de saber residem na existência de outros saberes: “a assimetria entre os saberes ocorre sobreposta à assimetria dos poderes” (SANTOS, 2009b, p. 468).

Ao reforçar as postulações de Boaventura Sousa Santos, João Arriscado Nunes (2009) explica que o pensamento pós-abissal se configura como um pensamento alternativo de alternativas, que reconhece a dignidade e a validade de todos os saberes, bem como que todos os saberes se equivalem. O que consta como conhecimento é muito mais do que a epistemologia hegemônica convencional. Portanto nenhum saber pode ser desqualificado e nenhum saber é padrão e, conseqüentemente, natural, embora as matrizes de poder que estão subjacentes ao poder hegemônico da ciência moderna procuram naturalizá-la. Como destaca o autor,

A epistemologia do Sul aparece como uma refundação radical da relação entre o epistemológico, o ontológico e o ético-político a partir, não de uma reflexão centrada na ciência, mas em práticas, experiências e saberes que definem os limites e as condições em que um dado modo de conhecimento pode ser ‘traduzido’ ou apropriado em novas circunstâncias, sem a pretensão de se constituir em saber universal (NUNES, 2009, p. 236-237).

Há que considerar, ainda, que na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e, simultaneamente, ignorâncias, pois as formas de ignorâncias são tão heterogêneas como as formas de conhecimentos. A ecologia de saberes nos permite lidar com aquilo que conhecemos, mas também com aquilo que não conhecemos. E reconhecer que aquilo que ignoramos é ignorância nossa e não ignorância geral. Portanto a ecologia de saberes é também a epistemologia da doura ignorância. O seu contrário seria o fascismo epistemológico. Tanto o fascismo epistemológico como a ecologia de saberes são uma opção epistemológica e política. (SANTOS, 2009a e 2009b).

A descolonização como requisito absoluto para o reconhecimento da diferença e da diversidade também é defendida por Nelson Maldonado-Torres (2009). Esse autor apresenta a tese do que denomina “esquecimento da colonialidade”, tanto por parte da filosofia ocidental como por parte da teoria social contemporânea. Ao desenvolver a ideia da “diversalidade radical”, Maldonado-Torres faz uma crítica frontal à postura reprodutora da colonialidade. A diversidade radical segue um caminho antagonicamente diferente e rompe com a legitimação da busca de raízes europeias e norte-americanas nas ciências sociais e a respectiva formulação de um ponto de vista pretensamente universal, expondo e defendendo o potencial epistêmico das epistemologias não europeias. Em suas palavras:

A diversidade radical implicaria um divórcio efectivo e uma crítica das raízes que inibem o diálogo e a formulação de uma geopolítica do conhecimento descolonial e não racista. Parte do desafio que consiste em pensar seriamente em Fort-de-France, Quito, La Paz, Bagdad e Argel, e não apenas Paris, Frankfurt, Roma ou Nova Iorque, como possíveis lugares de conhecimento. [...] Essa ocasião deveria servir mais para examinar a nossa cumplicidade com os velhos padrões de dominação e de procura de faces invisíveis do que para procurar raízes imperiais [leia-se, no Norte europeu]; servir mais para uma crítica radical do que para um alinhamento ortodoxo contra os que são persistentemente considerados os bárbaros do conhecimento. (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 376).

Citando Walter Dignolo, Maldonado-Torres explica que uma das formas eficazes de evitar questões atinentes ao papel da experiência colonial da modernidade é situar o seu surgimento no final do século XVIII. Mesmo grande parte dos estudos pós-coloniais acata a ideia da fixação espaço-temporal da modernidade entre o fim do século XVIII e início do século XIX, perdendo de vista os padrões de mais longo prazo da dominação e exploração colonial anterior a esse período. Enrique Dussel (2009), de forma semelhante, aborda essa questão, afirmando que é preciso encarar a origem da modernidade com novos olhos, abandonar e refutar a construção da origem de uma modernidade numa visão intra-europeia, eurocêntrica, autocentrada, ideológica a partir da centralidade do Norte da Europa. Explica que a Europa passa a ser o centro da história mundial apenas a partir da revolução industrial. No entanto, graças a uma miragem eurocêntrica, toda a história anterior aparece como tendo a Europa como centro, distorcendo o fenômeno da modernidade. Dussel, ao discorrer sobre a filosofia de Hegel, entende que esta se fecha numa reflexão puramente centrada na Europa. Como exemplo, cita o caso de Hegel desconsiderar que a invenção da pólvora tenha se dado há séculos na China, ao passo que considera que o homem descobriu a América, como se os indígenas americanos não

fossem humanos e a América tinha que esperar pelos europeus para que o 'homem' a descobrisse.

Outra autora que merece destaque nos estudos da corrente decolonial é a intelectual-militante Catherine Walsh, que já atuou juntamente com Paulo Freire em processos de luta por justiça e transformação social. Em sua obra “Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época”, analisa o Estado e a sociedade na perspectiva de lugares de luta decolonial.

Defende abertamente a interculturalidade, entendida como processo e projeto social, político, ético e epistêmico. Explica que a interculturalidade esparrama horizontes e abre caminhos de enfrentamento ao colonialismo ainda bastante presente [e, acrescentaria, onipresente], criando posturas e estruturas novas e distintas. O processo social e político de luta decolonial tem como projeto a transformação social e política, como também a transformação das estruturas do pensar, do atuar, do sonhar e do viver.

Ao afirmar o processo político e social decolonial [em vez de descolonial], explana que

Suprimir o “s” e nomear “decolonial” não é promover um anglicismo. Pelo contrário, é marcar uma distinção com o significado em castelhano [e também acrescentaria, por analogia, em português] do “des”. Não podemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e marcas desistissem de existir. A intenção é mesmo assinalar e provocar um posicionamento – uma postura e atitude contínua – de transgredir, intervir, insurgir e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínuo no qual podemos identificar, visibilizar e estimular “lugares” de exterioridade e construções alternativas. (WALSH, 2009, p. 16-15)⁹

A perspectiva da colonialidade, portanto, é o pano de fundo para sua análise dos padrões e matrizes de poder que estão por traz da construção do discurso da “mestiçagem” no contexto equatoriano e bolivariano, que configura, na verdade, uma cultura nacional excludente e homogeneizadora. Ela explica que não só nesses países, mas na América, a ideia de raça como um instrumento de estruturação social foi configurada como um padrão de poder por meio das práticas e estruturas da colonialidade, relacionando-se diretamente com a exploração do trabalho e com o capitalismo mundial. A mestiçagem, desta forma, é utilizada como discurso de poder. Os colonizadores conseguiram impor um padrão de dominação estabelecendo a superioridade branca

⁹ Tradução livre do autor.

européia em contraponto à inferioridade dos negros e indígenas, como também às suas respectivas identidades e referências culturais, sendo os mestiços novos desenhos de identidades na liminaridade, no meio do caminho. Assim aponta:

Tanto para os povos negros como para os indígenas e mestiços, a colonialidade operou no nível intersubjetivo e existencial, permitindo a desumanização de alguns, a sobre-humanização de outros e a negação dos sentidos integrais da existência e humanidade. Também operou epistemicamente, localizando o conhecimento na Europa e no mundo ocidental, descartando por completo a produção intelectual indígena e afro, e impulsionando a construção letrada da identidade nacional. (WALSH, 2009, p. 30).¹⁰

A partir dessas considerações, questiona-se como um processo político e social que tenha por base a decolonialidade, como defende Boaventura Sousa Santos, Catherine Walsh e os demais autores aqui abordados, podem ser assumidos nos processos de patrimonialização e nas práticas educativas a eles atreladas? É possível pensarmos numa Educação Patrimonial decolonial como um projeto político e social? Até que ponto as políticas e diretrizes do IPHAN voltadas para a Educação Patrimonial apontam ou contribuem para pensarmos e atuarmos com uma Educação Patrimonial na perspectiva da decolonialidade? São essas questões que irão nortear a discussão que se segue.

A Educação Patrimonial decolonial como projeto ético-político

Ao se reportar à mitologia da ‘descolonização do mundo’, o sociólogo portorriquenho Ramón Grosfoguel, pensador da atualidade também pertencente à corrente decolonial, discorre que

Durante dos últimos cinquenta anos, os Estados periféricos que hoje são oficialmente independentes, alinhando com os discursos liberais egocêntricos dominantes (Wallestein, 1991a, 1995), construíram ideologias de ‘identidade nacional’, ‘desenvolvimento nacional’ e ‘soberania nacional’ que produziram uma ilusão de ‘independência’, ‘desenvolvimento’ e ‘progresso’. Contudo, os seus sistemas econômicos e políticos foram moldados pela sua posição subordinada num sistema-mundo capitalista que se organiza em torno de uma divisão hierárquica internacional do trabalho (2009, p. 396).

No caso brasileiro, isso é realidade pelo menos desde a virada do século XIX para o século XX, o que se refletiu, como vimos, na história da patrimonialização dos nossos bens

¹⁰ Tradução livre do autor.

culturais. A ideologia de uma identidade nacional homogênea e coesa, extremamente pautada numa herança europeia e num poderio católico-militar, é o que caracterizou a política preservacionista implantada no Brasil nos anos 1930, com a criação do SPHAN, perdurando-se por várias décadas.

Pode-se afirmar, assim, que um determinado conceito de nação agenciou o surgimento das práticas preservacionistas no país, as quais têm impactos até os dias atuais, sobretudo se considerarmos a narrativa de identidade nacional desenhada pelos bens patrimoniais tutelados pelo Estado. Mas isso não impede dizer que dinâmicas de transformação, com novos pensamentos que permeiam anseios sociais que conclamam a representatividade da diversidade cultural, não tenham ocorrido em paralelo e tomado força ao longo da trajetória de atuação do IPHAN nos seus oitenta anos de existência.

Há que considerar que, em meio às influências das lutas e movimentos sociais que ocorreram em várias partes do mundo no segundo pós-guerra, sobretudo considerando as ideias revolucionárias amplamente intensificadas nos anos 1960, o campo do patrimônio foi invadido por novas reflexões e, conseqüentemente, passou por transformações. Na América Latina e, especificamente no Brasil, essa onda tem forte reverberação, por exemplo, no campo dos museus (CHAGAS; GOUVEIA, 2014). O fazer museológico atrelado à preservação do patrimônio em que se reproduz um sistema de dominação de um determinado segmento da sociedade e a museologia cujas práticas e técnicas não se atinham aos problemas sociais foram amplamente questionados e colocados em xeque. Uma nova postura do fazer museológico, influenciada pelas lutas e movimentos sociais, surgia e se apresentava como um novo pensamento no campo da museologia. Defendia-se uma prática museológica cuja principal preocupação são os sujeitos e os problemas sociais por que passam as comunidades a que o museu atende, com vistas à busca de seu desenvolvimento sociocultural.

No campo do patrimônio, esse novo pensamento que busca considerar as referências culturais dos diferentes segmentos sociais e romper com a lógica da homogeneização da identidade nacional começa a tomar corpo, institucionalmente, com a criação do CNRC, na década de 1980, e com os ideais de Aloísio Magalhães quando esteve à frente da Fundação Nacional Pró-Memória. Papel fundamental também foi a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e do instrumento do Registro como uma ferramenta de acautelamento dos bens culturais de natureza imaterial, por meio do

Decreto 3.551/2000, resultado de intensos debates ocorridos nos anos 1990 e que resgatam, inclusive, ideais do anteprojeto de criação do SPHAN elaborado por Mario de Andrade. A atuação no campo do patrimônio imaterial pelo IPHAN tem sido importante para a valorização das referências culturais historicamente subalternizadas ou silenciadas nos processos de patrimonialização no Brasil, bem como dos seus saberes, fazeres e epistemologias, a exemplo das referências culturais africanas e indígenas.

Com isso, no entanto, não pretendo afirmar que os processos de patrimonialização romperam totalmente com os mecanismos que contribuem para a manutenção das matrizes fundantes que reforçam a dominação do saber-poder característicos da colonialidade. As atuações são diversas e coexistem, ainda nos dias de hoje, processos emancipadores (decoloniais) com práticas que constroem narrativas identitárias nacionais elitistas, dominadoras, excludentes e colonizantes. Como observa o antropólogo Emanuel Braga (2016), as práticas preservacionistas subliminarmente temperam o périplo colonial lusitano com curiosidades etnográficas dos elementos indígenas e africanos. Isso implica afirmar que ainda, ou mais do nunca, é necessário conceber e atuar por uma geopolítica decolonial nas políticas de preservação do patrimônio, deslocando o sujeito e o objeto patrimonializado ou passível de patrimonialização, bem como subvertendo a lógica da colonialidade que perdura até hoje.

Felizmente, no campo da Educação Patrimonial, embasados numa perspectiva educativa crítica e emancipadora freiriana, os debates promovidos pela Ceduc nos fóruns e encontros temáticos já citados têm pautado as atuais diretrizes políticas e ações na área, aproximando-se dos anseios e ideais dos defensores da perspectiva decolonial. Na publicação que traz o histórico, conceitos e processos da Educação Patrimonial, a Ceduc reconhece que

Os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 19).¹¹

¹¹ Tais premissas são institucionalizadas por meio da Portaria IPHAN nº 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece as diretrizes para a Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio.

Defender a construção coletiva e democrática do conhecimento e a participação efetiva dos diferentes atores nos processos de apropriação do patrimônio cultural (considerando tantos os agentes institucionais como os detentores das respectivas referências culturais) é trabalhar sob o ponto de vista da ecologia dos saberes proposta por Boaventura Sousa Santos. Configura, também, reconhecer que o patrimônio cultural é produto das relações sociais e dos significados que os indivíduos lhe atribuem. Por esse caminho, quebram-se as linhas abissais que construímos, muitas vezes institucionalmente, entre os supostamente detentores do saber(-poder), que falam em nome do Estado e dos institutos de patrimônio, e as comunidades que precisam ser “conscientizadas” acerca da preservação de um dado patrimônio, ao mesmo tempo fetichizado e alheio ao indivíduo, no qual muitas vezes os grupos sociais com os quais estamos lidando não se vêem representados.

Sem querer esgotar o documento produzido pelo IPHAN, é importante destacar que as diretrizes também concebem o patrimônio cultural como um campo de conflito e a dimensão política das práticas educativas a ele atreladas, compreendendo que tanto a produção da memória como do esquecimento são produtos sociais. Desta forma, nesse campo de conflito, uma Educação Patrimonial na perspectiva da decolonialidade – ou, já assumindo o termo, a Educação Patrimonial decolonial – reconhece que os processos de patrimonialização foram e são amplamente influenciados por uma matriz de poder colonialista e pela dominação do sistema capitalista dela decorrente, muitas vezes invisível ou escamoteada. A Educação Patrimonial decolonial, enfim, admite que o colonialismo se perpetuou, como bem demonstra Boaventura Sousa Santos, sobre a colonialidade do saber-poder; o que torna necessário contestar e romper com os processos de dominação sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos e segmentos sociais não hegemônicos ou estigmatizados. É o que Catherine Walsh (2009) defende, ao tratar da interculturalidade, afirmando que esta visa romper com a história hegemônica que coloca, de um lado, uma cultura dominante e, a reboque, outras culturas subordinadas. Essa estratégia reforça a existência de identidades tradicionalmente excluídas, inibindo um “com-viver” de respeito e legitimidade entre os diferentes grupos sociais.

Para além dos textos institucionais, o IPHAN disponibilizou uma proposta metodológica de Educação Patrimonial, cujos princípios coadunam-se com os ideais da

decolonialidade, que tem sido amplamente disseminada e utilizada em várias partes do país. Trata-se dos inventários participativos (FLORENCIO et al, 2016), uma proposta que surgiu, inicialmente, no âmbito do Programa Mais Educação, em uma parceria entre o IPHAN e o Ministério da Educação, mas que foi adaptada para ser adotada em diferentes contextos e com diferentes públicos, tanto no âmbito da educação formal como da educação não-formal. Os inventários participativos, baseando-se no trabalho com a memória social, partem da premissa de que os próprios grupos e comunidades possam assumir, em primeira pessoa, a identificação, o registro e a seleção das referências culturais significativas para a formação de suas identidades e memórias coletivas. Diversos grupos urbanos, rurais, quilombolas, indígenas, entre outros, têm se apropriado dessa metodologia, usando-a em processos de patrimonialização, sobretudo não institucionalizados¹².

Ao mesmo tempo em que propostas progressistas alinhadas a uma Educação Patrimonial crítica e emancipadora são capitaneadas e impulsionadas pelo IPHAN, outras ações conservadoras e retrógradas são empreendidas, demonstrando as idiosincrasias da instituição. Recentemente, o IPHAN colocou para consulta pública a proposta que visa instituir a Política de Patrimônio Cultural Material¹³. Sem ater-se a todo o seu conteúdo - que realmente merece uma análise com a criticidade necessária -, e limitando-se apenas ao campo da Educação Patrimonial, destaco que a proposta não recepiona os documentos institucionais do próprio IPHAN, como a publicação *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*, e a Portaria IPHAN nº 137/2016, que regulamenta a matéria. Tão-pouco considera o resultado de todas as instâncias de debate com sociedade civil sobre o tema, promovidas pela Ceduc. A concepção de Educação Patrimonial presente na referida proposta configura-se meramente informativa e instrutivista, na acepção da falácia de que simplesmente é preciso conhecer para preservar (TOLENTINO, 2016),

¹² Para aprofundar na temática dos inventários participativos, recomendo a leitura do trabalho de Nito e Scifoni (2017), que traz a experiência do inventário das referências culturais do Minhocão, em São Paulo, como uma contraposição ao processo de *gentrificação* da área central na cidade. Sobre os resultados consolidados de outra experiência, recomendo o catálogo “Tiririca dos Crioulos: um quilombo indígena”, produzido por Sá, Serradela e Léo Neto (2016), a partir do inventário participativo das referências culturais dessa comunidade localizada no município de Carnabueira da Penha, no interior de Pernambuco.

¹³ Até a finalização da escritura deste texto, a proposta estava aberta para contribuições. Portanto, a análise não se ateve ao texto consolidado. A proposta foi colocada para consulta pública por meio do link http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_PFP_M_Versao13a.pdf. Último acesso em 20/04/2018.

reforçando uma determinada hegemonia do saber-poder e do pensamento abissal, em detrimento da perspectiva da ecologia de saberes. Deixa de lado, portanto, todo o avanço construído pelo próprio órgão com a criação da Ceduc, que tem defendido e impulsionado uma Educação Patrimonial dialógica, crítica e, por que não dizer, decolonial.

Uma Educação Patrimonial que parta da diferença e da interculturalidade precisa ser aguerridamente defendida. Não é possível mais se admitir que práticas de patrimonialização mantenham e reproduzam a colonialidade do poder e que as práticas educativas reencarnem e sejam reprodutoras da colonialidade do saber e do ser. Nestes tempos em que avançam políticas neoliberais e que ondas conservadoras em todos os ambientes sociais se avolumam, é premente debatermos, pensarmos, agirmos e resistirmos por uma Educação Patrimonial decolonial e pós-abissal, como um projeto político, ético e social.

Referências

BRAGA, Emanuel Oliveira. Entre o templo e a ruína: identidades, conflitos e políticas no pós-tombamento da igreja de São Miguel Arcanjo na Terra Indígena Potiguara, Paraíba. In: *Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia*. João Pessoa: ABA, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: IPHAN/Depron, 1996.

CHAGAS, Mario de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In TOLENTINO, Átila B. (Org.). *Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades. Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 3*. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, p 27-31, 2013.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: *Museologia Social. Cadernos do Ceom*. a. 27, n. 41. Chapecó: Unochapecó, p. 9-22, 2014.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003.

DUSSEL, Enrique. Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009.

FLOÊNCIO, Sônia Rampim; et al. *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2016.

FLOÊNCIO, Sônia Rampim; et al. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. 2 ed. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedi/Ceduc, 2014.

GROSGOUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: trasmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009, p. 383-418.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A Topologia do Ser e Geopolítica do Conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009, p 337-382.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a *gentrificação*: a experiência do inventário participativo de referências culturais do Minhocão. In: *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, n. 5. São Paulo: SESC, p. 38-49, 2017.

NUNES, João Arriscado. O Resgate da Epistemologia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009, p. 215-242

SÁ, Alecsandra Ana dos Santos; SERRADELA, Larissa Isidoro; LÉO NETO, Nivaldo Aureliano. *Tiririca dos Crioulos: um quilombo indígena*. Carnaubeira da Penha: Associação dos Remanescentes do Quilombo Tiririca, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009a, p. 23-72.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um Ocidente Não-Ocidentalista? a filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina; CES, 2009b, p. 445-486.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila B. (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas. Caderno Temático de Educação Patrimonial*, João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, n. 2, p. 30-37, 2012.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, n. 19, São Paulo: USP, p. 80-1-8, jun. 2015.

TOLENTINO, Átila B. O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. *Caderno Temático de Educação Patrimonial*, João Pessoa: IPHAN/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, n. 3, p. 38-48, 2016.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 249-261.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

Recebido em 27.04.2018
Aprovado em 30.06.2018

PASSADOS COMPOSTOS E DECOMPOSTOS: O PATRIMÔNIO CULTURAL EM TEMPOS DE MEMÓRIA E DESMEMÓRIA

COMPOSED AND DECOMPOSED PASTS: CULTURAL HERITAGE
ON MEMORY AND NO-MEMORY TIMES

Janice Gonçalves¹

Resumo

Neste artigo apresenta-se brevemente um quadro geral das discussões que, em especial no campo da História, têm colocado em questão o lugar da memória na contemporaneidade. Em um primeiro momento do texto, toma-se como referência o tema da crise da memória, considerando reflexões de autores como Pierre Nora, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, François Hartog e Andreas Huyssen. Em um segundo momento, interroga-se o papel da memória e das instituições mais diretamente associadas ao que Aleida Assmann define como “memória cultural”, tendo em vista problemas atuais relacionados à chamada “pós-verdade” e às disputas memoriais, bem como os desafios de construção e manutenção de políticas públicas de memória pautadas em princípios éticos e democráticos.

Palavras-chave: Memória. Crise. Patrimônio Cultural. Tempo Presente.

Abstract

This article briefly presents a general picture of the discussions that, especially in the field of history, have put in question the place of memory in contemporary times. First, the theme of memory crisis is taken as a reference, considering reflections of authors like Pierre Nora, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, François Hartog and Andreas Huyssen. Second, there is a discussion of the role of memory and of institutions more closely associated with what Aleida Assmann defines as "cultural memory", in view of the current problems related to the so-called "post-truth" and to the memory fights, and also the challenges of building and maintaining public memory policies based on ethical and democratic principles.

Keywords: Memory. Crisis. Cultural Heritage. Present Time.

Nos quadros de um dossiê que abarca "Releituras do passado no presente: memória, patrimônio e educação", objetivei, neste texto, realizar uma breve reflexão sobre os papéis e os significados atribuídos à memória e como têm sido costumeiramente articulados ao patrimônio cultural, nas últimas décadas. Dada a extensa bibliografia a respeito, optei por dialogar, a esse respeito, com alguns autores referenciais cujas reflexões permitiriam dar conta dos principais eixos do debate. Para tanto, foram mobilizadas noções como as de crise da memória, regime de historicidade, nostalgia, dever de memória e pós-verdade. Como horizonte, os desafios atuais para a construção e

¹ Mestre e Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Contato: janice.gnclvs@gmail.com

manutenção de políticas públicas de memória pautadas em princípios éticos e democráticos.

Patrimônio cultural e memória

Há algumas décadas tem sido assumido e disseminado um diagnóstico para o qual convergem diversos autores, a saber: que uma crise da memória marca profundamente nossa contemporaneidade. Esse diagnóstico emergiu e passou a ser intensamente debatido a partir das duas últimas décadas do século XX. Assim, em uma análise voltada especificamente para a França, Pierre Nora, em meados dos anos 1980, entendeu que haviam se dissipado as condições para que certo tipo de produção social de memória se mantivesse – uma memória geralmente afeita a coletividades “ditas primitivas ou arcaicas”, que realizam a transmissão e partilha de experiências, ideias e valores através das gerações, no convívio direto de seus integrantes, pessoa a pessoa, face a face. Segundo o que registrou o autor, desaparecidos os “meios de memória” (*milieux de mémoire*) restariam seus lugares (*lieux de mémoire*); ou, como indicou no mesmo texto, “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1994, p. XVII e XIX; NORA, 1993, p. 7-8).

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, que percebeu nas considerações de Nora um “tom um tanto passadista” com ressonâncias platônicas (MENESES, 1999, p. 15-16), também refletiu sobre a crise da memória – que, por ser crise, não seria necessariamente negativa: “o núcleo de sentido da palavra *crise* [...] expressa necessidade de distinguir, separar, selecionar, em suma, escolher”, podendo toda crise ser percebida, conseqüentemente, como uma oportunidade de renovação (MENESES, 1999, p. 27). A crise da memória teria cinco dimensões principais: epistemológica, técnica, existencial, política e socioeconômica.

A dimensão técnica talvez seja, entre elas, a mais visível e consensual: é sabido que se multiplicaram as formas de “externalização da memória”, marcadamente com a revolução microeletrônica e a cibercultura; mas, frente à imensidão de dados, como qualificar “juízo crítico e sensibilidade política” (MENESES, 1999, p. 15)? De que maneiras evitar nossa desmemória, como indivíduos, como cidadãos?

As dimensões política e socioeconômica da crise transparecem quando se trata da questão da memória nos quadros de sociedades do consumo (e do descarte), bem como

de sua espetacularização, pautadas pela lógica da mercadoria – características que conferem aos meios de comunicação de massa e às técnicas de propaganda grande poder amnésico e alienador (MENESES, 1999, p. 19). Considerando-se ainda que, em sociedades como essas, as informações, as demandas de memória e o chamado patrimônio cultural não existem fora de tais circuitos, são todos, por consequência, tomados como mercadorias e, nessa condição, sua produção, circulação e apropriação tendem a ocorrer de forma desigual (MENESES, 1999, p. 21). Com base nessas considerações, pode-se vislumbrar a relevância de políticas de memória pautadas por horizontes democráticos de gestão.

Na perspectiva de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, a essas três dimensões da crise contemporânea da memória somam-se, como já referido, ao menos outras duas: as dimensões epistemológica e existencial, associadas à maneira como nos relacionamos com o passado. Sob a égide da mercadoria, somos fortemente induzidos ao esquecimento, sendo que o passado perderia valor de ordem prática no presente – mas, se assim é, por que e para que lembrar? O autor indica que, em nosso tempo, a dedicação às comemorações pode significar, paradoxalmente, ausência de engajamento dos indivíduos na empreitada de recordação, podendo conduzir a “um sentimento de consumação, de página virada” (MENESES, 1999, p. 17). Pierre Nora, em 1992, ao encerrar o último tomo da obra *Lieux de Mémoire*, que dirigiu, debruçou-se criticamente sobre o momento histórico que então vivia – em sua percepção, uma verdadeira “era da comemoração” – e indicou que, ao menos no caso francês, a intensidade das comemorações, em vez de apontar para a afirmação da identidade nacional pautada na perspectiva histórica (como tinha sido usual), passara a estar fundada em diferentes vertentes de memória, remetendo às demandas de afirmação identitária de variados grupos, tal como passara a ocorrer com o patrimônio (NORA, 1992, p. 988-997).

Outros autores preferiram abordar mais detidamente uma ou outra das dimensões apontadas por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses em relação à crise da memória. Ao entender tal crise como uma alteração sensível de nossa relação com o tempo, François Hartog ofereceu uma proposta (ou aposta) interpretativa segundo a qual vivemos também a emergência de novas formas de lidar com as temporalidades históricas, ou de um novo regime de historicidade, pautado pela ênfase no presente: em meio a processos históricos caracterizados pela aceleração e pelo pulular do “novo”, o passado não ofereceria modelos

ou respostas confiáveis; em paralelo, dar-se-ia a ausência de uma perspectiva comum (ou amplamente partilhada) de um futuro desejável, para o qual poderiam ser mobilizadas as energias sociais.

O apelo à memória manifesta a crise do presentismo [...]. Entendo o presentismo assim nomeado pela referência e oposição ao futurismo, como a expressão de um profundo questionamento do regime moderno de historicidade. O futuro, o progresso e as ideologias que a ele se prendem perderam sua força de convicção no momento mesmo que a distância entre horizonte de espera e campo da experiência tornaram-se máximos. É notável como, atualmente [1995], a reintrodução da dimensão do futuro se dê principalmente pelo desvio da preocupação com a conservação: sobre um modo negativo, para impedir, ou simplesmente retardar a destruição, o empobrecimento, a poluição de nosso mundo. (HARTOG, 1996, p. 152)

Restaria, assim, o apego ao presente, em que o passado poderia ser positivado no viés nostálgico (explorado pelas forças do capital, como na indústria do entretenimento) e o futuro estaria condenado a ser ou uma extensão indefinida (infinita?) do presente ou o cumprimento de previsões apocalípticas. Em livro publicado na França em 2003, Hartog desdobrou, suas reflexões: salientou, por exemplo, que, na esfera do planejamento e do controle de riscos, o futuro também pode vir a ser lido positivamente, com a mobilização de tecnologias computacionais cujas projeções operam a partir de vários presentes possíveis – ou de um presente multidirecional/múltiplo. Tecnologias que, a rigor, também poderiam se abrir ao passado e, conseqüentemente, estender o presente em sua direção (HARTOG, 2013, p. 258-259). A centralidade e a abrangência do presente no regime de historicidade por nós vivenciado fez com que Hartog o compreendesse como “um presente monstro”, que “é ao mesmo tempo tudo (só há presente) e quase nada (a tirania do imediato)” (HARTOG, 2013, p. 259).

A mera observação das transformações políticas pelas quais passaram vários países americanos, em especial na América do Sul (Brasil, Equador, Bolívia, Venezuela, Argentina), principalmente entre os anos 2000 e 2015, lança dúvidas sobre a disseminação esmagadora de uma relação desinteressada ou desesperançada com o futuro (afirmada predominantemente, não por acaso, por autores europeus). Não obstante, observa-se que, mesmo nos países latino-americanos, a memória tornou-se objeto de tematização obsessiva, invadindo variadas esferas das atividades humanas, em âmbito público e privado. Entre seus efeitos concretos está a demanda mais ampla pela patrimonialização de bens culturais – amplitude que se refere tanto aos tipos de bens

contemplados como patrimônio como aos momentos e às condições em que foram originalmente produzidos, às razões de sua produção e aos sujeitos que os produziram. Ou, conforme Nathalie Heinich, uma ampliação de caráter cronológico (que deixa de se concentrar em períodos históricos mais recuados para abranger os dias atuais), topográfico (não somente o bem em si, mas também seu entorno e a “paisagem circundante”), tipológico (passando a abarcar muito mais do que grandes obras referenciais da arquitetura militar ou religiosa, como era praxe) e conceitual (superando a lógica do único, ou do excepcional, pela lógica do típico, ou do mais costumeiro e disseminado - HEINICH, 2014, p. 12-14). Esse alargamento do patrimonial permite entrever as razões de François Hartog ter compreendido memória e patrimônio como duas “palavras mestras” da contemporaneidade (HARTOG, 2006, p. 265); imbricados, Hartog chegou a considerar o patrimônio como *alter ego* da memória (HARTOG, 2013, p. 193).

Não é surpreendente, portanto, que, assim como a memória, o que foi tomado como patrimônio cultural tenha passado a se articular fortemente com anseios identitários, de tal maneira que, na atualidade, seja compreendido menos como o que temos (conjunto de bens aos quais atribuímos valor significativo de modo a nos esforçarmos para transmiti-lo através das gerações) e mais como aquilo que somos (HARTOG, 2006, p. 266). Algo, aliás, que já havia sido apontado por Pierre Nora (1992, p. 1010), em grande medida escorado na interpretação de Nora sobre a explosão de eventos comemorativos de centenas de associações e grupos na agenda do “Ano do Patrimônio”, na França de 1980 (NORA, 1992, p. 995-996).

Atravessado tanto pela lógica da mercadoria quanto pelas lutas identitárias, o patrimônio seria, assim, expressão da cultura da memória gerada pelo peculiar desencontro contemporâneo com o passado e com o futuro, que Hartog viu sintetizado no modo com que se lidou com a queda do Muro de Berlim:

Nós gostaríamos de preparar, a partir de hoje, o museu de amanhã e reunir os arquivos de hoje como se fosse já ontem, tomados que estamos entre a amnésia e a vontade de nada esquecer. A destruição do Muro de Berlim, seguida de sua museificação instantânea foi um bom exemplo, com a sua imediata mercantilização. Foram postas à venda imediatamente amostras devidamente marcadas com o selo *Original Berlin Mauer*. Se o patrimônio é doravante o que define o que nós somos hoje, o movimento de patrimonialização, este imperativo, tomado ele mesmo na *aura* do dever da memória, permanecerá um traço

distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: uma certa relação com o presente e uma manifestação do presentismo. (HARTOG, 2006, p. 271).

Há ao menos dois desdobramentos, portanto, de um mesmo movimento memorial: as demandas identitárias (que com frequência envolvem o “dever de memória”, remetido a experiências históricas profundamente traumáticas) e a mercantilização do memorável. Andreas Huyssen discorreu sobre ambos, em mais de um trabalho (HUYSSSEN, 2000; HUYSSSEN, 2014). Em relação ao último aspecto, indicou componentes nostálgicos da cultura da memória, tal como apropriada pela indústria cultural (HUYSSSEN, 2000, p. 14, 24). Mas a moda “retrô” e as variadas inspirações suscitadas pelo “reviver” de épocas passadas podem ser compreendidas como maneiras de singularizar artefatos no mercado de bens de consumo, quase sempre com adaptações às condições tecnológicas atuais (como atestam vitrolas, refrigeradores e outros aparelhos domésticos “retrô”, que apenas em aparência são “antigos”); tais artefatos são vetores, por assim dizer, de uma nostalgia simulada, pois não envolvem a dor da perda ou da ausência². Contudo, a nostalgia é um elemento da relação contemporânea com o passado que não é apenas assimilável a um modismo “retrô”; veja-se, como indica Huyssen, que a nostalgia igualmente se aninha, por exemplo, no “culto das ruínas”, detectável nesses inícios do século XXI. O culto às ruínas se contrapõe à produção de simulacros justamente porque, conforme Huyssen, está associado a uma nostalgia do autêntico:

A ânsia de autenticidade é o anseio romântico do outro por parte da cultura da mídia e da mercadoria. Os programas ‘de realidade’ na televisão são sua expressão patética. A cozinha autêntica, a roupa autêntica, as identidades autênticas de todo e qualquer tipo seguem o mesmo exemplo. (HUYSSSEN, 2014, p. 97)

Svetlana Boym tece reflexões sobre a nostalgia que se afinam com as de Huyssen:

Em contrapartida à nossa fascinação com o ciberespaço e pela aldeia global virtual, há uma epidemia global de nostalgia, e um anseio efetivo por uma comunidade com uma memória coletiva, um desejo de continuidade em um mundo fragmentado. A nostalgia reaparece inevitavelmente como um mecanismo de defesa em um tempo de mudanças históricas drásticas e ritmos acelerados de vida. (2017, p. 156)

² Etimologicamente, nostalgia indica a dor causada pela distância do lar ou da terra natal (do grego *nostos* = lar + *algia* = dor). A respeito, ver HUYSSSEN (2014, p. 91). Note-se que Svetlana Boym (2017, p. 153 e 155) destaca a nostalgia como um “anseio” ou uma “saudade” do lar.

Não obstante podermos colocar em xeque apreciações tão generalizantes, os comentários de Huyssen e Boym sem dúvida abrem possibilidades para pensarmos as percepções e apropriações contemporâneas do patrimônio cultural, ao menos em duas claves: a do patrimônio-mercadoria (utilizado como uma das variadas dimensões do modismo retrô ou da nostalgia *fake*) e a do patrimônio como remanescente autêntico (valorizado e protegido por esta condição).

Resta ainda referir as demandas do presente que envolvem diretamente as disputas de memória (e, com frequência, o patrimônio). Uma parcela significativa dos debates (e embates) sobre a memória, na contemporaneidade, trouxe (e traz) consigo reivindicações de justiça e reparação. No rastro da desmontagem de regimes ditatoriais e do fim de conflitos armados de grande envergadura, em todos os continentes, as vozes das vítimas fizeram-se ouvir, não raro como testemunhas em processos de investigação comandados por “comissões de verdade”. Manteve-se como principal referência de trauma – ou de catástrofe, para pensarmos no termo adotado por Henry Rousso (2016, p. 25-27) – o extermínio em massa de judeus, promovido pelo regime nazista na Alemanha e na Europa ocupada. Como destacou Huyssen (2000, p. 13), o Holocausto (ou *Shoah*, como preferem, em geral, os descendentes das vítimas) tornou-se matriz dos discursos de memória de conteúdo reivindicatório:

No movimento transnacional dos discursos de memória, o Holocausto perde sua qualidade de índice do evento histórico específico e começa a funcionar como uma metáfora para outras histórias e memórias. O Holocausto, como lugar-comum universal, é o pré-requisito para o seu descentramento e seu uso como um poderoso prisma através do qual podemos olhar outros exemplos de genocídio (HUYSSSEN, 2000, p. 13).

Em outro trabalho, Huyssen (2014, p. 14) salientou que essa transnacionalização dos discursos de memória ocorreu a partir do final da década de 1990, integrando discussões relativas a genocídios (como o dos tutsis, em Ruanda), à violência repressiva das ditaduras causadora dos “desaparecidos” políticos (em países da América Latina), ou mesmo à violência contra mulheres e contra crianças.

A guinada transnacional dos estudos sobre a memória influenciou claramente a política nacional, os processos judiciais, as Comissões da Verdade e os debates populares de muitos países, e se articulou de maneira vigorosa na literatura, nas artes plásticas, em filmes e documentários, e até na arquitetura de museus e memoriais. (HUYSSSEN, 2014, p. 14-15)

Se as disputas de memória resultaram na instalação de processos de investigação e julgamento dos responsáveis por crimes que atingiram milhares de pessoas, também abriram a possibilidade, em vários países, de criação de leis que enquadrassem e limitassem as narrativas históricas acerca deles – as chamadas “leis memoriais” (GONÇALVES, 2015) – ou produziram efeitos no campo estritamente patrimonial, ocasionando a seleção de bens culturais vinculados a essas experiências traumáticas ou erigindo museus, centros de documentação, memoriais e monumentos a elas correlatos (conformando um patrimônio “do trauma e da dor” – MENEGUELLO, 2014, p. 55).

Memória, ética e democracia

É preciso ressaltar: o alargamento do campo do patrimônio – a começar da própria acepção, que, no caso especificamente brasileiro, também envolveu a transição do patrimônio “histórico e artístico” para o “cultural” – teve sentido político. Esteve intrinsecamente associado à concepção do patrimônio cultural como instrumento relevante na construção de relações construtivas e colaborativas entre Estados-nações e povos, como se depreende das iniciativas da Organização das Nações Unidas e, mais especificamente, da UNESCO, nas quais a valorização da diversidade cultural foi tomada como um dos pressupostos da construção da paz no pós-Segunda Guerra Mundial, com forte valorização das decorrentes iniciativas educativas (GONÇALVES, 2014, p. 85-87).

No caso brasileiro, se as mudanças no campo patrimonial ecoaram, em parte, a onda patrimonializadora comum a outros países, estiveram antes de tudo relacionadas ao longo processo de redemocratização do país, do qual a Constituição Federal de 1988 foi um dos principais marcos. Portanto, esse alargamento não deve ser meramente indicado ou descrito – deve ser compreendido em suas razões fundamentais, que se prendem a esforços concretos de vinculação do campo do patrimônio à valorização da diversidade cultural, ao exercício pleno da cidadania, à defesa de princípios democráticos e às lutas por uma sociedade justa e igualitária. Na base da onda patrimonializadora (também ampla e variegada, e certamente aberta ao dissenso), estiveram (e estão) iniciativas que buscaram uma perspectiva patrimonial inclusiva e cidadã. Disso dão mostras: o Art. 216 da Constituição Federal; a Lei federal n. 8.159 de 1991 (a “lei de arquivos”, que, embora não diga respeito apenas a acervos arquivísticos de *status* patrimonial, como os arquivos

permanentes, certamente influiu em sua expansão); a legislação voltada para o denominado “patrimônio imaterial”; a adoção da categoria “referência cultural” e a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais; a implantação de museus como o da Maré.

Nos dias que correm, é preciso lembrar desse percurso e alertar para que não o naturalizemos: não só houve esforço para realizá-lo, como não há garantias de que seja mantido. Mergulhados, nas últimas décadas, na obsessão memorial e na fúria patrimonializadora (como alguns autores caracterizaram o acentuado interesse pela memória e pelo patrimônio, nas três últimas décadas), talvez não tenhamos nos dado conta suficientemente da necessidade de fazê-las acompanhar de um compromisso ético com as memórias e experiências aí implicadas.

Vivemos tempos sombrios de “pós-verdade”: evidências são negadas ou desprezadas, elegendo-se, em seu lugar, a narrativa que for mais interessante a determinado indivíduo ou grupo. Como destacou Alex Law (2017, p. 6), tendo como exemplos, sobretudo, pronunciamentos do presidente estadunidense Donald Trump e informações sobre ações de políticos conservadores na campanha do Brexit, são tempos em que a evidência científica chega a ser negada “e traduzida meramente como outro tipo de opinião.” O fenômeno ocorre nos quadros da chamada “sociedade da informação”, que gera continuamente milhões de dados rapidamente disseminados por mecanismos de comunicação em rede, filtrados e controlados por algoritmos, em parte alimentados pelos próprios usuários. O volume de dados, imenso, necessitaria ser adequadamente tratado para se tornar, propriamente, informação. Todavia, a verificação da procedência, a checagem da veracidade da notícia, a análise crítica do conteúdo informativo raramente são postas em prática, em especial nas interações proporcionadas pelas redes sociais, no âmbito da cibercultura: nesse âmbito, as reações estimuladas não são as de questionamento e reflexão, mas aquelas de resposta mais rápida e direta, emocionais e mecânicas – gostar (“curtir”, com algumas variações) ou não gostar, compartilhar ou não compartilhar a postagem. Isso tem favorecido, crescentemente, a proliferação de informações falsas, boatos e calúnias, o que teve ao menos a contrapartida positiva da criação de agências que verificam níveis de confiabilidade e de veracidade das notícias. No que e refere à história e à memória histórica, não se trata, de forma alguma, de uma questão de interpretação, mas de negação de experiências e vivências (como a da

repressão e da violência institucional durante a ditadura civil-militar brasileira) ou mesmo de inversão da condição das vítimas (que passam a ser apresentadas como algozes ou, ao menos, como responsáveis diretas por terem sofrido abusos e violências de toda sorte).³

No livro *A memória saturada*, a historiadora Régine Robin interroga:

[...] onde há uma sociedade constituída que esteja “em paz” com seu ou seus passados? Onde encontrar uma sociedade que, consciente ou inconscientemente, não manipule, falsifique, reoriente, reconfigure seu passado, não oculte alguns de seus períodos? (ROBIN, 2016, p. 169).

Robin se lança então a arrolar exemplos de negação ou falsificação histórica, a começar das leituras peculiares feitas no Japão acerca da participação do país na Segunda Guerra Mundial. Indica, sobretudo, o peso da indústria cultural na disseminação de uma história gloriosa e sem fundamentação no vivido – não através de livros e historiadores, mas de *mangás*, romances e *videogames* (ROBIN, 2016, p. 169-173). Nos exemplos referentes aos EUA, Robin destacou a grande resistência a duas exposições, neste caso empenhadas em provocar a reflexão crítica sobre aspectos da história do país, quer em sua atuação em Hiroshima, durante a Segunda Guerra, quer na expansão para o Oeste, entre 1820 e 1920: nenhuma das exposições saiu incólume das acusações de antipatriotismo (ROBIN, 2016, p. 173-176). Outros exemplos se seguem, quanto aos aspectos da história sobre os quais convém calar ou que cabe reinventar com sinais invertidos: a França e a Guerra da Argélia, a Alemanha e suas responsabilidades na promoção massiva da morte durante a Segunda Guerra... Robin então considera que há “uma tendência da época, um *Zeitgeist* revisionista, que transcende este ou aquele país” (ROBIN, 2016, p. 193). E, mais adiante, assinala:

Raramente vimos tão grande retrocesso na ordem do pensamento, em escala internacional e nacional. É preciso sem dúvida remontar a 1815 e ao Congresso de Viena, aprovando o fim do episódio da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, para encontrar um movimento de tal amplitude. (ROBIN, 2016, p. 211).

³ Inevitável pensar em situações similares, como as de negação da perseguição aos judeus, durante o regime nazista na Alemanha e nos territórios por ele ocupados na Segunda Guerra Mundial. Aos negacionistas, ou “revisionistas”, o historiador Pierre Vidal-Naquet atribuiu o epíteto de “assassinos da memória”, dedicando-se a combatê-los, desmontando cuidadosamente seus argumentos, em vários artigos publicados nos anos 1980. (VIDAL-NAQUET, 1988)

Paralelamente, observa-se que a disseminação de dadas memórias, por meio de iniciativas como a instituição de monumentos, museus, centros de documentação ou arquivos, não necessariamente favorece o estabelecimento de vínculos significativos entre o público-alvo e os acervos patrimoniais aí implicados. No caso dos “patrimônios da dor”, mais especialmente, são recorrentes as notícias e relatos de pessoas que demonstram não ser afetadas pelas histórias de sofrimento às quais aqueles bens estão conectados (registrando, por exemplo, *selfies* sorridentes em campos de concentração nazistas, prisões e espaços de tortura).

Nestes termos, os profissionais de História e particularmente aqueles dedicados ao campo do patrimônio parecem se deparar com o pior dos cenários: aquele em que seu público-alvo torna-se imune à ressonância e ao encantamento dos bens culturais patrimonializados (GREENBLATT, 1991) e indiferente, quando não infenso, às narrativas elaboradas por esses profissionais, que remetem à historicidade de seres e artefatos. Os riscos de uma tal situação foram indicados por vários autores, entre eles Aleida Assmann, que refletiu sobre as relações entre as várias dimensões da memória e sobre seus processos de constituição. Para Assmann:

[...] a memória experiencial das testemunhas da época, caso não se deva perder no futuro, deve traduzir-se em uma memória cultural da posteridade. Dessa forma, a memória viva implica uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos. Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento. Já que não há auto-organização da memória cultural, ela depende de mídias e de políticas, e o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial é certamente problemático, pois traz consigo o risco da deformação, da redução e da instrumentalização da recordação. Tais restrições e enrijecimentos só podem ser tratados se acompanhados de crítica, reflexão e discussão abertas. (ASSMANN, 2011, p. 19)

Aqueles que não possuem uma determinada memória experiencial só podem ter acesso à sua versão pública – a da “memória cultural” –, sustentada, como indica Aleida Assmann, por seus vetores materiais. Se as memórias experienciais não são transmitidas de geração para geração, pessoal e presencialmente (gerando o que a autora denomina “memória comunicativa”), necessitam, para que não se percam, produzir registros documentais. Estes, por sua vez, supõem repositórios onde possam ser guardados, conservados e acessados. Arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, como

instituições custodiadoras de documentos, jogam, portanto, um papel fundamental nessa cadeia de transmissão – embora não sejam as únicas instâncias, na atualidade, a constituir repositórios. Porém, como alerta a autora, “o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial é certamente problemático” – pois quem garantirá a transformação da memória “experencial” para a memória “cultural”? Que procedimentos serão adotados para a seleção dos materiais que deverão compor os conjuntos documentais das instituições? Como garantir que os materiais não estejam apenas disponíveis, mas sejam conhecidos, consultados, apropriados? Aleida Assmann indica que as memórias experienciais precisam interagir com a memória “cultural” – se o que era experencial deve ser integrado à dimensão tida como “cultural”, a continuidade do processo supõe a integração da memória dita cultural a novas experiências. Há que encontrar mecanismos, portanto, para estimular esses fluxos.

Com base nas reflexões de Assmann, vê-se que o papel das instituições custodiadoras de acervos (e dos órgãos de preservação como um todo) vai muito além da mera custódia: supõe-se que sejam agentes dinâmicos da transmissão cultural. E, em um contexto de acirrada concorrência memorial – agravada por atitudes antiéticas, que negam e deturpam experiências históricas – tais instituições podem se constituir não só como guardiãs de bens culturais materiais, como garantidoras das condições para a produção de conhecimento e a transmissão cultural em bases éticas, fundada em princípios democráticos. Devem, assim, encontrar o seu lugar nessa arena, buscando proporcionar “crítica, reflexão e discussão abertas”, tal como assinalado por Assmann. Nessa difícil empreitada, conviria que a colaboração entre as instituições estivesse no horizonte, pois são muitas as forças sociais atuando em prol da desmemória.

Referências

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. *História & historiografia*, Ouro Preto, n. 23, p. 153-165, abr. 2017.

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *Mouseion*, Canoas, n. 18, p. 83-97, dez. 2014.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, jul-dez. 2015.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. Tempo e História: “Como escrever a História da França hoje?”. *História Social*, Campinas, n. 3, p. 127-154, 1996.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul-dez. 2006.

HEINICH, Nathalie. La fabrica del patrimonio: apertura y extensión del corpus patrimonial - del gran monumento al objeto cotidiano. *Apuntes*, Bogotá, v. 27, n. 2, p. 8-25, 2014.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, Museu de Arte do Rio, 2014.

LAW, Alex. Post-truth and fake new. *Media Education Journal*, n. 61, p. 3-6, jun. 2017.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio sombrios, memórias difíceis. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos; PETERLE, Patrícia (Orgs.). *História e arte: herança, memória, patrimônio*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014. p. 46-65.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, FAPESP, 1999. p. 11-29.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: ___ (Dir.). *Les lieux de Mémoire – I: République*. Paris: Gallimard, 1984. p. XVII-XLII.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: NORA, Pierre (Dir.). *Les Lieux de Mémoire – III: Les France*. Paris: Gallimard, 1992. p. 977-1012.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2016.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2016.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.

Recebido em 15.04.2018
Aprovado em 30.06.2018

MOVIMENTO INTERNACIONAL DE VIRTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA E INTERFACEAMENTO DA CULTURA

INTERNATIONAL MOVEMENT OF VIRTUALIZATION OF MEMORY AND INTERFACING OF CULTURE

Priscila Chagas Oliveira¹

Resumo

Este artigo reflete sobre a configuração da memória social e o aparecimento da categoria “patrimônio digital” no campo da memória e do patrimônio, a partir do contexto tecnológico contemporâneo da cultura digital. Neste paradigma tecnológico, as relações sociais tornam-se híbridas – *on* e *offline* ao mesmo tempo – e os saberes têm potência de ser construídos colaborativamente e em rede. Como consequência, vê-se ocorrer uma busca crescente pela criação e/ou adaptação de diversos museus, bibliotecas e acervos para a linguagem eletrônica. Assim, por meio de quatro casos: *Brasiliana Fotográfica Digital*, *Google Arts & Culture*, *Museu dos Memes* e *Museu das Coisas Banais*, descreverei o que nomeio ser um movimento de virtualização da memória e interfaceamento da cultura, que se inicia quando os objetos culturais passam a ser virtualizados e acessados através da interface humano-máquina. Ao mesmo tempo, à nova configuração da memória social proponho pensar o conceito de *Interfaces da Memória Social* para designar as interfaces interativas computacionais das mídias sociais, que estão entre a noção de lugar de memória e meio de memória, as quais possibilitam uma gestão compartilhada do conhecimento, tornando sua construção potencialmente acessível, colaborativa e desterritorializada. Concluo que o campo de estudo em memória social toma novos contornos com o estabelecimento da cultura digital, evidenciando a pujante necessidade de equilíbrio entre as práticas de acumulação/memória e dissolução/esquecimento na *web*, a fim de que se possa refletir a democratização do acesso às coleções patrimoniais e à memória do mundo do tempo presente.

Palavras-Chave: Interfaces da memória social. Virtualização da memória. Interfaces culturais. Patrimônio digital.

Abstract

This article reflects on the configuration of social memory and the emergence of the category "digital heritage" in the field of memory and cultural heritage, from the contemporary technological context of digital culture. In this technological paradigm, social relations become hybrid - on and offline at the same time - and the knowledges have the power to be constructed collaboratively and in a network. Therefore, there is an increasing search for the development and/or adaptation of several museums, libraries and collections of electronic language. Thus, through four cases: *Brasiliana Digital Photography*, *Google Arts & Culture*, *Museum of Memes* and *Museum of Banal Things*, I describe what I call the movement of virtualization of memory and interfacing of culture, which begins when cultural objects pass to be virtualized and accessed through the human-machine interface. At the same time, to the new configuration of social memory I propose to think in the concept of interfaces of social memory in order to designate computational interactive interfaces of social media, which are between the notion of memory's place and memory's medium, that allow the shared management of knowledge, making its development potentially accessible, collaborative and desterritorialized. It is possible to conclude that the field of social memory acquires new shapes and outlines with the establishment of digital culture, making evident the strong need of balance between practices of accumulation/memories

¹ Museóloga, Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural. Contato priscila.museo@gmail.com

and dissolution/forgetting in the web. In order to reflect the democratization of access to culture heritage collections and to world memory of present time.

Keywords: Interfaces of social memory. Virtualization of memory. Cultural interfaces. Digital heritage.

Contexto tecnológico contemporâneo da cultura digital

Este artigo constitui um recorte de minha dissertação de mestrado defendida no ano de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (PPGMP/UFPEL). Nesta pesquisa, me debrucei sobre a investigação das configurações técnico-culturais da memória social na era da cultura digital, e de que maneira esse contexto afeta e/ou cria práticas atualizadas de gestão da memória e do patrimônio cultural. Para este artigo selecionei a discussão acerca dos processos contemporâneos da virtualização da memória e interfaceamento da cultura, expondo casos atualizados de instituições de memória que vem desbravando o universo virtual.

Transcritas para a linguagem eletrônica, acessíveis em tempo real, através da interface humano-máquina, e disponibilizadas no ciberespaço, as mídias sociais², os acervos digitais, as enciclopédias *online* e os cibernuseus³, tornam-se os centros de referência e salvaguarda da memória do mundo no tempo presente. Este contexto, por afetar drasticamente os quadros sociais da memória: linguagem, tempo e espaço (HALBWACHS, 1976), gera uma reconfiguração da memória social. Esta é entendida aqui enquanto campo de estudo transdisciplinar das propriedades e dos fenômenos vivenciados por grupos ou indivíduos em relação aos fatos, imagens e acontecimentos vistos do presente em direção ao passado, ou em direção ao futuro (DODEBEI, 2011), e que, por isso, volta-se aos mais variados sistemas de signos – simbólicos, icônicos e indiciais (GONDAR, 2005).

Entendemos que cada nova conjuntura social, política e econômica afeta e é, ao mesmo tempo, afetada pelos meios de comunicação vigentes (LÉVY, 1993; SANTAELLA,

² Mídias sociais são espaços de interação entre usuários online, tais como *blogs, microblogs (Twitter)*, redes sociais (*Facebook*), fóruns, *e-groups, instant messengers, wikis*, sites de compartilhamento de conteúdo multimídia (*YouTube, Flickr, SlideShare, Vimeo*). São *websites* ou outras comunidades online que, através de ferramentas específicas, proporcionam o diálogo e o compartilhamento de informação entre grupos de usuários e por isso os conteúdos disponíveis são construídos colaborativamente.

³ Os cibernuseus são entendidos como uma “coleção de objetos digitalizados [...] que por sua conectividade e seu caráter multiacessível, permite transcender os modos tradicionais de comunicação e de interação com o visitante” (SCHWEIBENZ, 2004 *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p. 67).

2003). Individual ou coletivamente nos deixamos penetrar progressivamente, ferramenta por ferramenta, interface por interface, até que, enfim, estamos imersos numa nova configuração, um meio tão familiar, que só permite ver com clareza o meio anterior, como já preconizava Marshall McLuhan (1971). Isso significa dizer que nossos processos memoriais também sofrem alterações profundas a cada mudança de era. No câmbio entre as eras da cultura oral; da cultura escrita; da cultura imprensa; da cultura de massa; da cultura das mídias e, por fim, da cultura digital, nossa cognição ficou cada vez mais potente, da mesma maneira os métodos de registro, armazenamento e compartilhamento das informações.

A partir do surgimento da informática e da introdução dos microcomputadores de uso pessoal nos anos 1980, as mídias preexistentes iniciam uma convergência, que inaugurou a cultura digital. As telecomunicações e a informática acabaram por se mesclar em uma gigantesca rede de acesso, troca de informações e transmissão, de dados comprimidos e digitalizados em um fluxo global constante. Esse fluxo flui não somente de um centro para uma periferia, mas transversalmente a partir de qualquer ponto interconectado nesse ambiente representacional dos dados, que constitui o ciberespaço, acessível através da interface humano-máquina (LÉVY, 1993). O computador, máquina de calcular, tornou-se máquina de escrever e de representar o mundo, e converteu-se no equipamento central da revolução digital, atestada por Paul Virilio (1999).

Assim, com o surgimento do computador modificou-se não apenas a lógica de processamento/funcionamento das informações, mas também os dispositivos físicos/materiais. Antes dos processos de digitalização, os suportes de informação (memória) eram diferentes, fixos e incompatíveis, porém, com o aparecimento das tecnologias digitais, a materialidade dos dados e sua representação não mais coincidem, podendo a informação assumir vários formatos e aparências (HANNIS, 2012). Já na cultura digital a produção, a circulação e a estocagem de qualquer dado pôde ser realizada pelo usuário em sua casa, desde que possuísse um computador ou outros equipamentos/interfaces computacionais.

A digitalização permitiu a conversão de texto, imagem (estática ou em movimento) e som em uma mesma linguagem universal – os *bits* se tornaram uma espécie de “esperanto das máquinas” (ROSNAY, 1997 *apud* SANTAELLA, 2003, p. 83). O armazenamento dos dados ocupa espaço menor, seu acesso é facilitado e a transmissão

tem potência global: “via digitalização, todas as fontes de informação, incluindo fenômenos materiais e processos naturais [...] estão homogeneizados em cadeias sequenciais de 0 e 1” (SANTAELLA, 2003, p. 83). Independentemente do tipo de signo, o caráter informacional dos objetos culturais está acessível ao compartilhamento e socialização:

[...] informações traduzidas sob forma de *bits*, imateriais, abstratas, lidas por uma meta-máquina (o computador, o ciberespaço). Atualiza-se, com o ciberespaço, o grande sonho enciclopédico de, em um único media, armazenar todo o conhecimento da humanidade, disponível a todos (LEMOS, 2007, p. 71).

Assim, se a precedente “cultura das mídias” foi uma cultura do disponível, a “cultura digital” é tratada como uma cultura do acesso. Ainda que reconheça o estado atual – de convivência entre “cultura de massas”, “cultura das mídias” e “cultura digital”, conforme nos sinaliza Santaella (2003), a era digital vem, de forma rápida, alcançando hegemonia, fazendo emergir sistemas híbridos em coevolução acelerada.

No entanto, a mera existência do computador de uso individual não afetaria de maneira tão proeminente os agenciamentos sociotécnicos. Foi o aparecimento do ciberespaço que possibilitou a imersão dos sujeitos no espaço desterritorializado de representação dos dados que se configura a internet, a rede das redes. Desse modo, por meio da possibilidade de conectar o computador a *www*⁴, interligando dois ou mais sistemas biológicos distintos, Lévy (1999) estabelece o termo cibercultura que para ele: “especifica [...] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 17). Da mesma forma, André Lemos (2007) assinala que o mesmo termo se refere ao processo sociocultural de integração da vida social com a tecnologia, que instaura novas formas de interação e socialização: “A cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais (ciberespaço, simulação, tempo real, processos de virtualização, etc), vai criar uma nova relação entre a técnica e a vida social que chamaremos de cibercultura.” (LEMOS, 2007, p. 15).

Posto isso, a certeza da interpenetração da vida *on* e *offline* atinge um grau impossível de ser desconsiderado. A hibridização dos meios comprova que não estamos

⁴ Também conhecida como *Web*. Criada em 1989 pelo físico e cientista da computação Tim Berners-Lee do CERN, traduz-se literalmente como teia. Refere-se a *World Wide Web*, que se trata de um sistema hipertextual que opera através da Internet.

presenciando a substituição de uma tecnologia por outra, mas convergindo mídias outrora *offline* com as novas potencialidades das mídias digitais *online*, tornamo-nos seres híbridos:

A popularização dos dispositivos portáteis de comunicação sem fio com a possibilidade de conexão à internet aponta para a incorporação do padrão de vida nômade e indicam que o corpo humano se transformou em um conjunto de extensões ligadas a um mundo híbrido, pautado pela interconexão de redes e sistemas *on* e *offline*". (BEIGUELMAN, 2010, documento eletrônico).

O referido termo, cunhado pela pesquisadora e artista digital Giselle Beiguelman (2003), é formado pela união de ciber e híbrido e diz respeito à capacidade que as novas tecnologias nos dão para habitar dois mundos simultaneamente e, por isso, resume muito bem a experiência contemporânea de estar entre redes, seja *on* ou *offline*.

Rede, o hipertexto e as interfaces

A noção de rede é imprescindível à compreensão do impacto das mídias sociais na cultura contemporânea: "Uma rede acontece quando os agentes, suas ligações e trocas constituem os nós e elos de redes caracterizadas pelo paralelismo e simultaneidade das múltiplas operações que aí se desenrolam. [...]" (LÉVY, 1993, p. 89). Assim, o conceito de rede não está limitado aos sites de redes sociais, que são apenas uma possibilidade. Todavia, atualmente, tal noção permeia a sociedade como um todo, demandando uma discussão mais aprofundada.

O sociólogo Manuel Castells (2000) cunhou o termo "sociedade em rede" para exprimir sua teoria sobre os efeitos fundamentais do advento da tecnologia informacional nos diferentes níveis da sociedade contemporânea. Os espaços fluidos compõem a metáfora dessa sociedade, que se caracteriza pela globalização; organização em rede; instabilidade e individualização do emprego; cultura da virtualidade e do efêmero (através dos sistemas de mídia); transformação das condições materiais da vida, e alteração da sensação espaço-tempo, devido aos espaços de fluxo. O principal agente dessas profundas alterações são as comunicações mediadas pelo computador (CMC), que crescem consideravelmente desde o surgimento da internet fixa e, mais recentemente, da conexão *wireless*.

Essa capacidade de manter-se sempre conectado, navegando de uma rede a outra, de um texto a outro, ou de um local a outro, dentro de um mesmo documento (navegação

hipertextual), aliada à habilidade de “falar com as telas” (naturalização das interfaces) foi, sem dúvida, um avanço espantoso nos mecanismos de leitura, escrita e aquisição de conhecimento. Ao mesmo tempo, a invenção da internet tornou os usuários cíbridos, imersivamente conectados a *web*, onde se encontram documentos inter-relacionados de hipertextos.

Para Lévy (1993), o hipertexto representa um dos futuros da escrita e da leitura, não apenas por consistir em uma ferramenta característica da era da informática, mas por emular a construção de sentido natural da cognição humana no ato das comunicações. Os primeiros idealizadores do hipertexto foram Vannevar Bush, Douglas Engelbart e Theodor Nelson. Vannevar Bush, em 1945, para lidar com o conhecimento científico emergente no período da Segunda Guerra Mundial, idealizou uma máquina que armazenasse toda memória de um indivíduo, utilizando como modelo a complexa rede de associações e conexões da mente humana. Esse dispositivo intitulado *Memex* se tornou o primeiro sistema hipermediático, que tinha por função complementar a memória pessoal do cientista.

Diante desse contexto, em 1963, Engelbart, acreditando que o computador era capaz de ampliar o repertório humano de habilidades, linguagem, metodologia e treinamento, tentou implementar as ideias de Vannevar Bush, porém foi Theodor Nelson que cunhou o termo “hipertexto” para descrever um sistema de escrita não linear dentro do sistema de informática. Nelson também expandiu a noção para “hipermídia” que, longe de ser apenas uma nova técnica, é uma nova linguagem em processo de experimentação. A hipermídia trata-se de “[...] uma nova forma de mídia que utiliza o poder do computador para arquivar, recuperar e distribuir informação na forma de figuras gráficas, texto, animação, áudio, vídeo e mesmo mundos virtuais dinâmicos.” (SANTAELLA, 2003, p. 93).

Os demais avanços computacionais obtidos ao longo dos próximos 40 anos impulsionaram teóricos e engenheiros que, embasados nas ideias de Bush e Nelson, “contribuíram para a geração de infraestruturas, protocolos, sistemas, programas, interfaces e modelos que hoje fazem parte de nosso cotidiano” (HANNIS, 2012, p. 269), tais como o *hiperlink*, que associa textos e conteúdos de forma a permitir uma leitura e navegação hipertextual/rizomática; o mouse e sua representação como cursor; o teclado e a “interface amigável”.

Até o momento, fomos capazes de compreender que a comunicação contemporânea mediada por computador se dá de maneira híbrida, isto é, *online*, através do acesso à internet, e face a face. No entanto:

[...] antes de qualquer objeto possa ser inserido no ciberespaço ou representado nele, uma relação deve ser estabelecida entre terminais de computadores espacialmente individualizados e indivíduos que se relacionam com um conjunto de representações interativas, gráficas, espaciais. Isso nos leva à noção de interface” (SANTAELLA, 2003, p. 90).

A noção de interface é comumente associada ao universo da informática, no entanto, ela se refere a qualquer elemento que traduz linguagens distintas e que estabelece contato entre sistemas diferentes, funcionando como uma espécie de esponja que absorve e mistura dois ou mais sistemas. Nesta pesquisa as interfaces computacionais foram priorizadas, mas apenas na medida em que foram tomadas pelo seu sentido etimológico, entendidas como elementos de contatos, sejam eles físicos ou conceituais.

Composto pelo prefixo latino *inter* - entre, no meio de - e pelo substantivo face - superfície, face - o termo interface, diz respeito ao que está entre duas faces, ou duas superfícies (ROCHA, 2008). Contudo, tudo aquilo que habita o campo da linguagem e que se refere à passagem, transformação e diálogo entre dois ou mais sistemas, é da ordem da interface. Assim a interface aqui tratada “remete a operações de tradução, de estabelecimento de contato entre meios heterogêneos” (LÉVY, 1993, p. 178), sendo, portanto, entendida como operadora da passagem, ponto nodal do agenciamento sociotécnico. Sua importância reside, entre outras questões, no que autores como McLuhan (1971), Manovich (1997) e Santaella (2003) salientam: que toda nova mídia se utiliza dos preceitos e linguagens (interfaces) das mídias preexistentes. No mesmo sentido, Lévy (1993) declara que a análise das mídias em redes de interfaces possibilita o entendimento de que cada nova interface transforma a eficácia e a significância das interfaces anteriores, uma vez que tudo é questão de conexões e reinterpretções.

Enfim, toda a atenção voltada para e mantida no desenvolvimento de interfaces é absolutamente indispensável para a compreensão das estratégias de imersão na rede. No sistema informático, a interface humano-máquina é composta por um conjunto de programas e dispositivos que torna possível a comunicação entre o sistema informático e os sujeitos que a operam e, por isso, torna-se a superfície de contato e articulação entre

esses dois espaços. As telas dos dispositivos, segundo Santaella (2003): “estabelecem uma interface entre a eletricidade biológica e tecnológica, entre o utilizador e as redes” (SANTAELLA, 2003, p. 81), levando-os a imergirem no grande hipertexto que configura o ciberespaço. Para outro autor Steven Johnson:

em seu sentido mais simples, a palavra se refere a *softwares* que dão forma à interação entre usuário e computador. A interface atua como uma espécie de tradutor, mediando entre as duas partes, tornando uma sensível para a outra” (JOHNSON, 2001, p. 24).

Diante de tais conceitos, Rocha (2008) propõe uma designação de interface com base em três pontos mínimos para o assentamento de sua definição: 1. Vínculo aos sistemas computacionais, podendo ocorrer entre dois ou mais sistemas e/ou entre homem e máquina; 2. Pertencimento a um dos sistemas, uma interface pertence a um sistema, é parte dele, é a superfície de contato/fluxo de informações do sistema, tornando-o passível de contato; 3. Pressupõe o tratamento lógico de informações, em um processo de tradução/conversão de dados. (ROCHA, 2008, p. 1656). Assim sendo, foi apenas com o desenvolvimento das interfaces gráficas e digitais que, contemplando os três pontos da definição de Rocha, criaram-se as condições sensoriais voltadas para o envolvimento perceptivo dos sujeitos na rede (ROCHA, 2010).

Não é à toa que a popularização do computador nos anos de 1980 deve seu estatuto à evolução das interfaces computacionais: de físicas passaram a gráficas e, atualmente, a cognitivas (ROCHA, 2008). A interface amigável WIMP (*Windows, Icons, Menus e Point Devices*) dos dispositivos eletrônicos com seus ícones, símbolos e imagens digitais compõe, quase que integralmente, a representação visual dos dados na tela. A apresentação dos dados mantém referência, em grande parte, aos seus duplos analógicos, tanto quanto aos seus métodos modernos de organização.

Em meados dos anos 1940, as interfaces eram apenas físicas: cabos, chaves e botões de acionamento em *hardwares*. Não existia a interface de usuário, tal qual a conhecemos hoje. De acordo com Rocha (2008, p. 1655), Santaella historiciza as interfaces, esclarecendo que o termo surgiu com os adaptadores de plugues usados para conectar circuitos eletrônicos. Entre os anos 1950 e 1960 a fisicalidade dos *hardwares* eram a própria interface dos computadores – válvulas e máquinas enormes - e com o tempo e o fato dos computadores começarem a ser utilizados fora dos laboratórios, as

interfaces se converteram em linguagens de comando e códigos. Também conhecida como interface de primeira geração, apenas especialistas dominavam sua usabilidade, fazendo surgir, por certo, a importância da figura do *designer e programador* para a popularização e envolvimento dos usuários dentro do sistema.

Nos anos finais da década de 1960, menus hierárquicos e preenchimento de formulários foram aperfeiçoados e a interface gráfica tomou predominância. Entre 1980 e 1995, os hardwares constituíram-se em computadores pessoais e já incorporavam a interface *WIMP*, criadas por Douglas Engelbart e Alan Kay: “Quando Engelbart criou a interface gráfica, ele adicionou um elemento ao sistema, a própria interface gráfica, criando uma experiência de manipulação direta da informação pelo usuário” (ROCHA, 2008, p. 1658). A metáfora do *Desktop (Área de Trabalho)* foi criada por Alan Kay na Xerox PARC, porém, foi aperfeiçoada pela Apple em 1984, que difundiu os ícones clássicos como lixeira, pastas, arquivos, etc., instaurando de forma consistente um diálogo entre os sujeitos e o computador.

Dessa maneira, a cibercultura se instaurou no momento em que a interface gráfica se tornou o aparato responsável pelo encantamento do usuário e a estratégia desse fascínio foi a imagem digital. O impacto da visualidade (efeitos visuais, transições de janelas e o próprio brilho das imagens e transparência dos aparelhos) aliada ao hipertexto, e a conexão híbrida *wireless*, fizeram emergir potencialidades de interação que deram a ilusão de manipulação direta pelo usuário, tornando as interfaces intuitivas, naturalizadas, transparentes e imperceptíveis: “Consciente da condição móvel da cultura e tecnologia, para Beiguelman, nestes tempos de nomadismo sem fio, a interface é a mensagem” (SANTAELLA, 2007, p. 349-350). Santaella, citando a artista digital Gisele Bieguelman, levanta um aspecto significativo no estudo das interfaces. Compreendê-las como a própria mensagem que se expressa, vai ao encontro das afirmações de seu antecessor, Marshal McLuhan, para qual o meio é a mensagem, e expressa a relevância do estudo das interfaces para a compreensão da CMC.

Sabendo que as interações *online* são fomentadas e potencializadas nos sites de rede social, Zago e Polino (2015) identificam um tipo específico de interface digital que atualmente ganha destaque: as interfaces sociais. Essa expressão, cunhada por Crumlish e Malone (2009), refere-se aos sites e aplicativos que proporcionam suporte para a interação social e, portanto, seguem em sua constituição, princípios e diretrizes sociais,

que são os componentes e peças das experiências interativas que funcionam como blocos que constroem as experiências sociais (CRUMLISH; MALONE, 2009).

A partir desses autores, Zago e Polino (2015) propõem a identificação de características e elementos que devem estar, em maior ou menor grau, em um projeto de interface social: possibilitar a criação de um perfil; criar conexões entre usuários – rede de amigos; fluxo contínuo de conteúdo; linguagem próxima à linguagem do público; incompletude do sistema – o usuário deve completar a usabilidade e imersão a partir do encantamento da interface. Dessa forma, as interfaces sociais vêm sendo aprimoradas desde os anos de 1990 e podem ser acompanhadas a partir da evolução das próprias redes sociais 2.0 para 3.0, explicitada nas pesquisas de Recuero (2009) e Santaella e Lemos (2010).

A partir do ano de 1995, as interfaces deixaram de ser um obstáculo notado pelos sujeitos para acessar a rede, e alcançaram o status de interface cognitiva, também chamada de interface natural (KISSILEVA, 199865; GRAU, 200766 *apud* ROCHA, 2008) interface inteligente (NORNAM, 199067, *apud* ROCHA, 2008). Cabe salientar que as interfaces físicas, como o *mouse*, o teclado, a tela *touch*, os cabos e os fones; e as interfaces gráficas, como ícones, símbolos, duplos virtuais (cursor do *mouse*, por exemplo) trabalham conjuntamente e continuam sendo as interfaces mais utilizadas atualmente.

No entanto, o futuro da interface está assentado na inserção de sensores e outros recursos computacionais que estão camuflados da atenção dos usuários, possibilitando que o mesmo execute as tarefas sem a necessidade de pensar sobre elas⁵. Quando não percebemos a interface é justamente quando mais estamos imersos em suas configurações. No caso das interfaces cognitivas, esse é o seu pressuposto; já no caso das interfaces físicas e gráficas, é o uso constante e a naturalização das ações que as transformam em imperceptíveis, instaurando uma espécie de memória-hábito apreendida com o uso das tecnologias intelectuais computacionais. Dessa forma, o processo de interfaceamento sociocultural e de virtualização das memórias (sejam elas, individuais,

⁵ As tecnologias expostas na série *Black Mirror* do serviço de streaming *Netflix*, são bons exemplos de interfaces cognitivas que, mesmo ainda estando no imaginário social como parte da ficção, já estão sendo desenvolvidas pelos principais laboratórios de tecnologias digitais. Fonte: LEONARDI, Ana Carolina Leonardi; D'ANGELO, Helô. *Revista Super Interessante*. *Black Mirror*: 11 tecnologias da série que já existem na vida real. 24 out. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/11-tecnologias-de-black-mirror-que-ja-existem-na-vida-real/>> Acesso em 31 mar. 2018.

coletivas e/ou sociais) são fenômenos contemporâneos emergentes da cultura digital e que revelam o poder imersivo das mídias sociais.

Todo esse contexto tecnológico da cultura digital começa a ser incorporada pelas instituições de salvaguarda do patrimônio cultural mundial. Acesso, democratização e valorização são pressupostos de inúmeras políticas e ações nacionais e internacionais, e configuram novos formatos de comunicação e apropriação dos chamados patrimônios digitais, categoria que surge justamente quando se percebe a relevância da memória do mundo que começa a ser digitalizada, virtualizada e interfaceada.

Virtualização da memória, interfaceamento da cultura e os patrimônios digitais

As interfaces computacionais tornaram-se protagonistas da comunicação contemporânea, por meio das quais se percebe o mundo e produzem-se subjetividades. A transformação na maneira de se comunicar, criar e memorizar é fruto das tecnologias de inteligência da era da informática/imagética. Tecnologia essas que convivem atualmente com tecnologias intelectuais anteriores: a oralidade e a escrita/imprensa. Dada a importância do papel da interface para a cultura contemporânea, ressaltamos o conceito de *cultural interfaces*, cunhado pelo pesquisador de novas mídias Lev Manovich (1997). O termo designa a evolução das interfaces dos objetos culturais digitais que reutilizam ideias, formas e convenções de mídias pré-existentes:

As the role of a computer is shifting from being a tool to a universal media machine, we are increasingly "interfacing" to predominantly cultural data: texts, photographs, films, music, virtual environments. In short, we are no longer interfacing to a computer but to culture encoded in digital form. I would like to introduce the term "cultural interfaces" to describe evolving interfaces used by the designers of Web sites, CD-ROM and DVDROM titles, multimedia encyclopedias, online museums, computer games and other digital cultural objects. (MANOVICH, 1997, documento eletrônico)⁶.

⁶ "Como o papel do computador está passando de uma ferramenta de máquina de mídia universal, estamos cada vez mais "interfaceando" com dados predominantemente culturais: textos, fotografias, filmes, música, ambientes virtuais. Em suma, não estamos mais interagindo com um computador, mas com a cultura codificada em formato digital. Eu gostaria de introduzir o termo "interfaces culturais" para descrever interfaces sendo criadas usadas pelos desenvolvedores de sites da *web*, e títulos de CD-ROM e DVD-ROM, enciclopédias multimídia, museus *online*, jogos de computador e outros objetos culturais digitais" Tradução livre.

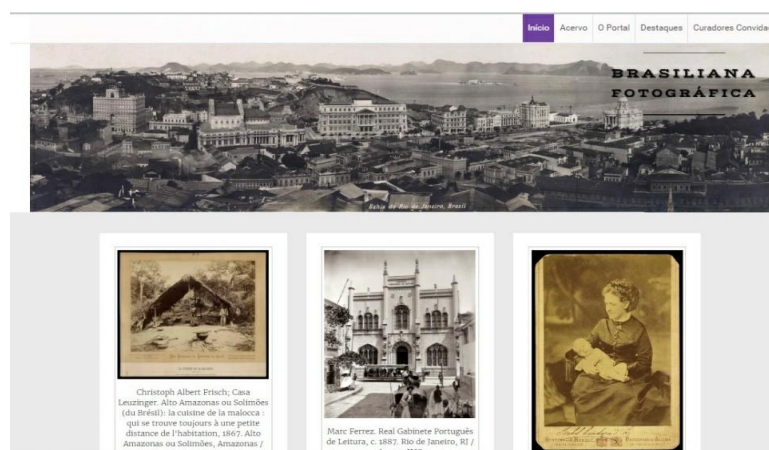
Para ele, toda a cultura, o passado e o presente começam a ser filtrados através da interface humano-máquina, que faz a mediação entre os objetos culturais e a sociedade. Nesse sentido, com a popularização da internet banda larga e dos dispositivos digitais móveis, viu-se uma crescente criação e/ou adaptação de diversos museus, bibliotecas e acervos para a linguagem eletrônica. Estes fazem usos de diferentes plataformas – mídias sociais, base de dados - disponíveis *online*, no ciberespaço:

Blogs e portais de depoimentos como o Museu da Pessoa oferecem essa oportunidade de registrar as memórias individuais, de transformar o privado em público, de autorizar a reformatação das memórias, e acima de tudo, de dividir a autoria. O coletivo parece ser atributo principal que faz da *web* um grande centro virtual da memória do mundo (DODEBEI, 2006, p.14).

As possibilidades técnicas que o “interfaceamento” digital proporciona, potencializam a musealização e a patrimonialização exacerbada de um número considerável de objetos que, nativos ou digitalizados, se constituem na recente categoria patrimonial, os “patrimônios digitais”, que logo abaixo será conceituada.

Como consequência desse fenômeno recorrente do campo museológico e patrimonial, citamos quatro casos: O primeiro deles é a *Brasiliiana Fotográfica Digital* lançado no ano de 2015.

Figura 1 – Site do portal da Brasiliiana Fotográfica Digital

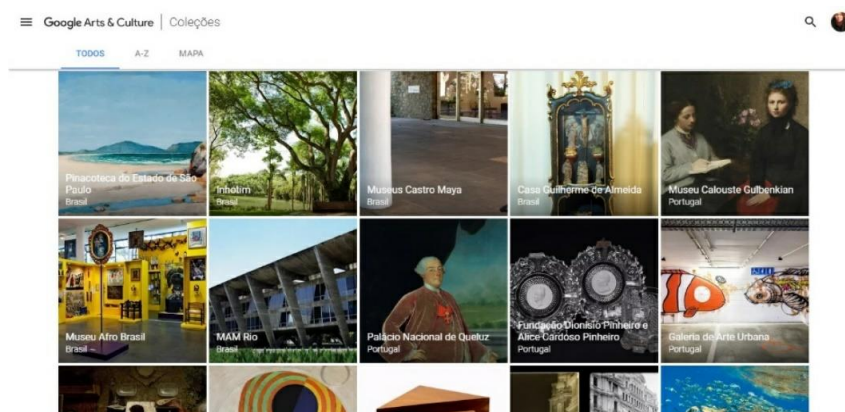


Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/>

O projeto surgiu da iniciativa da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e do Instituto Moreira Salles (IMS) de dar visibilidade e fomentar o debate e a reflexão sobre os acervos fotográficos históricos, abordando-os enquanto fonte primária, mas também enquanto patrimônio digital a ser preservado. De acordo com o *site* do projeto, a FBN e a IMS: “[...] poderão vincular-se, no futuro, a outras instituições do Brasil e do exterior, públicas e privadas, detentoras de acervos originais de documentos fotográficos referentes ao Brasil” (BRASILIANA FOTOGRÁFICA, 2017). O Brasiliana Fotográfica é um acervo *online* que busca a preservação da história do Brasil em suporte fotográfico digital e possui curadoria de Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, pela FBN, e de Sergio Burgi pelo IMS. O portal foi desenvolvido em *software* livre (*DSpace*) com a eleição do protocolo da Iniciativa dos Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting/OAI-PMH*), um mecanismo para transferência de dados entre repositórios digitais, que pode interoperar com outros sistemas de bibliotecas digitais. São mais de duas mil imagens disponíveis em alta resolução, e qualquer instituição que deseje compor o portal deve indexar suas coleções com os metadados que estejam de acordo com os padrões adotados internacionalmente. O portal interopera com a rede social Facebook e, assim, os usuários podem, após realizar o cadastro e *login* no portal, criar galerias de fotos preferidas e compartilhá-las na sua rede, desde que esteja logado no seu perfil do Facebook.

O segundo caso trata-se do *Google Art Project*, projeto criado no ano de 2011 pela *Google Inc.* e vinculado ao *Google Cultural Institute*.

Figura 2 - site do *Google Arts & Culture*



Fonte: <https://artsandculture.google.com/>

De acordo com o site do Projeto: “O *Art Project* é uma colaboração única com algumas das instituições de arte do mundo mais aclamadas para permitir que as pessoas descubram e vejam obras de arte on-line em detalhes extraordinários” (GOOGLE CULTURAL INSTITUTE, 2017). O site intitulado *Google Arts & Culture* é mantido pela Google, porém, trata-se de um projeto colaborativo entre diversos museus que realizam a curadoria das obras expostas no ciberespaço. Além de possibilitar o *download* em alta resolução das referidas obras digitalizadas, o *Art Project* utiliza a tecnologia *Street View*, oferecendo visitas em 360° pelas galerias de alguns dos museus cadastrados.

O acesso é realizado via *login* em uma conta Google e possibilita ao usuário navegar pelas coleções de forma direcionada, por temas e filtros diversos. Um aplicativo para uso em smartphones está disponível para *download* e, assim como no *site*, a interface de interação personaliza a experiência por entre as coleções online, que podem ao mesmo tempo ser compartilhadas via redes sociais. Em 3 de fevereiro de 2017, o portal do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) divulgou uma nota⁷ informando a parceria firmada com a *Google Inc.* a fim de disponibilizar imagens *online* em alta definição de bens culturais pertencentes aos acervos de cinco museus da rede do Instituto. Vinte e seis instituições brasileiras já constam na base de dados do projeto, seja por meio de visitas *online*, seja através de fotografias digitalizadas que, tal como ocorre no Brasiliana Fotográfica, precisam estar indexadas com padrões de metadados aceitos internacionalmente.

Outros dois casos atuais de iniciativas virtuais no campo da memória e do patrimônio merecem destaque. O *Museu dos Memes*, é um projeto da Universidade Federal Fluminense (UFF) e tem como objetivo principal a implementação de um espaço para discussão sobre a cultura dos memes e o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre o tema:

Tomado como sinônimo de plataforma *online*, pura e simplesmente, o #MUSEUdeMEMES é representado por um site que procura agregar conteúdo de pesquisa relacionado ao universo dos memes de internet. Ele não é, porém, um *webmuseum* no sentido que o senso comum costuma aplicar a esta categoria de

⁷ “A proposta é divulgar os acervos culturais, obras de arte e documentos históricos que estão fisicamente em museus e instituições de todo o mundo por meio da rede mundial de computadores, ampliando sua acessibilidade para pessoas no mundo inteiro”. Fonte: IBRAM. Ibram e Google disponibilizarão *online* acervos de cinco museus. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/ibram-e-google-disponibilizaraoonline-acervos-de-cinco-museus/>> Acesso em: 8 fev. 2017.

ferramentas, pois não se configura a partir de um cenário tridimensionalizado e não procura reproduzir ou emular a experiência de visitação real própria dos museus físicos. Trata-se de um museu que respeita o suporte midiático que lhe é inerente, e, como tal, aposta nos mecanismos de associação e agregação de conteúdos para apresentar ao seu “visitante” uma coleção por se construir, uma coleção em que o próprio visitante tece suas conjecturas e experiencia por si mesmo, pois os memes só ganham contexto quando o humor subjacente lhes emerge (MUSEU DOS MEMES, 2018)

Figura 3 – Site do Museu dos Memes

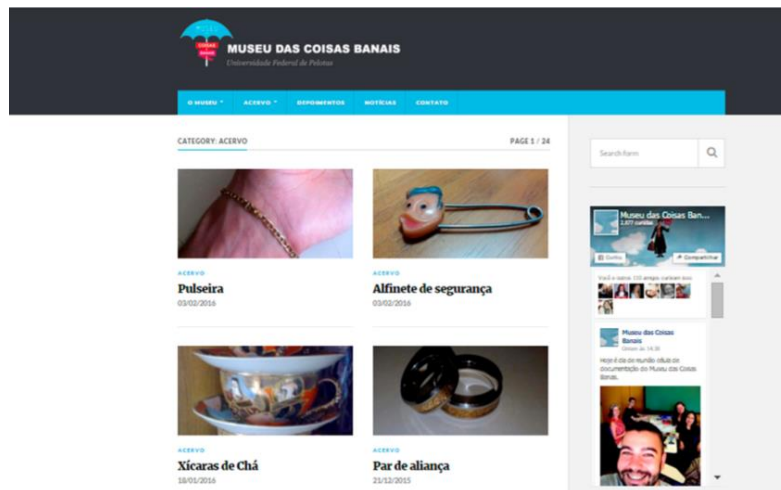


Fonte: <http://www.museudememes.com.br>

Já o Museu das Coisas Banais é um projeto de pesquisa e extensão vinculado a UFPEL, um museu sem sede fixa, que nasceu na rede social Facebook e que objetiva musealizar memórias vinculadas aos objetos “comuns”, pertencentes a pessoas “comuns”.

O Museu das Coisas Banais (MCB), nesse contexto de hibridização de meios e linguagens, já nasceu na forma virtual e não possui sede fixa, caracterizando-se, portanto como um cibermuseu. O acervo digital do MCB, composto por fotografias de objetos e narrativas (que dizem respeito às lembranças evocadas pelos mesmos) é constituído por meio da colaboração dos visitantes e tem como missão a salvaguarda e o compartilhamento da memória na Rede (BEZERRA, OLIVEIRA, SERRES, 2016, p. 148)

Figura 4 – Site do Museu das Coisas Banais



Fonte: <http://www.museudascoisasbanais.com.br>

Os casos aqui expostos fazem parte de uma mudança de pensamento e atitude que vem exigindo das instituições de memória uma compreensão mais afinada sobre os fenômenos da cultura digital e da cibercultura. Percebemos em suas missões um objetivo em comum: a democratização do acesso à cultura e a preservação e a valorização da memória registrada em acervos visuais e documentais.

A fim de se chegar a essa missão, diversos instrumentos legais são criados, no intuito de salvaguardar os patrimônios culturais: tombamento, inventário e registro, que podem se dar através de órgãos vinculados ao Estado ou de caráter privado. Em todos os casos, a digitalização e a informatização dos seus sistemas de documentação é a melhor estratégia para a gestão, a preservação e a socialização eficientes dos acervos.

Órgãos internacionais de referência tais como o Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus (ICOM-CIDOC) e a UNESCO, em seus diversos documentos, salientam a importância do registro digitalizado dos bens culturais da humanidade, a fim de que se perpetuem para o futuro de forma facilitada. No Brasil, no âmbito do Arquivo Nacional, destaca-se a *Política de Preservação Digital*, já em sua segunda versão, datada de 2016. No âmbito museológico, a *Política Nacional de Museus*, criada em 2003, propõe sete eixos programáticos para sua implementação no país. Além de sugerir a configuração do campo museal a partir do estabelecimento de legislação específica (que tem como marco a criação do IBRAM), o quarto eixo programático enfatiza a “Informatização de Museus”, destacando:

[...] a criação de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos [...] disponibilização de informações sobre museus em mídias eletrônicas e ao apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória. (BRASIL, 2007, p. 26-27).

O quarto eixo programático ainda facilita a implementação de outros dois eixos: Democratização e Acesso aos Bens Culturais, razão principal da elaboração da PNM e Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais.

Um projeto da UNESCO ganha destaque nesse contexto e intitula-se *Memória do Mundo*⁸. O Projeto Memória do Mundo, no Brasil vinculado à FBN, foi criado em 1992, a fim de salvaguardar o patrimônio documental da humanidade, registrado e preservado em suporte digital, facilitando seu acesso e compartilhamento via ciberespaço: “A Memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo – seu patrimônio documental - que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial” (UNESCO, 2002, p. 9).

Reconhecendo a grande quantidade de bens culturais que são transformados em *bits*, interfaceados e lançados na rede, principalmente como produtos dos Programas *Memória do Mundo* e *Informação para Todos*⁹, a UNESCO lança em 2003 a *Carta sobre Preservação do Patrimônio Digital*. Nela o órgão reconhece: “que tais recursos de informação e expressão criativa são cada vez mais produzidos, distribuídos, acessados e mantidos em formato digital, criando um novo legado – o patrimônio digital” (UNESCO, 2003, p. 01). O órgão ainda reconhece o risco da perda e os desafios colocados à preservação desta que, até o momento, era justamente a estratégia de preservação do patrimônio cultural de “pedra e cal”. A UNESCO define então patrimônio digital:

Artigo 1 – Patrimônio Digital. Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo ou abrangendo a informação técnica, legal, médica e outros tipos de informação, são cada vez mais criados digitalmente, ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital [...]. Materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e

⁸ *The vision of the Memory of the World Programme is that the world's documentary heritage belongs to all, should be fully preserved and protected for all and, with due recognition of cultural mores and practicalities, should be permanently accessible to all without hindrance. Fonte: UNESCO. Memory of the World. Programme Objectives. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/about-the-programme/objectives/>>. Acesso em 08 fev. 2017.*

⁹ O Programa Informação Para Todos [Information for All Program – IFAP] foi estabelecido pela UNESCO em 2001 para proporcionar uma plataforma de cooperação internacional na área de acesso à informação e ao conhecimento para participação de todos nas sociedades de conhecimento.

com movimento, áudios, gráficos, *softwares*, e páginas *web*, entre uma ampla e crescente variedades de formatos. Eles geralmente são passageiros e requerem produção, manutenção, e gerenciamento intencionais para serem preservados. Muitos desses materiais são de valor e significância duradouros e por isso constituem um patrimônio que deve ser protegido e preservado para as gerações atual e futura. Este patrimônio existe em qualquer língua, em qualquer parte do mundo, e em qualquer área do conhecimento e expressão humanos (UNESCO, 2003, p. 01-02).

Assim, patrimônio digital pode ser considerado tanto as digitalizações de acervos documentais, registros fotográficos digitais de monumentos e patrimônios, como as próprias bases de dados que armazenam e fazem a gestão desses materiais. Igualmente, de acordo com a definição acima, existe também a possibilidade da patrimonialização de informações nativas digitais, como por exemplo: um site, um perfil em um site de rede social, ou mesmo uma mobilização que acontece e nasce unicamente na *web*, que forma uma comunidade virtual.

No entanto, diante desse conceito bastante aberto, inúmeras dúvidas ainda persistem já que diferentes mídias necessitam de diferentes formatos de preservação, tanto a nível de *software* como de *hardware*: “Nunca se produziu tanto como agora, quando dispomos dos meios digitais. Contudo, a preservação desse patrimônio constitui um desafio proporcionalmente grande” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 28). Vera Dodebei (2011) reflete:

A partir da década de 90 do séc. XX assistimos ao desejo desenfreado de digitalização de documentos com o surgimento de bibliotecas e arquivos digitais. A ordem é digitalizar! Mas quem vai proteger esses objetos digitalizados? Que garantias de leitura e reprodutibilidade os arquivos digitais propõem à sociedade? E se esses ainda conservam seus duplos em outras mídias como o papel ou o microfilme, o que dizer dos objetos nascidos digitais? Os jornais, por exemplo, que sempre foram uma fonte riquíssima de informação estão deixando de circular em papel para serem produzidos apenas eletronicamente. Que chances teremos de efetuar pesquisas nesses arquivos digitais? (DODEBEI, 2011, p. 40).

Assim, vê-se ocorrer uma superabundância informacional e imagética, que caracteriza a era das redes. Huyssen (2002), Candau (2012) e Connerton (2008) observam dois perigos: o esquecimento pela obsolescência das mídias, que a todo momento se atualizam, deixando em desuso tecnologias e interfaces anteriores num ínfimo espaço de tempo; e o esquecimento pelo excesso de informações produzidas, armazenadas e em circulação, que causam nos indivíduos imensas sobrecargas memoriais, deixando-os

incapazes de conferi-las algum sentido. Ainda podemos acrescentar o esquecimento pela impossibilidade e/ou dificuldade de recuperação das informações. Ferramentas contemporâneas de busca como o *Google*, o *Bing* e o *Yahoo!* auxiliam os usuários a encontrarem informações na *surface*¹⁰.

Nas redes sociais a busca afinada é um obstáculo entre a informação que se quer alcançar e o usuário, pois não há indexação biblioteconômica de conteúdo e as imagens quando postadas, perdem os metadados originais; a indexação é realizada pelos próprios usuários, através de *tags* e *hashtags*. Se o objeto que é lançado nas redes sociais não for previamente indexado pelo usuário, ficará realmente muito difícil recuperá-lo em uma *timeline*, em um perfil ou em um site de rede social.

Em sua crítica Umberto Eco (2012) afirma: “O excesso de informação provoca a amnésia. Informação demais faz mal. Quando não lembramos o que aprendemos, ficamos parecidos com animais. Conhecer é cortar, é selecionar”. (ECO, 2012). O semiólogo sugere então que se elabore uma teoria e uma ferramenta de filtragem do conhecimento que possa gerir a memória social contemporânea, cada vez mais virtualizada e interfaceada.

Conclusão

Diante de tamanha quantidade de dispositivos digitais que permeiam nosso cotidiano, de forma cada vez mais acelerada e facilitada, a popularização da cultura digital - principalmente com o advento da internet *wireless* - alterou a experenciação dos indivíduos em relação ao tempo, que se tornou *lifestreaming*, o próprio tempo da vida, tempo real.

Os sites de instituições de memória e patrimônio aqui citados, além de grandes desbravadores dentro do contexto tecnológico da cultura digital são herdeiros da cibercultura e dos pressupostos das redes sociais 3.0, que não mais impõem espaços e tempos fixos para o acesso aos bens patrimoniais disponíveis no ciberespaço, uma vez

¹⁰ A *surface web* ou “*web* da superfície” são as informações que estão indexadas por um buscador comum como Bing, Google ou Yahoo. É nela que estão os sites de instituições, as redes sociais, os *blogs* e todo e qualquer conteúdo conhecido e recuperável na *web*. No entanto ela é apenas uma parcela de 1% de toda a Internet. O restante do conteúdo encontra-se na chamada *Deep Web*, “Internet profunda” ou “Internet invisível”, que é a parte da Internet que não está indexada nos buscadores e que pode conter todo tipo de informação, tais como bases de dados, revistas acadêmicas, sistemas militares, governamentais e financeiros, etc.

que, através dos dispositivos móveis, vive-se o cibridismo e a interpenetração de diferentes plataformas de mídias sociais. Sendo o tempo e o espaço quadros sociais da memória essenciais para a compreensão do campo da memória social, não há como desconsiderar o impacto dessa nova conjuntura na configuração da construção do conhecimento contemporâneo.

O movimento de virtualização da memória e interfaceamento da cultura lançam na *web* um número considerável de objetos que, nativos ou digitalizados, se constituem na recente categoria do campo patrimonial: “patrimônios digitais”, indicando, ao mesmo tempo, novos fenômenos museais. Essa memória virtualizada vai dividir espaço então com as coleções físicas dos clássicos lugares de memória, estabelecendo uma cadeia causal cognitiva entre indivíduos, grupos, passado, presente e futuro.

No entanto, as várias tipologias de patrimônio digital reconhecidos pela UNESCO não apenas configuram-se em novos lugares de memória, no sentido clássico do termo, mas também fazem emergir novos meios de memória, articulados em diferentes camadas de patrimônios digitais, que demandam conhecimento aprofundado sobre suas diferentes interfaces físicas, gráficas, sociais e cognitivas. Assim, a partir dos resultados de minha pesquisa de mestrado, propus chamar de *Interfaces da Memória Social* esse termo que absorve tanto a noção de lugar de memória como de meio de memória na sociedade em rede, e designa as interfaces interativas computacionais das mídias sociais que possibilitam não só guardar memórias e cristalizá-las, mas revisitá-las e reformatá-las no ato da comunicação e socialização em *lifestream*. Dessa forma, as *Interfaces da Memória Social* têm potência para promover o diálogo constante entre a memória histórica e a memória viva, oportunizando uma gestão compartilhada do conhecimento, e construção potencialmente acessível (*open access*), colaborativa e desterritorializada.

A lógica da constante atualização - para novas versões de programas ou suportes - ou simplesmente de informações como, por exemplo, sempre atualizar “meu status nas redes sociais” mantém os dados circulando na *web*, através da cópia pelos compartilhamentos e do engajamento social em relação a uma mídia social. Os desafios estão lançados quando os clássicos lugares de memória reconhecidos por Nora (1993), que outrora selecionavam memórias e geriam o conhecimento, dividem espaço contemporaneamente com as enciclopédias *online*, livres e colaborativas, acervos digitais, cibernúcleos e mídias sociais. Assim, verifica-se um movimento contemporâneo de

virtualização da memória e interfaceamento da cultura, do qual os projetos *Brasiliiana Fotográfica*, *Google Arts & Culture*, *Museu dos Memes* e *Museu das Coisas Banais*, aqui explicitados, fazem parte e que caracteriza a era da informação. Contexto este em que a *web* ora é vista como potência à construção colaborativa do conhecimento, ora é vista como risco, podendo vir a tornar-se a era do esquecimento.

Referências

BEIGUELMAN, Gisele. *O Livro Depois do Livro*. São Paulo: Petrópolis, 2003.

BEIGUELMAN, Gisele. Admirável mundo cívico. *Imago*. 2010. Disponível em: <http://comunicaimago.blogspot.com.br/2010/09/admiravel-mundo-cibrido.html> Acesso em: 22 jan. 2017.

BEZERRA, Daniele Borges; OLIVEIRA, Priscila Chagas; SERRES, Juliana Conceição. Cibermuseus e memória na rede: o Museu das Coisas Banais (MCB) como meio e lugar de memória. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio/MAST - v.9, n.2, 2016*. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/510/522>> Acesso em 31 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus/ organização e textos*, José do Nascimento; Junior, Mário de Souza Chagas. Brasília: MinC, 2007.

BRASILIANA FOTOGRAFICA. Objetivos. *Brasiliiana Fotográfica*. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?page_id=96> Acesso em 9 fev. 2017.

CANAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, v. 1.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. *Memory Studies*, v. 1; n. 59, 2008.

CRUMLISH, Christian; MALONE, Erin. *Designing Social Interfaces*. O'Reilly Media, 2009.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed). *Conceitos-Chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.

DODEBEI, Vera Doyle. Memória e Patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. *Revista Aurora*, São Paulo, n. 10, 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4614> . Acesso em 10 mar. 2016.

DODEBEI, Vera Doyle. Patrimônio e Memória Digital. *Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, a. 04, n. 08, 2006. Disponível em:

<http://www.unirio.br/morpheusonline/numero08-2006/veradodebei.htm> Acesso em 25 mai. 2013.

ECO, Umberto. Umberto Eco: O excesso de informação provoca amnésia. *Revista ÉPOCA*, São Paulo, 6 jan. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2011/12/umberto-eco-o-excesso-deinformacao-provoca-amnesia.html> Acesso em: 25 fev. 2016.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GOOGLE CULTURAL INSTITUTE. *Google Arts & Culture*. Disponível em: < <https://www.google.com/culturalinstitute/beta/?hl=pt-BR> Acesso em 09 fev. 2017.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: contracapa livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *Los Marcos Sociales de la Memoria*. Caracas, Anthropos Editorial, 1976.

HANNS, D. K.. Visualização de Dados e “Tangibilidade” da Informação: uma questão cognitiva. In: BEIGUELMAN, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves (Orgs.). *Futuros Possíveis: arte, museus e arquivos digitais*. São Paulo: Edusp, 2014. p. 266-276.

HUYSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización*, México, FCE-Instituto Goethe, 2002.

JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEMONS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LÉVY, Pierre. *A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2010.

LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência: futuro do pensamento na era da informática*. (Trad. Carlos Irineu da Costa). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. *Educação e Cybercultura: a nova relação com o saber*. Caosmose. Disponível em:< <http://www.caosmose.net/pierrelevy/educaecyber.html>> Acesso em 10 jul. 2015.

MANOVICH, Lev. *Cinema as a Cultural Interface*. 1997. Disponível em: <http://manovich.net/index.php/projects/cinema-as-a-cultural-interface> Acesso em 10 jul. 2015.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1971.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Priscila Chagas. *Interfaces da Memória Social: análise do compartilhamento do conjunto de imagens digitais do Acervo Digital Bar Ocidente no Facebook*. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

RECUERO, Raquel. *Comunidades Virtuais em Redes Sociais na Internet: uma proposta de estudo*. 2005. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/seminario2005.pdf> Acesso em 17 fev. 2017.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCHA, Cleomar. Interfaces Computacionais. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 17, 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPAP, 2008.

ROCHA, Cleomar. Interfaces Computacionais e experiência sensível. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 19, 2010, Cachoeira. *Anais...* Cachoeira: ANPAP, 2010.

ROSNAY, Joel. *O Homem simbiótico*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e Artes do Pós-Humano: da cultura das mídias a cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTAELLA, Lucia. Intersubjetividades nas redes digitais: repercussões na educação. In: PRIMO, Alex (Org.). *Interações em Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTAELLA, Lucia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do twitter*. São Paulo: Paulus, 2010.

UNESCO. *Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital*. 2003. Disponível em: http://www2.dem.inpe.br/ijar/UNESCOCartaPreservacaoDigital_PTfinal.pdf Acesso em: 27 abr. 2013.

UNESCO. *Declaração Unesco/Ubc Vancouver: A Memória do Mundo na Era Digital: Digitalização e Preservação*. 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8242943-Declaracao-unesco-ubc-vancouver-a-memoria-domundo-na-era-digital-digitalizacao-e-preservacao.html> Acesso em: 20 dez. 2013.

UNESCO. Memória do Mundo. *Diretrizes Para a Salvaguarda do Patrimônio Documental*. 2002. Disponível em: <http://www.unesco.org.uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf> Acesso em 20 dez. 2013.

VIRILIO, P. *A Bomba Informática*. Estação Liberdade, São Paulo, 1999.

ZAGO, Gabriela da Silva; POLINO, Camila de Almeida. Das Interfaces Digitais às Interfaces Sociais: explorando as transformações na interface do Twitter. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10, 2015, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2015.

Recebido em 18.04.2018

Aprovado em 08.06.2018

PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: INTRODUÇÃO À GESTÃO DA PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

DIGITAL RECORDS PRESERVATION: INTRODUCTION OF THE MANAGEMENT OF THE DIGITAL RECORDS PRESERVATION

Humberto Celeste Innarelli¹

Resumo

Este artigo busca apresentar algumas questões relacionadas às teorias e práticas arquivísticas e às tecnologias da informação e da comunicação (TICs), com o intuito de demonstrar de forma introdutória três bases teóricas utilizadas para a concepção do que chamamos de gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais. Abordamos como bases da gestão da preservação: nossa definição de documento arquivístico digital; a preservação do documento arquivístico digital desde sua produção; o conceito de cadeia de custódia ininterrupta aplicado aos documentos arquivísticos digitais.

Palavras-chave: Cadeia de custódia ininterrupta. Documentos arquivísticos digitais. Gestão da preservação de documentos arquivísticos. Preservação de documentos arquivísticos digitais. Princípios da gestão da preservação.

Abstract

This paper presents some questions facing the theories and archivist's practices and information and communications technology (ICTs), presents three theoretical bases to concept the theory of the management of digital records preservation. The bases of the management of digital records preservation are: digital records; digital records preservation policies; chain of custody uninterrupted applied to the digital records.

Keywords: Unbroken chain of custody. Digital records. Management of the digital records preservation. Digital records preservation. Principles of the management of the digital records preservation.

Introdução

Os documentos arquivísticos são produzidos para apoiar e comprovar as atividades no âmbito institucional ou pessoal,² neste momento – para o produtor – não há uma relação direta com a gestão e a preservação destes documentos, pois os produtores – a princípio – não estão preocupados com as características arquivísticas e nem com o valor

¹ Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/IFCH/UNICAMP). Faculdade de Tecnologia de Americana (FATEC-AM/CPS) Este texto foi elaborado a partir dos capítulos 1, 2 e 3 da Tese de Doutorado intitulada “Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta de um modelo conceitual” de nossa autoria (INNARELLI, 2015). Contato: humberto@unicamp.br

² Apesar dos documentos arquivísticos serem produzidos em também em âmbito pessoal, abordaremos somente a produção dos documentos em âmbito institucional, por considerarmos este nosso foco.

secundário³ dos documentos que produzem. Estão preocupados com o valor primário⁴, ou seja, com a finalidade do documento e com o seu valor de prova, afinal, documentos arquivísticos não são produzidos para serem preservados e nem para se tornarem históricos. A gestão e a preservação destes documentos são impostas como consequências relacionadas à manutenção e acesso destes registros, como prova da realização das atividades das instituições e, em um segundo momento, como documentos que “contam sua história”.

A realidade arquivística, baseada nas TICs, lança mão dos recursos computacionais, utilizando cada vez mais os sistemas informatizados como forma de produção dos documentos arquivísticos digitais e não digitais. Atualmente, nas instituições, o documento digital é reconhecido como forma de inovação, desburocratização, disponibilidade e eficiência administrativa. O que observamos é que o chamado documento arquivístico digital vem substituindo gradativamente os documentos arquivísticos não digitais⁵, até então utilizados largamente nas instituições.

Considerando o entendimento inicial que os produtores não estão interessados nos processos de gestão e preservação e que as instituições impõem cada vez mais a utilização das TICs em seus processos e atividades, sugerimos que a melhor forma de garantir a preservação dos documentos arquivísticos digitais nas instituições, é elaborar e lançar mão de políticas institucionais que garantam a “sobrevivência” destes documentos pelo tempo necessário. Neste contexto, entendemos que independentemente do tempo, da idade, do tipo e da destinação, os documentos arquivísticos digitais devem ter políticas bem definidas para sua gestão e preservação desde de sua produção, durante todo o ciclo de vida. E acreditem, preservar é um trabalho que nunca termina. Innarelli (2015) reflete sobre este assunto quando diz:

Um trabalho que nunca termina é um desafio de paciência, perseverança, conhecimento e responsabilidade, baseado na crença de um trabalho contínuo que é útil para o presente e, principalmente, para o futuro; porém este mesmo

³ “Valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido” (CONARQ, 2005, p. 172).

⁴ “Valor atribuído ao documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais” (CONARQ, 2005, p. 171).

⁵ Também chamado de documento convencional ou documento analógico.

trabalho traz algumas incertezas, pois muitas vezes não é possível vivenciar seu resultado.

Cabe ressaltar, que pouquíssimas instituições brasileiras implementam políticas institucionais de gestão e preservação de seus documentos arquivísticos digitais como deveriam, colocando-os sempre em segundo plano em função de outras prioridades. Esta é uma realidade muito comum na administração pública, que enfrenta inúmeros problemas relacionados aos seus documentos arquivísticos digitais – e não digitais –, desde a falta de recursos humanos, até de infraestrutura.

Tendo como pano de fundo a realidade apresentada e a larga utilização das novas tecnologias na produção dos documentos arquivísticos, é possível inferir que a sociedade brasileira corre um sério risco de perder documentos fundamentais para provar suas atividades e contar sua história, pois com as TICs cada vez mais presentes no dia-a-dia das instituições e com a ausência de políticas de gestão e preservação digital, os documentos arquivísticos digitais são perdidos com a mesma facilidade com a qual são produzidos (Innarelli, 2007).

Considerando que a adoção dos documentos arquivísticos digitais é uma realidade imposta pelo avanço tecnológico às instituições e que não é possível voltar atrás, nos perguntamos: como fazer a gestão e a preservação dos documentos arquivísticos digitais?; as instituições produtoras de documentos arquivísticos digitais fazem a gestão e a preservação destes documentos e em quais moldes?; de quem é responsabilidade de fazer a gestão e a preservação dos documentos arquivísticos digitais?; os arquivistas estão preparados para fazer a gestão e a preservação dos documentos arquivísticos digitais? Questões estas que nos saltam aos olhos por não terem respostas óbvias e objetivas, porém, o maior problema não são as respostas – que atualmente conhecemos caminhos para respondê-las⁶ – e sim, que estas questões ainda são ignoradas e feitas somente após a implementação das TICs nos processos de registro das atividades – documentos arquivísticos digitais – das instituições, mesmo sabendo que deveriam ser feitas antes. Fato que demonstra menosprezo por parte das instituições às questões arquivísticas, empurrando-nos “goela abaixo” a velha máxima de que “devemos correr atrás do

⁶ Já existem vários documentos técnicos da área de Arquivologia que tratam e normatizam várias temáticas da gestão e preservação dos documentos arquivísticos digitais. O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) atua diretamente nesta temática através da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) – ver: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/documentos-eletronicos-ctde>.

prejuízo”. Cabe ressaltar, que em nome da eficiência administrativa e algumas vezes pela falta de visão e conhecimento dos administradores e profissionais ligados à tecnologia, as instituições nem se quer tratam o documento digital como arquivístico.

Outro problema que também nos saltam aos olhos, é que no Brasil os profissionais de arquivo, mesmo tendo consciência dos documentos arquivísticos digitais, ainda não iniciaram de forma massiva as práticas sobre os mesmos. Muitos, ainda tem receio de “encarar” este desafio por não terem conhecimento mais específico das TICs – precisamos superar este “medo” e avançar. A preservação digital atualmente é um dos grandes desafios para os profissionais de arquivo, pois com a inclusão do documento digital no contexto arquivístico, paira no ar a dúvida de como fazer a preservação deste documento, de forma adequada e pelo tempo necessário.

Isto posto, é possível afirmar que atualmente os documentos digitais são produzidos pelos sistemas informatizados com pouca ou nenhuma preocupação arquivística; também não é verificada a participação dos profissionais que atuam na área de Arquivologia durante o processo de desenvolvimento destes sistemas. Desta forma, os documentos arquivísticos digitais são produzidos, gerenciados e preservados pelos próprios administradores e profissionais das TICs, fato que pode levar à perda da autenticidade e contexto ou, em alguns casos, à perda parcial ou total da informação e do próprio documento. Comentamos o estágio das instituições brasileiras em relação à produção, gestão e preservação dos documentos arquivísticos digitais com certa indignação:

O que causa mais indignação é que parte das tecnologias que geram e gerenciam a documentação digital, é concebida e idealizada por administradores, informáticos e burocratas, e que toda essa documentação digital está sendo gerida por esses profissionais, os quais não estão preparados para fazer a gestão documental e a preservação digital (INNARELLI, 2011).

A introdução da preservação do documento arquivístico digital no contexto nacional, além de um novo desafio, é de suma importância para a arquivística brasileira, pois a preservação desta documentação garantirá, às futuras gerações, memória, história e direitos, uma vez que a tendência atualmente nos leva a uma produção desenfreada destes documentos.

Os documentos digitais na Arquivologia

Ao introduzir o documento digital como arquivístico e suas principais problemáticas frente as atuais práticas – ou não – de gestão e preservação, entendemos que a responsabilidade dos profissionais de arquivo ganha uma nova dimensão, uma vez que a complexidade dos documentos arquivísticos aumentam de forma exponencial e algumas até fogem da área de qualificação destes profissionais, fato que demonstra claramente a necessidade de projetos interdisciplinares e/ou transdisciplinares que envolvam profissionais de várias áreas – informáticos, advogados, administradores, cientistas da informação etc. Complementando a abordagem apresentada, vale adicionar que os documentos arquivísticos digitais devem seguir os mesmos princípios de gestão e preservação dos demais documentos da instituição, o que nos sugere que devem contar com políticas, normas, padrões e modelos instrucionais para a sua gestão e preservação. É claro, se elas já existirem na instituição em questão!

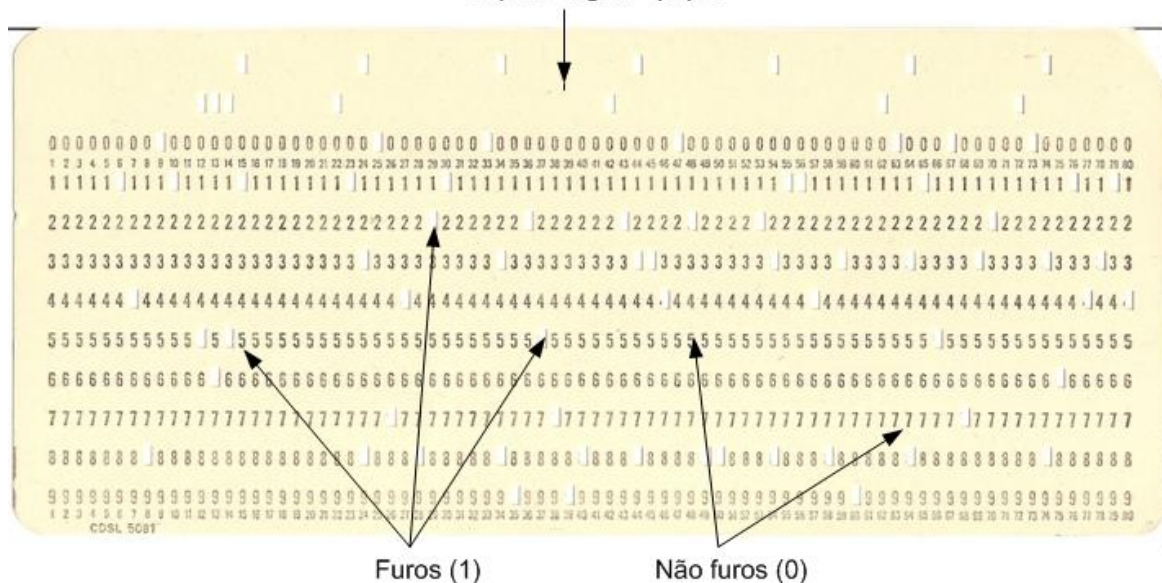
Rondinelli (2013) e CONARQ (2011) realizam a discussão sobre os princípios de gestão e preservação do documento arquivístico digital ao apresentar o documento arquivístico no contexto tecnológico, reforçando a ideia de que qualquer política de gestão arquivística de documentos, seja ela focada em documentos não digitais e/ou em digitais, “terá que atender a uma série de exigências, tanto em relação ao documento arquivístico como ao seu próprio funcionamento” (CONARQ, 2011, p. 21). Para o CONARQ (2011) a organicidade, unicidade, confiabilidade, autenticidade e acessibilidade são as características que devem estar presentes nos documentos arquivísticos digitais e pautar, seguramente, a gestão e a preservação dos mesmos.

Como brevemente discutido, adotamos a premissa de que os documentos digitais, por serem também documentos arquivísticos, devem seguir as mesmas políticas e terem as mesmas bases teóricas que os não digitais; também identificamos que os arquivistas são os “verdadeiros” gestores e preservadores dos documentos arquivísticos digitais. Isso posto, é possível abordar as características tecnológicas de um documento arquivístico digital, tendo em vista sua contextualização para o desenvolvimento de políticas a serem discutidas e apresentadas na ótica da arquivística e dos profissionais de arquivo. Vamos lá.

Grosso modo, uma das principais características que diferencia o documento digital de um não digital é a forma como a informação está armazenada no suporte, assim,

se a informação estiver armazenada na forma de dígitos binários, o suporte é considerado digital e o documento nele armazenado consequentemente é digital, caso contrário, se o suporte não for digital, consequentemente o documento não é digital. A transformação está baseada na forma do registro da informação, que é realizada através de dígitos binários, ou seja: na forma de zeros e uns (0 e 1), porém, apesar dos registros serem binários, os suportes, inicialmente, são os mesmos que armazenam as informações não digitais. Para ficar mais claro, um exemplo de suporte digital que utiliza um suporte até então não digital é o cartão perfurado, que registra a informação na forma de *bits*. As perfurações e não perfurações representam os registros binários, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 – Cartão perfurado – suporte papel
Suporte digital - papel



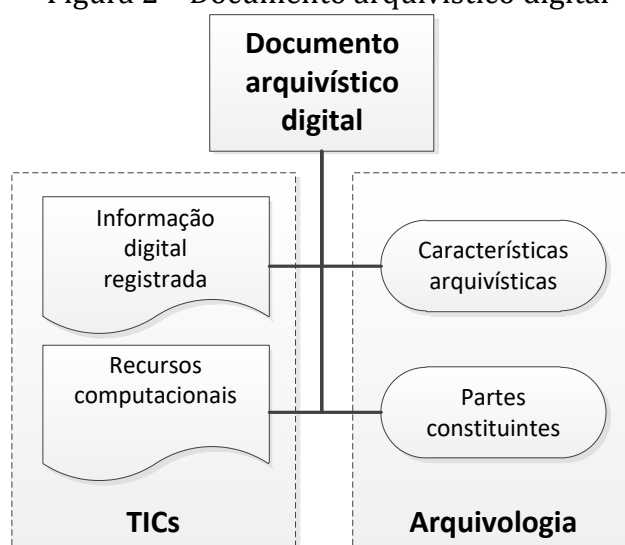
Fonte: Innarelli, 2015.

No exemplo do cartão perfurado apresentado (Figura 1) é possível perceber que a informação registrada digitalmente não pode ser interpretada diretamente, precisamos do *hardware* e do *software* para manifestar o documento. O que não ocorre com o documento convencional registrado no suporte papel, como por exemplo, uma carta manuscrita. A carta manuscrita utiliza o papel como suporte da informação, a linguagem como forma de comunicação da informação e a tinta da caneta como meio de registro da informação; neste caso, todos os elementos fundamentais para a interpretação e preservação do documento estão presentes e podem ser facilmente observados.

As questões tecnológicas apresentadas e o fato de reconhecermos o documento digital como arquivístico, convergem no sentido de definir um documento arquivístico digital⁷ como um documento digital que é produzido e mantido por recursos computacionais e que, por sua natureza, tem características arquivísticas. Neste caso, é possível formular que: Documento arquivístico digital = Documento digital + Recursos computacionais + Características arquivísticas.

Diante do exposto e de reflexões feitas anteriormente (INNARELLI, 2015),⁸ é possível afirmar que a fórmula conceitual apresentada serve como base para identificação dos documentos arquivísticos digitais e como padrão a ser considerado no processo de elaboração e implementação das políticas de gestão e preservação destes documentos. Para este fim, podemos inferir que: Documento arquivístico digital = TICs + Arquivologia⁹; Consequentemente: Documento arquivístico digital = (Informação digital registrada + Recursos computacionais) + (Características arquivísticas + Partes constituintes).

Figura 2 – Documento arquivístico digital



Fonte: INNARELLI, 2015.

Para melhor entendimento da fórmula conceitual, mas sem entrar em detalhes, segue o que cada um dos itens contidos na Figura 2 representa: Informação digital

⁷ A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos define o documento arquivístico digital como “documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (CONARQ, 2016).

⁸ Ressaltamos que a objetividade necessária para artigo, não nos permite detalhar as características apresentadas na formulação. Por este motivo, sugerimos a leitura de nossa tese em referência.

⁹ No contexto apresentado: TICs = Informação digital registrada + Recursos computacionais e; Arquivologia = Características arquivísticas + Partes constituintes.

registrada: informação registrada na forma de dígitos binários; Recursos computacionais: *Hardware* + *Software* + Suporte; Características arquivísticas: Imparcialidade + Autenticidade + Organicidade + Unicidade + Confiabilidade + Acessibilidade + Forma fixa + Conteúdo estável + Contexto; Partes constituintes: Forma documental + Anotações + Suporte + Atributos + Componentes digitais.

Esta formulação em relação ao documento arquivístico digital, representada na Figura 2, nos permite enfim, identificar de forma mais completa o documento arquivístico digital e a relação entre as TICs e a Arquivologia. A apresentação de nosso entendimento sobre o documento arquivístico digital e de suas principais características, possibilitam identificar alguns elementos que devemos considerar ao propor um projeto que possibilite a definição, elaboração e implementação de políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais nas instituições, considerando o deve ser preservado ao longo do tempo, independentemente de sua fase no ciclo vital, em conjunto com todas as suas características arquivísticas e tecnológicas, as quais são imprescindíveis para o seu acesso, manifestação, compreensão e garantia da presunção de autenticidade.

A preservação digital na Arquivologia

A partir da verificação que o uso das TICs representa uma mudança de paradigma – estamos naturalmente substituindo o registro analógico pelo registro digital – para a Arquivologia e do reconhecimento da necessidade de elaboração e implementação de políticas de gestão¹⁰ e preservação dos documentos arquivísticos digitais nas instituições, entendemos que novos e complexos desafios são lançados aos arquivistas. E isso, é o que vamos discutir agora.

O menosprezo em relação aos documentos arquivísticos pode, no caso dos digitais, ser mais crítico, pois, diferentemente dos não digitais, os documentos são “pulverizados” na forma de dígitos binários tornando-se “virtuais” e incompreensíveis nas mãos de seus gestores e preservadores, fator que, atualmente, é motivo de preocupação por parte dos

¹⁰ Neste tópico, vamos deixar de explicitar a importância da gestão na elaboração e implementação de políticas de gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais, pois, além de enfatizarmos as questões relacionadas à preservação, entendemos que está claro para o leitor que a gestão e a preservação andam “de mãos dadas” no processo de preservação dos documentos arquivísticos digitais. Ou seja, não é possível fazer preservação sem gestão.

profissionais de arquivo e das próprias instituições. Essa é uma realidade para a qual não estão preparados, visto que até pouco tempo atrás tudo estava “sob controle” dos profissionais de arquivo e das instituições, sendo que os conhecimentos físicos, químicos, mecânicos, elétricos e eletrônicos bastavam para dominar os processos de preservação dos documentos arquivísticos não digitais. Agora, aparentemente, com o documento digital e a dita “virtualização” dos mesmos, tudo foge ao controle e as variáveis de preservação parecem intermináveis. Neste sentido, consideramos que a preservação digital é um grande desafio a ser superado, pois o conhecimento registrado em documentos arquivísticos digitais depende das nossas ações tomadas no presente. Innarelli faz a reflexão apresentada a seguir em suas palestras, enfatizando que foi escrita em 2003 e que só vai retirá-la quando superarmos os processos de conscientização e irmos para a prática: “Temos muito mais a discutir sobre documento digital antes de chegarmos a qualquer fórmula ou resultado, porém, é assustador imaginar que enquanto discutimos, muitos documentos foram e estão sendo perdidos.” (INNARELLI, 2003).

Ao abordarmos a temática sobre preservação nos processos institucionais, entendemos que as questões relacionadas à tecnologia, ao ciclo de vida, à autenticidade e à custódia dos documentos devem ser consideradas como parte integrante das políticas de preservação destas fontes documentais. Neste caso, os arquivos institucionais têm função fundamental na elaboração e implementação de políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais¹¹, pois, são utilizados como fontes primárias de conhecimento explícito (documentos arquivísticos), principalmente quando estes encontram-se no arquivo permanente. Segundo Paes: “Apesar de os arquivos serem conservados primariamente para fins administrativos, constituem base fundamental para a história, não apenas do órgão a que pertencem, mas também do povo e suas relações sociais e econômicas.” (PAES, 2004, p.121).

Na visão rapidamente apresentada, entendemos que os processos de preservação – conservação – perpassa todo o ciclo vital do documento arquivístico desde sua produção, pois os procedimentos são tomados tendo em vista a guarda dos documentos ao longo do tempo, independentemente do tempo (1 dia, 1 mês, 1 ano, 10 anos, 100 anos, 1.000 anos

¹¹ Neste caso, consideramos que a instituição em questão já tenha políticas de preservação dos documentos não digitais bem definidas, pois não é possível elaborar políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais sem ter a políticas dos não digitais.

etc.). Cabe ressaltar que a gestão e a preservação dos documentos arquivísticos têm por finalidade a execução eficiente do ciclo vital do documento na instituição, garantindo assim que estejam disponíveis, organizados, guardados, classificados, temporalizados e preservados ao longo do tempo, independentemente da idade em que se encontram, cumprindo desta forma, as funções para as quais foram produzidos e posteriormente, se for o caso, a sua função secundária. Esta visão sistêmica do documento arquivístico, em relação a sua gestão e preservação, permite que as instituições garantam um ciclo vital “saudável” de seus documentos arquivísticos, assegurando, desta forma, políticas e ações que objetivam não só a gestão dos documentos arquivísticos em todas as fases do ciclo vital, mas também sua preservação.

Ao assumirmos os contextos apresentados, é possível inferir que a preservação do documento arquivístico deve acontecer “todos os dias”, em todo o ciclo vital, desde a sua produção até a sua destinação final – guarda permanente ou eliminação – tendo em vista uma cadeia de custódia que garanta a preservação e a autenticidade do documento arquivístico pelo tempo necessário.

Porém, ao avançarmos no entendimento sobre preservação de documentos arquivísticos digitais, ressaltamos que a preservação somente da informação registrada em suporte não garante a preservação do documento arquivístico. Também devemos entender que a preservação da forma, do conteúdo, do contexto – jurídico, administrativo, arquivístico e tecnológico – e das características arquivísticas, são elementos fundamentais para a interpretação e manifestação correta do documento arquivístico, uma vez que a falta de algum destes elementos pode levar à perda ou erro na interpretação do documento (InterPARES, 2007).

Tendo em vista a abordagem apresentada, é possível dizer que a preservação dos documentos arquivísticos não envolve somente os aspectos físicos dos documentos, como por exemplo, o ambiente de preservação do suporte e o acondicionamento, ou seu conteúdo, mas sim todos os aspectos relacionados às características que garantam sua presunção de autenticidade, contexto e acesso. Aspectos estes que se fundem e misturam nos suportes dos documentos não digitais, porém são potencializados nos documentos arquivísticos digitais, pois a visão deste documento implica na consideração do físico (*hardware*), do lógico (*software*) e dos *bits* registrados em suportes digitais.

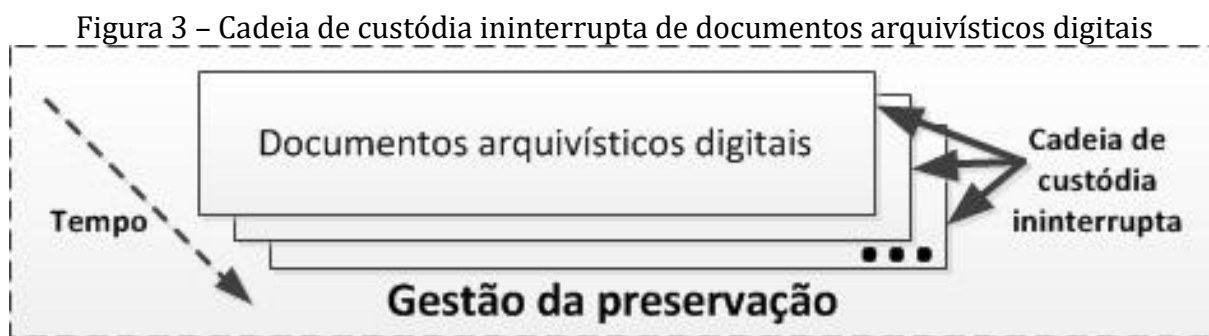
As discussões relacionadas ao ciclo de vida, aos aspectos e à preservação dos documentos arquivísticos digitais, nos remete à discussão apresentada por Jenkinson (1922) sobre a cadeia de custódia ininterrupta. Ele introduz a questão afirmando que “arquivos foram constituídos de documentos produzidos a partir de uma atividade oficial e foram preservados para referência”. O autor diz que a função principal da preservação não está relacionada ao valor secundário do documento e sim ao valor primário, pois o foco da preservação é a garantia de acesso do produtor.

Em decorrência da preservação dos documentos para fins de uso do produtor, Jenkinson (1922) faz sua abordagem da custódia ininterrupta, onde uma cadeia de custodiadores responsáveis, apresentada por ele como “pessoa ou pessoas responsáveis por aquela transação e seus legítimos sucessores”, garantem não só a autenticidade do documento arquivístico sob sua custódia, mas também sua preservação, uma vez que a relação de confiança estabelecida garante a possibilidade de acesso contínuo ao documento arquivístico. Neste caso, é possível afirmar, em tese, que na visão de Jenkinson o processo de preservação dos documentos arquivísticos acontece ininterruptamente durante todo o ciclo vital, entendimento que é perfeitamente aplicado aos princípios de elaboração e implementação de políticas de preservação dos documentos arquivísticos digitais. A abordagem sobre a necessidade da preservação dos documentos arquivísticos digitais em todas as fases do ciclo vital do documento, desde a sua produção, nos possibilita adaptar o conceito de custódia ininterrupta apresentada por Jenkinson.

Ao contextualizarmos a abordagem feita sobre preservação digital, o documento arquivístico digital e nosso entendimento de adaptação do conceito da cadeia de custódia apresentada por Jenkinson (1922), introduzimos brevemente – de forma conceitual – neste artigo o que chamamos de “gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais”.

A conceituação da gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais – como podemos observar na Figura 3 – têm como uma das principais bases a cadeia de custódia ininterrupta de preservação, que acompanharia todo o ciclo vital do documento, para que seja preservado ao longo do tempo, independentemente da idade e do tempo, com todas as características e partes constituintes para se configurar em documento arquivístico. A fórmula que apresentamos a seguir expressa esta ideia: Gestão da

preservação de documentos arquivísticos digitais = Cadeia de custódia ininterrupta de documentos arquivísticos digitais, cuja síntese está na Figura 3.



Fonte: INNARELLI, 2015.

Ao ligarmos a gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais ao ciclo vital dos documentos e conseqüentemente à cadeia de custódia ininterrupta, é possível introduzir na discussão a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) como uma ferramenta de gestão que apoia os processos de preservação digital. Salientamos que neste contexto, a TTD deve considerar que a gestão da preservação se inicia na produção do documento.

Ao relacionarmos o documento arquivístico digital apresentado na Figura 2, a cadeia de custódia ininterrupta apresentada na figura 3 e a TTD, entendemos que a preservação do documento arquivístico digital deve: acontecer desde sua produção; utilizar técnicas de preservação digital e; sobretudo, inserir no processo de preservação a cadeia de custódia ininterrupta. Neste caso deduzimos que: Preservação dos documentos arquivísticos digitais = Gestão da preservação {Documento arquivístico digital [(Informação digital registrada + Recursos computacionais) + (Características arquivísticas + Partes constituintes)]} + Temporalidade.

Enfim demonstramos nossa fórmula conceitual da gestão da preservação, a qual nos leva a refletir sobre aspectos básicos relacionados à preservação de documentos arquivísticos digitais, fórmula que também pode nos levar a várias outras reflexões.

Conclusão

Ao apresentarmos os princípios utilizados para o desenvolvimento de nossa tese sobre gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais, introduzimos temas cuja complexidade e a gama de possibilidades nos levam a discussões que vão muito além,

pois neste artigo apresentamos de forma sucinta apenas a “ponta do iceberg”, que tem em sua parte submersa inúmeras temáticas, que não foram exploradas. São exemplos destas temáticas: cópias de segurança; fragilidade do suporte digital; garantia da presunção de autenticidade; garantia da forma fixa, conteúdo estável e variabilidade limitada; independência de *hardwares* e *softwares* específicos; independência do documento arquivístico digital do sistema informatizado de gestão e preservação; obsolescência das TICs; preservação do documento digitalizado; preservação somente, dos documentos arquivísticos digitais que devem ser preservados etc.

Contudo, entendemos – a partir da formulação conceitual acima – que cumprimos nosso objetivo neste artigo, o de apresentar introdutoriamente a relação entre as bases que utilizamos para o desenvolvimento do modelo conceitual de gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais, que é apresentado em detalhes em nossa tese de doutoramento intitulada “Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta e um modelo conceitual” (INNARELLI, 2015).

Referências

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *e-Arq Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*. Versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Glossário documentos arquivísticos digitais*. Versão 7. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

CRUZ MUNDET, J. R. *Diccionario de archivística*. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994.

DURANTI, L. *The long-term preservation of the authentic electronic records: findings of the*

InterPARES project. Canada: InterPARES, 2005.

INNARELLI, H. C. *Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta e um modelo conceitual*. 2015. 348 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

INNARELLI, H. C. *Preservação de Documentos Digitais: confiabilidade de mídias CD-ROM e CD-R*. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2006.

INNARELLI, H. C. *Preservação de Documentos Eletrônicos*. Apostila (Curso de extensão) – Arquivo Central do Sistema de Arquivos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2003.

INNARELLI, H. C. Os dez mandamentos da preservação digital. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. In: *Arquivística: temas contemporâneos*. Brasília: SENAC, 2007.

INNARELLI, H. C. Preservação digital: a influência da gestão dos documentos digitais na preservação da informação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 72-86, jan./jun. 2011.

INNARELLI, H. C. Preservação digital: a gestão e a preservação do conhecimento explícito digital em instituições arquivísticas. *InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 48-63, mar. 2012.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS, THE. *InterPARES 1 Project*. Canada, 2001. Disponível em: <<http://inter pares.org/UBCProject/index.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS, THE. *InterPARES 2 Project*. Canada, 2007a. Disponível em: <<http://www.inter pares.org/>>. Acesso em: 3 dez. 2009.

INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS, THE. *InterPARES 3 Project*. Canada, 2012. Disponível em: <<http://inter pares.org/UBCProject/index.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

JENKINSON, H. *A manual of archive administration including the problems of war archives archive making*. Londres: Oxford University Press, 1922.

LE COADIC, Y. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

RONDINELLI, R. C. *O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária*. 2011. 270 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Arte e Comunicação

Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

RONDINELLI, R. C. *O documento arquivístico digital ante a realidade digital*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2013.

STAPLETON, R. Jenkinson and Schellenberg: a comparison. *Archivaria*, Ottawa, v. 17, n. 17, p. 75-85, 1983-1984.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Directrices para la preservación del patrimonio digital*. División de la Sociedad de la Información Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001300/130071s.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

Recebido em 15.04.2018
Aprovado em 02.07.2018

OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL ATRAVÉS DOS ACERVOS PESSOAIS DE LEOPOLDO PETRY, CARLOS DE SOUZA MORAES E THEODOMIRO PORTO DA FONSECA

OTHER PERSPECTIVES ON THE REGIONAL POLITICAL HISTORY OF RIO GRANDE DO SUL THROUGH THE PERSONAL COLLECTIONS OF LEOPOLDO PETRY, CARLOS DE SOUZA MORAES AND THEODOMIRO PORTO DA FONSECA

Rodrigo Luís dos Santos¹

Resumo

O objetivo deste artigo é trazer luzes sobre a importância dos acervos pessoais para novas abordagens e reinterpretações no campo historiográfico, a partir de uma análise crítica de seus processos de organização e dos documentos neles contidos. Escolhemos, para tanto, trazer elementos do campo da História Política, tendo como recorte espacial e temporal o Rio Grande do Sul das décadas de 1930 e 1940. Os acervos pessoais que elegemos foram os de Leopoldo Petry, Carlos de Souza Moraes e Theodomiro Porto da Fonseca, agentes políticos, sociais e intelectuais que tiveram participação ativa durante o período estipulado para análise.

Palavras-chave: Acervos pessoais. História Política. Rio Grande do Sul.

Abstract

The objective of this article is to bring light on the importance of personal collections for new approaches and reinterpretations in the historiographic field, from a critical analysis of their organization processes and the documents contained therein. For this purpose, we chose to bring elements of the field of Political History, having as a space and time-frame the Rio Grande do Sul of the 1930s and 1940s. The personal collections we chose were those of Leopoldo Petry, Carlos de Souza Moraes and Theodomiro Porto da Fonseca, political, social and intellectual agents who had active participation during the period stipulated for analysis.

Keywords: Personal collections. Political History. Rio Grande do Sul.

Notas iniciais

[...] arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência – arquivar a própria vida é querer testemunhar, é querer destacar a exemplaridade de sua própria vida (ARTIÉRES, 1998, p. 11).

Fotografias esmaecidas, papéis amarelados, cartões de Boas Festas, um livro com dedicatória ou a anotação de um número de telefone sem o nome de seu detentor. Estes e tantos outros tipos de materiais podem estar no grande bojo de um acervo pessoal. De certa forma, talvez seja essa gama de elementos que nos forneçam a impressão de que,

¹ Historiador. Mestre em História, atua no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo/São Leopoldo. Contato: rluis.historia@gmail.com

através deles, poderemos ver o âmago da vida daquele que os reuniu, os escolheu para estarei ali, naquele conjunto. Essa percepção é reforçada pela consciência de que, através daqueles papéis, fotografias, livros e objetos, estes sujeitos também buscaram constituir *uma memória de si* – dentro da conceituação de Marieta de Moraes Ferreira (2004) –, uma imagem pessoal diante do coletivo social, centrada preponderantemente no *eu*. E, para que isso fosse possível através do acervo acumulado, fizeram aquilo que Michel Pollak (1989) define como *enquadramentos da memória*.

Mas a ideia romântica sobre os acervos pessoais não deve roubar o espaço das análises mais profundas, embasadas em teorias e aparatos metodológicos adequados. Contudo, isso não significa que o fascínio que os acervos pessoais exercem sobre parte dos historiadores não se faça presente. Do mesmo modo, seguir os rastros de um indivíduo e tentar reconstituir a sua vida também constitui-se de um desafio complexo e sedutor. Mas, aí também reside perigos. Conforme Bourdieu (1996), a tentativa de compreensão da vida como uma série cronologicamente estável e linear incorre em um erro grave por parte do pesquisador. É preciso justamente atentar para as incoerências, rupturas, insucessos, vínculos e distinções. Não é possível analisar uma trajetória sem que tenhamos clareza sobre as conjunturas onde essa vida se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente escolhido ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.

Nas páginas seguintes deste artigo, buscaremos demonstrar como alguns acervos pessoais e seus documentos podem contribuir para a historiografia política do Rio Grande do Sul, especialmente nas décadas de 1930 e 1940. Escolhemos, para tanto, os acervos oriundos de três lideranças políticas e intelectuais que atuaram no estado nesse período: Leopoldo Petry, Carlos de Souza Moraes e Theodomiro Porto da Fonseca.² Os acervos destes agentes sociais estão salvaguardados no Museu Histórico Visconde de São

² O acervo pessoal de Theodomiro Porto da Fonseca está dividido em duas caixas, sem uma divisão mais sistemática de seu conteúdo, estando documentos de diferentes tipos e procedências misturados. Em decorrência disso, não foi possível verificar o número exato de documentos existentes, mas estima-se que passem de 1000. Caso semelhante ocorre com o acervo de Leopoldo Petry: o mesmo está salvaguardado em cinco caixas, organizados de forma aleatória. Nos dois casos, sabe-se que esse armazenamento passou por diferentes remanejamentos desde que foram doados ao museu. O trabalho de pesquisa, identificação e catalogação destes dois acervos iniciou no final de 2017. Quanto ao acervo de Carlos de Souza Moraes, este está dividido em 100 pastas, com temáticas mais definidas, sendo esta organização pré-concebida pelo próprio elaborador do acervo. Uma contagem inicial aponta para a existência de mais de 4000 documentos de tipos variados. Este já havia passado por um processo de catalogação inicial, porém os trabalhos foram interrompidos momentaneamente.

Leopoldo, localizado no município de São Leopoldo. Nossa escolha não se deu apenas pelo tocante políticos dos sujeitos escolhidos, mas por serem pessoas detentoras daquilo que Pierre Bourdieu (1989) conceitua como *poder simbólico*, ou seja, formas que estes agentes utilizavam para exercer influência no meio social na qual estavam inseridos. Os três escolhidos realizaram essa empresa, seja em nível mais regionalizado, nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, mas também com vinculações mais amplas, em nível regional. No caso de Theodomiro Porto da Fonseca, tinha relações pessoais com Getúlio Vargas e, a partir de 1945, também exerceu papel de articulador importante dentro das fileiras do Partido Social Democrático (PSD). Já Leopoldo Petry e Carlos de Souza Moraes, estiveram também vinculados em entidades e grupos intelectuais bastante ativos: o primeiro, na Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, grupo que buscou, no pós-guerra, orientar os discursos e as agendas políticas de reconstituição da memória e história de imigrantes alemães e descendentes no Brasil; o segundo, com grupos nacionalistas, que tentaram comandar o aparato de controle imigrante no Brasil das décadas de 1930 e 1940.

Conceituações e reflexões sobre os acervos pessoais

Uma das concepções conceituais que utilizamos para a definição de um acervo pessoal converge para a seguinte assertiva:

[...] arquivo pessoal é entendido como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTO, 2004, p. 266).

Embora a conceituação citada se refira mais explicitamente a pessoas com renome e destaque social, talvez por estas terem uma produção de memórias documentais mais acentuadas, tem crescido entre os pesquisadores o interesse, especialmente no campo da

História Social, o interesse por agentes sociais de vida mais simples, sem um *impacto* tão visível no mundo do qual faziam parte.³ Conforme Ângela de Castro Gomes,

a descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no “fazer história” (GOMES, 1998, p. 122).

Mas, independentemente do status social dos sujeitos em questão, nos interessa dimensionar e demonstrar como os acervos pessoais são fontes profícuas para novas interpretações no âmbito da pesquisa histórica. Sobre esse aspecto, aportamos nossa linha de argumentação em consonância com o que arrazoa Priscila Fraiz, quando afirma que

[...] uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. O valor de prova legal, característica essencial dos documentos públicos, perde esse sentido estrito para os papéis privados. Mas se alargarmos esse conceito, também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Essa maneira atesta, por exemplo, as intenções e os sentidos emprestados pelo titular do arquivo relativos ao uso dos documentos acumulados (FRAIZ, 1998, p. 62).

Decodificar e estabelecer uma leitura crítica dos documentos presentes no acervo, assim como do próprio processo de constituição do mesmo, devem ser os mecanismos instrutivos que orientam os procedimentos de pesquisa. Mesmo quando o acervo pessoal não é o objeto, mas o local de investigação, é salutar compreender esse emaranhado

³ O Brasil já dispõe de um escopo jurídico regulamentando várias questões na área de arquivos, entre elas, o acesso a informações de natureza privada. Além da lei 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que possui um capítulo dedicado aos arquivos privados, o decreto 2.942, de 1999, e a Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, estão voltados para o tema. Muitos acervos pessoais tem assumido uma dimensão de "interesse público e social", por meio de dispositivo legal. Nesses casos, a lei determina que sejam preservados e colocados à disposição dos pesquisadores. Por se tratarem de documentos de natureza privada, os arquivos pessoais reúnem muitas vezes informações cujo acesso pode comprometer a intimidade do seu titular ou de terceiros.

documental, para não afundarmos na *areia movediça* das informações visivelmente presentes. Há muito camuflado, cuja leitura deve ser feita nas entrelinhas.

Ainda abordando as questões técnicas, quando falamos da tipologia dos acervos pessoais, eles são enquadrados em duas categorias:

- 1) Aqueles que são reunidos de acordo com a vontade pessoal daquele que seleciona, e reúne os diferentes tipos de documentos possíveis, conforme objetivos e intenções, reunindo o que julga importante e descartando aquilo que considera supérfluo;
- 2) Aqueles que são concentrados em função das múltiplas atividades realizadas por quem os reúne, onde se mesclam tanto a vontade individual quanto a necessidade de reunir essa documentação.

A partir destas definições, se contextualizam diferentes nomenclaturas. Deste modo, o acervo reunido exclusivamente pela vontade de quem o reúne recebe a denominação de *coleção*. De forma geral, uma coleção está vinculada com uma gama diversificada de materiais, sendo que seus organizadores, fazem essa acumulação em decorrência da mera *vontade de colecionar*, por *hobby* ou na intenção de construir *memórias de si*. Esses materiais, documentais ou não, são de procedências variadas. Por outro lado, quando o acervo reunido por uma pessoa ou uma instituição, em decorrência das atividades exercidas ou realizadas no andamento de sua vida, recebe o nome de *arquivo* ou *fundo*. Sua composição arquivística tem origem em documentos decorrentes de necessidades cotidianas a atribuições da habitualidade. Ao mesmo tempo, sua produção não está necessariamente atrelada com a vontade daquele que a produz. Dentre os tipos, podemos elencar as contas de luz e despesas diversas, cartões postais enviados por amigos, extratos bancários, entre outros.

Outra diferenciação entre coleção e arquivo está no fato de que o segundo registra e espelha a trajetória de uma pessoa jurídica ou física. Cotidianamente, o termo arquivo também designa a instituição, pública ou privada, responsável por custodiar e difundir estes acervos. Um acervo pessoal ou institucional pode ser formado pelo arquivo da pessoa ou instituição e por várias coleções. Não obstante, por conta de sua diversificação e elementos subjetivos, a apreciação crítica de um acervo pessoal possui também suas dificuldades próprias. Uma destas pode ser encontrada quando nos deparamos, por

exemplo, com as correspondências. Nestes casos, conforme aponta Ângela de Castro Gomes,

[...] em geral, além de serem fontes dispersas e fragmentadas, que precisam ser analisadas em séries, são de difícil leitura, sobretudo quando manuscritas, [...] A correspondência também exige vários cuidados e níveis de análise, que considerem desde sua materialidade – papel, letra, protocolos de leitura da carta – os códigos que definem o gênero epistolar – saudações, despedidas e assinatura –, até observações sobre suas formas de circulação e guarda, reveladoras da identidade, de seu destinatário. ‘Tudo isso para além das questões que remetem à montagem da rede de relações organizacionais e afetivas presente na correspondência’ (GOMES, 2004, p. 53).

Na esteira das dificuldades e dos *perigos* dos acervos pessoais, Luciane Heymann aponta para outro aspecto: pensar estes acervos de forma totalmente orgânica e homogênea, sem atentar para suas nuances, ou em outras palavras, para uma leitura superficial do conjunto documental ali sob foco de observação. Para a pesquisadora,

no caso dos arquivos pessoais, a ideia de unidade poderia ser atribuída à ilusão de um acúmulo documental pautado sempre pelos mesmos critérios, concomitante e homogêneo com relação aos “fatos” relevantes da vida do titular, além de orientado para constituir uma fonte para a pesquisa histórica. Nesse caso, o encadeamento narrativo poderia ser comparado à sequência descritiva dos inventários, nos quais as unidades documentais são geralmente apresentadas seguindo a cronologia da trajetória do titular. Não há menção às lacunas documentais, à história da constituição daquele acervo – na qual podem ter atuado outros agentes além do titular-, nem às opções que orientaram o trabalho arquivístico e definem um particular arranjo dos documentos entre os vários possíveis (HEYMANN, 1997, p. 45).

No tocante aos acervos pessoais utilizados nas pesquisas que contribuíram para a escrita deste artigo, estes se enquadram dentro da segunda categoria de acervos pessoais. E para compreendermos de que forma os documentos contidos nestes acervos podem contribuir para a História Política sul-rio-grandense, fornecendo subsídios para a interpretação das relações sociopolíticas entre diferentes esferas do poder nas décadas de 1930 e 1940, se faz necessário conhecer um pouco mais sobre os agentes sociais que organizam estes conjuntos documentais.

Sobre aqueles que deram origem aos acervos

Leopoldo Petry era natural de Novo Hamburgo, tendo nascido em 15 de julho de 1882. Era filho de Bárbara Lorscheiter e do agrimensor Pedro Petry, ambos católicos praticantes. Seus primeiros passos educacionais se deram em aula particular, em Hamburger Berg.⁴ Entre 1891 e 1893, Leopoldo Petry estudou no colégio jesuíta de São Sebastião do Caí⁵, ingressando, em 1893, no seminário de Porto Alegre, também mantido pelos padres jesuítas. Foi, posteriormente, professor na escola paroquial católica de Hamburger Berg, mantida pela paróquia Nossa Senhora da Piedade, e também em uma aula pública em Lomba Grande, então distrito de São Leopoldo.

Foi nesse período, em 1902, contraiu primeiras núpcias com Maria Luiza da Silveira, falecida em 1911. Ao se tornar viúvo, Leopoldo Petry se transfere para Passo Fundo, onde permanece por um curto período, mudando-se em seguida para Porto Alegre. Nesse período começou a trabalhar na Typographia do Centro, de propriedade de seu cunhado Hugo Metzler, casado com sua irmã Bertha. O segundo casamento de Leopoldo Petry foi com a professora Maria das Neves Marques, em 1914.

Deixando seu ofício na tipografia, Leopoldo Petry retornou a Novo Hamburgo, onde passou a trabalhar como oleiro, abrindo uma pequena olaria, da qual fora proprietário até o final de 1916. Em fevereiro de 1917, Leopoldo Petry assume o cargo de secretário da Intendência de São Leopoldo, exercendo essa função até 1923, quando passou a atuar como coletor estadual em Novo Hamburgo. Era membro do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Com a emancipação efetivada, em 1927, Leopoldo Petry é eleito o primeiro intendente de Novo Hamburgo, cargo que ocupou até dezembro de 1930, quando foi destituído do cargo.

Até o fim do Estado Novo, em 1945, a atuação política de Leopoldo Petry é vinculada com sua inserção social. Após 1945, retoma sua atividade partidária, filiando-se ao Partido da Representação Popular (PRP). Elegeu-se vereador pelo PRP em 1951, exercendo o cargo na legislatura iniciada em 1952, com término em 1956. Foi presidente da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo em 1954 e 1955. Após encerrar seu mandato

⁴ Morro do Hamburguês, em língua alemã.

⁵ A partir do colégio de São Sebastião do Caí, será criado, em 1895, o Seminário Jesuíta São José, em Pareci Novo, quando essa localidade pertencia ao município de Montenegro. Pareci Novo se emancipou em 20 de março de 1992. O Seminário São José esteve em funcionamento até 1996, não apenas como seminário, mas também como espaço do noviciado, residência de saúde e sede da paróquia de Pareci Novo.

como vereador, Leopoldo Petry se afastou novamente da vida partidária, assim como não exerceu mais nenhum cargo público.

Vinculada com suas atividades políticas e sua atuação na comunidade católica de Novo Hamburgo, também exerceu uma considerável atividade intelectual no campo literário. Em 1911, fundou o *Der Familienfreund Kalender*. Anos mais tarde, quando ocupava o cargo de secretário da Intendência de São Leopoldo, escreveu uma monografia sobre aquele município, publicada em 1922. Cinco anos depois, em 1927, foi um dos fundadores do jornal *O 5 de Abril*, juntamente com Hans Behrend, apoiado por Edgar e Werner Behrend, filhos de Hans. Editado e publicado em Novo Hamburgo, teve sua primeira edição no dia 06 de maio de 1927, um mês após a emancipação de Novo Hamburgo. Leopoldo Petry foi o primeiro diretor deste jornal. Quando de sua posse como intendente hamburguense, deixou a direção do mesmo, mas continuou colaborando com artigos frequentes.

Em 1931, publica pela Typographia Hans Behrend, a mesma responsável pelo *O 5 de Abril*, o livreto *Maria Bugra*, no qual descreve relatos sobre os contatos entre imigrantes alemães e indígenas nos primeiros anos após a chegada dos imigrantes, na região dos atuais vales dos rios dos Sinos e Paranhana. Anos mais tarde, lança a obra *O Episódio do Ferrabraz – Os Mucker* (1957), na qual aborda o conflito ocorrido no morro Ferrabrás, no atual município de Sapiranga (na época pertencente ao município de São Leopoldo), entre 1868 e 1874, na qual um grupo de colonos, liderados por Jacobina Mentz Maurer e seu marido, João Jorge Maurer, entram em choque com interesses políticos, econômicos e religiosos locais. Ainda em 1957, por meio da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho (entidade da qual também participava), tem publicada a obra *Pátria, Imigração e Cultura*, sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul. Na década de 1940, ainda escreve uma monografia sobre o município de Novo Hamburgo, além de ter relançada sua obra sobre a cidade de São Leopoldo, em 1964, dois anos antes de seu falecimento, em 29 de novembro de 1966.

O segundo agente político e intelectual cuja trajetória pessoal faremos algumas considerações é Carlos de Souza Moraes. Nascido na cidade de Montenegro, no Rio Grande do sul, em 1908, faleceu em São Leopoldo, no mesmo estado, em 2003. Advém de duas famílias tradicionais da região de Montenegro, cujo destaque político fora acentuado no início do período republicano. Seu avô materno, Porfírio Felisberto de Souza, integrou os

primeiros governos republicanos de Montenegro e exerceu a liderança do diretório local do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), além de ser homem de confiança de Júlio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul entre 1893 e 1898 e chefe unipessoal do PRR até seu falecimento, em 1903. O pai de Carlos de Souza Moraes, José Álvaro Pereira de Moraes, foi intendente de Montenegro entre 1900 e 1908 e chefe do diretório local do PRR, tendo a confiança de Borges de Medeiros, que assumiu a chefia do governo estadual em 1898 e a liderança do PRR após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903. Vemos, desse modo, que a tradição familiar na política remonta há, pelo menos, desde o final do império e início da república.

Carlos de Souza Moraes bacharelou-se em Direito na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre – atualmente pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – em 1933. Posteriormente, exerceu a função de juiz municipal na região de Herval, município localizado na região Sudeste do Rio Grande do Sul. Também residiu em Porto Alegre, onde exerceu a advocacia.

Em 1936 se efetivou a criação do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Carlos de Souza Moraes, principal articulador para a criação do núcleo, assume a presidência, tendo como vice-presidente a pedagoga Camila Furtado Alves. O presidente de honra do núcleo estadual da SAAT é Othelo Rosa – também nascido em Montenegro –, que naquele momento exerce o cargo de secretário estadual de Educação, durante o governo do general Flores da Cunha. Embora nossas pesquisas ainda não tenham avançado nesse aspecto, podemos conjecturar de forma plausível que a indicação de Othelo Rosa como presidente de honra tem um caráter pragmático: de estabelecer vínculos concretos que permitam a ação do núcleo da SAAT junto ao governo estadual, sobretudo na área de educação. Aproximação essa que terá resultados mais satisfatórios a partir da implantação do Estado Novo, em 1937.

Em 1937 ocorrem dois fatos importantes na trajetória política e intelectual de Carlos de Souza Moraes: sua nomeação como secretário da Prefeitura de São Leopoldo e o lançamento de sua obra *A ofensiva japonesa no Brasil*. Cabe aqui ressaltar que a publicação de *A ofensiva japonesa no Brasil* rendeu a Carlos de Souza Moraes a indicação

e posterior posse na Academia Rio-grandense de Letras⁶, em 1938, ocupando a cadeira de número 3.

Além do cargo de secretário da Prefeitura de São Leopoldo, Carlos de Souza Moraes ocupou mais dois cargos importantes: entre 1938 e 1943 foi diretor do jornal *Correio de São Leopoldo*, veículo de comunicação impresso da municipalidade leopoldense e, durante esse mesmo período, foi diretor de Instrução Pública de São Leopoldo, coordenando diretamente as diretrizes educacionais do município.

Em novembro de 1944, Theodomiro Porto da Fonseca renuncia, após 16 anos, ao cargo de prefeito leopoldense. Para seu lugar, sugere o nome de seu principal colaborador na administração municipal: Carlos de Souza Moraes. A sugestão fora aceita pelas autoridades estaduais e, ainda em novembro de 1944, Carlos de Souza Moraes assume como chefe do executivo de São Leopoldo. Permanece no cargo até 1945, quando, com o fim do Estado Novo, deixa o cargo de prefeito. Retorna a exercer o cargo entre 1946 e 1947, quando novamente deixa a função, para candidatar-se ao legislativo leopoldense, pelo Partido Social Democrático (PSD), da qual era uma das lideranças regionais. Eleito, exerceu a vereança entre 1948 e 1951.

Além das atividades políticas, Carlos de Souza Moraes dedicou parte de sua vida para o campo intelectual, literário e cultural. Escrevera artigos, que foram publicados em jornais do estado, além de ter escrito alguns livros, como *O Colono Alemão*, *Feitoria do Linho Cânhamo*, além do já mencionado *A ofensiva japonesa no Brasil*, que em 1942 ganha nova edição, lançada pela Editora da Livraria do Globo. Integrou, além da Academia Rio-grandense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o Instituto Histórico de São Leopoldo – do qual foi um dos fundadores, em 1975 – e outras entidades de cunho literário e de debate cultural e intelectual.

Quanto a Theodomiro Porto da Fonseca, o mesmo nasceu em Cachoeira do Sul, em 9 de novembro de 1879. Iniciou sua vida profissional como comerciante, passando a atuar, posteriormente, como funcionário ferroviário. Em 1898, mudou-se para São Leopoldo,

⁶ Na época Academia Sul-rio-grandense de Letras. Haviam, nesse período duas academias literárias em nível estadual: a já mencionada Academia Sul-rio-grandense de Letras, que quando de sua fundação em 1901, utilizava o nome de Academia Rio-grandense de Letras, o que acabou sendo modificado posteriormente, e a Academia de Letras do Rio Grande do Sul. A unificação das duas instituições ocorre em 1944, quando a nova instituição passa a se denominar Academia Rio-grandense de Letras, retomando o nome original, nomenclatura vigente até os dias atuais.

onde passou a exercer o ofício de escriturário da Intendência Municipal, filiando-se ao PRR. Em 1916, foi nomeado coletor federal de São Leopoldo. Um de seus irmãos, Gregório Porto da Fonseca⁷, com a posse de Vargas na chefia do Governo Provisório instalado após a Revolução de 1930, assumiu o cargo de diretor da Secretaria da Presidência da República. Em julho de 1931, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Em abril de 1934 foi nomeado embaixador brasileiro no Vaticano, não chegando, entretanto, a assumir o cargo, em virtude de seu falecimento, em 24 de abril daquele mesmo ano.

Theodomiro casou-se em 1904 com Alzira Carolina Ries, de cuja união nasceram cinco filhos. Exerceu cargos públicos de escalão secundário e não eletivos, até que em 1928 foi escolhido para candidato republicano à Intendência de São Leopoldo, sendo eleito e tomando posse em 12 de outubro do mesmo ano. Foi sucessor de João Corrêa Ferreira da Silva, proeminente liderança empresarial e política, conhecido pelo seu trabalho relacionado com a expansão de estradas e ferrovias em várias regiões do Rio Grande do Sul. Theodomiro Porto da Fonseca exerceu seu mandato até 1944, atravessando diferentes momentos políticos nacionais, como o Governo Provisório de Vargas e o Estado Novo. Foi um dos fundadores e líderes estaduais do Partido Social Democrático (PSD), em 1945. No ano seguinte, fez parte da Assembleia Nacional Constituinte como deputado federal, cargo que ocupou até 1951. Afastou-se dos cargos públicos, mas continuou exercendo sua participação política e social até 1965, quando faleceu no dia 24 de março.

Ao conhecermos um pouco mais sobre os homens, é possível avaliar um pouco melhor ser acervos e o que deixaram para ser memorável. Assim como entender o mundo social no qual estavam inserido, influenciando sobre suas ações, participando das interlocuções e agindo em torno de objetivos. E, neste contexto, passaremos a analisar

⁷ Fez seus primeiros estudos em Porto Alegre, matriculando-se em 1896 na Escola Militar dessa cidade, onde se especializou em engenharia, e de onde saiu oficial em 1899. Transferido para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exerceu a função de secretário da Prefeitura durante a gestão do general Bento Ribeiro (1910-1914). Foi ainda secretário da Escola Militar do Realengo, assistente do chefe do Estado-Maior do Exército (EME) Gregório da Fonseca foi ainda secretário da Liga de Defesa Nacional, associação civil fundada em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros, com o objetivo central, de acordo com seus estatutos, de “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo”. Foi também sócio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pertenceu ao círculo de literatos que se formou em torno de Alcides Maia, no Rio de Janeiro, do qual Lima Barreto também participou. Conforme informações disponíveis no CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fonseca-gregorio-porto-da>.

acontecimentos que podem ser desvelados sob outras óticas a partir dos documentos que estes se dispuseram a selecionar e guardar.

Um outro olhar sobre a política do Rio Grande do Sul nos anos 1930 e 1940

Partiremos agora para alguns casos que foram passíveis de análises e aprofundamentos, a partir de documentos encontrados nos acervos pessoais dos agentes sociais referidos, sendo estes confrontados com outras fontes e com a historiografia política sobre o Rio Grande do Sul dos anos 1930 e 1940. Contudo, salientamos que aqui faremos uma exposição mais resumida destes episódios. Mas, mesmo assim, é possível reconhecer a contribuição destes acervos pessoais da compreensão das dinâmicas e complexidades socioculturais e políticas deste período.

Um dos casos que encontramos diz respeito com a realidade política do Rio Grande do Sul entre 1929 e 1930, quando da união do PRR e do Partido Libertador (PL), formando a Frente Única Gaúcha (FUG), servindo de apoio e sustentação para o então presidente do estado, Getúlio Vargas. Posteriormente, a FUG também colaborou para a sustentação da candidatura de Vargas à presidência da República, nas eleições de março de 1930, quando foi constituída a Aliança Liberal, chapa oposicionista formada por lideranças políticas sul-rio-grandenses, da Paraíba, Minas Gerais e do Partido Democrático (PD) de São Paulo. As eleições acabaram por dar a vitória ao candidato situacionista, o paulista Júlio Prestes. Contudo, o resultado do pleito causa enorme descontentamento em líderes da Aliança Liberal. E com isso, as ideias de uma tomada do poder por outros caminhos passa a ser aventada.

Neste ínterim, Leopoldo Petry busca informações junto aos dirigentes estaduais do PRR, procurando saber a real situação e quais diretrizes seguidas pelo partido. Em 12 de maio de 1930, Protásio Antônio Alves, ex-vice-presidente do Rio Grande do Sul entre 1918 e 1928, membro da Comissão Executiva Estadual do PRR, encaminha correspondência ao intendente Leopoldo Petry, em resposta ao seu questionamento.⁸ Na carta, é informado de que não estava sendo planejado nenhum tipo de tomada do poder via força revolucionária, sendo que o PRR era totalmente contrário a esse tipo de prática, por zelar sempre pelo espírito ordeiro e constitucional republicano (AUTOR, 2016, p. 1076).

⁸ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Fundo Leopoldo Petry – Caixa 01 – Carta da Comissão Executiva Estadual do PRR ao Intendente de Novo Hamburgo Leopoldo Petry.

Naquele momento já estava em discussão, por parte de líderes mais radicais da Aliança Liberal, a possibilidade de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes de Albuquerque, prevista pra novembro. O fato de a correspondência enviada a Leopoldo Petry afirmar categoricamente que não havia a possibilidade de um golpe, pode indicar dois pontos: 1) a intenção, por parte dos dirigentes estaduais do PRR, de não deixar que as informações reais fossem divulgadas, evitando que o governo federal interviesse, impedindo o plano de tomada do poder ou, 2) naquele momento, Leopoldo Petry já havia perdido a confiança por parte dos líderes principais de seu partido. Os desdobramentos posteriores indicam que provavelmente as duas hipóteses estão corretas. Leopoldo Petry deixa o cargo de intendente, além de sofrer represálias por conta de sua não adesão ao acordo que originou a Frente Única Gaúcha.

Por não ter aderido à Frente Única Gaúcha, Leopoldo Petry foi preso, conforme ele mesmo narra em uma autobiografia.⁹ Segundo ele, o motivo de não simpatizar com o acordo político de 1929 era a contradição entre a prática e o discurso de alguns membros, que no passado agiam de maneira contrária ao ideário liberal da aliança política que fora firmada. Após alguns dias na prisão, Leopoldo Petry é liberado.

No caso que abordamos, um documento presente em um acervo pessoal permitiu analisar as articulações e o jogo de forças entre lideranças políticas regionais, como Leopoldo Petry, e seus superiores imediatos, demonstrando a esfera de desconfianças e até insubordinações às ordens advindas do comando partidário. Com isso, uma percepção de homogeneidade em torno dos alinhamentos políticos em torno da figura de Getúlio Vargas no período das eleições presidenciais de 1930 se mostra inconsistente.

O episódio seguinte está relacionado com a fundação e atuação no Rio Grande do Sul de uma entidade nacionalista, chamada Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também conhecida pela sigla SAAT, cuja fundação ocorreu em 1932, no Rio de Janeiro. Ressignificando o pensamento de Alberto Torres, adornada de um caráter mais radical e xenófobo, a SAAT contou com nomes importantes vinculados com a política, imprensa e pensamento social brasileiro, como Oliveira Vianna, Roberto Marinho, Juarez Távora, Plínio Salgado, entre outros. Em 1936, é fundado um núcleo desta entidade no Rio Grande do Sul.

⁹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Fundo Leopoldo Petry – Caixa 01 – Autobiografia escrita por Leopoldo Petry.

O responsável pelo processo de fundação e implantação do núcleo ficou a cargo do advogado Carlos de Souza Moraes. Também integrara o grupo fundador da SAAT no estado sulino a pedagoga Camila Furtado Alves, que após a promulgação do Estado Novo seria delegada de Ensino em uma região de imigração alemã, sendo a sede de sua delegacia regional em São Leopoldo, município que tem sua origem na primeira colônia de imigrantes alemães fundada no Rio Grande do Sul, em 1924.

Ainda são poucas as pesquisas sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em nível de Brasil e, mais ainda, no Rio Grande do Sul. Parte da causa disso está no fato de que a maior parte dos documentos da SAAT foram destruídos em um incêndio ocorrido na sede do Jornal do Comércio, no Rio de Janeiro, onde também se encontrava a sede da sociedade. Os documentos existentes estão localizados em acervos pessoais, como os de Juarez Távora, no Museu Nacional, ou no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Sobre a atuação da entidade em âmbito sul-rio-grandense, algumas pesquisas vem sendo realizadas, baseadas especialmente nos documentos diversos encontrados na coleção Carlos de Souza Moraes, salvaguardada pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo desde 2013. São recortes de jornais, correspondências, relatórios e anotações que nos ajudam a compreender como a SAAT buscou atuar nos rumos políticos, educacionais e identitário do Rio Grande do Sul, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945). Quando abordamos o tema na Nacionalização e das políticas estadonovista, geralmente temos uma compreensão de um ordenamento meramente verticalizado das ações. Contudo, novas fontes possibilitam vislumbrar a presença e atuação de entidades diversas no âmbito e aplicabilidade destas medidas, como é o caso da SAAT.

Para o núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, uma das principais áreas em que deveriam atuar era na educação. Conforme entrevista que concedeu ao jornal *Diário de Notícias* quando da fundação no núcleo estadual da SAAT, Carlos de Souza Moraes afirma que

constitue para todo o “torreano” um grande pesadelo ver-se, na zona colonial do nosso Estado escolas perfeitamente aparelhadas e com apreciável frequência infantil, onde é ministrado o ensino primário e até mesmo complementar, em língua estrangeira. Essas crianças, não raro, crescem e ganham a maioria sem conhecerem mesmo o idioma da terra onde nasceram. O nosso idioma é tão ignorado nessas zonas que, muitas vezes, os filhos de colonos, ao atingirem a maioria, são chamados a servir nas colunas do Exército Nacional, sem ao menos

poderem pronunciar nem uma palavra em português (Diário de Notícias, 27/03/1936, p. 03.).

O núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tinha planos de uma política educacional nacionalizadora em nível estadual. Entre 1937 e 1938, Carlos de Souza Moraes encaminha correspondências¹⁰ endereçadas aos interventores federais Manoel de Cerqueira Daltro Filho e Osvaldo Cordeiro de Farias, assim como ao secretário estadual de Educação José Pereira Coelho de Souza, colocando o núcleo sul-rio-grandense da SAAT a disposição do governo estadual, pois a mesma poderia ser útil no empreendimento da Nacionalização por meio do viés educacional. Não foi possível, até o momento, verificar se foram estabelecidos acordos formais, mas tendo em vista que membros do núcleo ocuparam cargos importantes dentro da estrutura governamental do estado e de alguns municípios, ocorrera no mínimo uma colaboração por parte da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no tocante da nacionalização.

E, por fim, o terceiro caso está relacionado com as disputas pelo poder e o jogo de interesses em torno do Partido Republicano Liberal e, principalmente, no apoio ou oposição às lideranças políticas estadual e federal: o governador Flores da Cunha e o presidente Getúlio Vargas. Para tanto, tomaremos como laboratório o caso envolvendo São Leopoldo e seu prefeito, que exerceu o poder durante dezesseis anos, entre 1928 e 1944: Theodomiro Porto da Fonseca.

Em outubro de 1930, quando foi deflagrado o movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder, Theodomiro Porto da Fonseca organizou uma força armada em São Leopoldo, para apoiar o movimento e, caso necessário, entrar em ação. Dentre os participantes deste batalhão, estavam os filhos de Theodomiro, Remy e Mário, sendo que este último, posteriormente, galgou carreira militar, chegando ao posto de general. Naquele momento, Theodomiro ainda era membro do Partido Republicano Rio-grandense. Nesse interim, um aspecto que merece ser considerado é que, ao que aparenta, o intendente leopoldense contava com a simpatia de autoridades políticas que participaram no movimento de 1930, como o próprio Getúlio Vargas. Isso contribuiu para sua manutenção no poder local.

¹⁰ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Coleção Carlos de Souza Moraes – Caixa 38 – Correspondências encaminhadas ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul entre 1937 e 1938.

Em 1932, é fundado o Partido Republicano Liberal (PRL), através de uma articulação do interventor federal Flores da Cunha e de Oswaldo Aranha, então ministro da Fazenda do governo Vargas. Essa agremiação partidária, que contou com vários dissidentes do PRR e do Partido Libertador, visava dar sustentação política para Getúlio Vargas, assim como para o próprio interventor federal do Rio Grande do Sul. Theodomiro Porto da Fonseca se transfere para o novo partido, logo assumindo a chefia do diretório do PRL em São Leopoldo. Naquele momento, lideranças vinculadas ao PRR e que apoiavam Getúlio, como Maurício Cardoso e João Neves da Fontoura, passam a adotar uma atitude de oposição ao presidente. Deste modo, se justifica a criação de uma nova base partidária para apoio do mesmo. Mantendo-se fiel ao seu posicionamento de apoio ao chefe do executivo federal, Theodomiro deixa o partido ao qual era de longa data filiado para integrar as fileiras do novo partido governista.

A partir de 1935, se inicia um forte e definitivo afastamento entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha. Getúlio já demonstra a intenção de se manter no poder, enquanto Flores da Cunha começa a construir sua imagem como possível sucessor na presidência da República. Ao mesmo tempo, a base de sustentação do já governador sul-rio-grandense começa a se fragilizar, inclusive dentro do próprio PRL, que culminaria com a formação de um bloco dissidente. Enquanto isso, membros do PRR e Partido Libertador acentuam sua proximidade com Getúlio Vargas. Para tentar garantir a governabilidade, Flores da Cunha propõe, em janeiro de 1936, um *modus vivendi*, um acordo de pacificação política entre os três partidos que possuem representantes na Assembleia Legislativa (PRR, PRL e Partido Libertador). Esse acordo é rompido em outubro do mesmo ano. E a erosão política do governo de Flores da Cunha assume contornos irremediáveis.

Nesta conjuntura, ainda em outubro de 1936, a Comissão Central do Partido Republicano Liberal, através de seu secretário, Adolfo Peña, encaminha ofícios aos diretórios municipais, solicitando que as Comissões Executivas locais enviem suas manifestações de solidariedade e apoio político ao governador Flores da Cunha, diante da grave crise política que se alastrara pelo Rio Grande do Sul. Theodomiro Porto da Fonseca, então chefe da Comissão Executiva de São Leopoldo, cumpre essa determinação partidária e encaminha correspondência com préstimos de apoio.¹¹ Contudo, essa declaração de

¹¹ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Fundo Theodomiro Porto da Fonseca – Caixa 02 – Correspondências do Partido Republicano Liberal (PRL).

apoio parece ser resultado muito mais de uma conveniência partidária do momento do que realmente de uma fidelidade e sinceridade política de Theodomiro para com o governador.

Seis meses após o encaminhamento do apoio do diretório leopoldense a Flores da Cunha, uma nota explicativa¹², de uma página inteira, é publicada e distribuída por todo o município de São Leopoldo, em março de 1937. Nesta nota, Theodomiro deixa claro para a comunidade local seu rompimento com o governador sul-rio-grandense e declara sua total lealdade ao presidente Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que enaltece e ressalta as benfeitorias que o governo federal fizera pela cidade, em detrimento ao modo como Flores da Cunha agira para com aquela comuna. O resultado é que logo após esse episódio, Theodomiro é expulso do Partido Republicano Liberal. Ao mesmo tempo, passa a mobilizar a comunidade local para opor-se ao governador estadual e dedicar apoio irrestrito ao mandatário maior do país, Getúlio Vargas. Esse apoio garantiu a Theodomiro manter-se no poder após o golpe de 10 de novembro de 1937, de deflagrou o Estado Novo.

Conforme alertamos anteriormente, os casos que aqui trazemos estão sendo apresentados de forma mais sintetizada. Mas temos consciência e asseveramos que, por meio destes documentos e dos acervos pessoais que os contém, assim como tantos outros que estão espalhados pelas mais diversas instituições – museus, arquivos, bibliotecas, institutos históricos, universidades -, é possível descortinar e complexificar de forma profícua elementos múltiplos da história sul-rio-grandense e nacional, não apenas no campo político, mas em outras conjunturas que compõem o tecido social.

Conclusões

Eu penso, por exemplo, nos arquivos dos cientistas, dos artistas. A leitura destes acervos pessoais remete o historiador ao nível microsocial. Por exemplo, tomemos o caso do diário íntimo, esta «meteorologia interior», segundo a definição dada por Henri-Frédéric Amiel (1821-1881). Sua leitura nos permite ter um acesso privilegiado à sensibilidade de um período, para entender de forma mais aguda como se articula uma vida pessoal com os acontecimentos mais gerais, como um indivíduo reage, antecipa ou encontra um descaminho para escapar de uma realidade difícil. A partir daí, é a compreensão da articulação entre os níveis micro e macro que está em jogo, entre o singular e o geral. Poderíamos dizer a mesma coisa das cartas. É só ver, hoje, o número de publicações relativas às correspondências entre cientistas, poetas. E é justamente este aspecto

¹² Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Fundo Theodomiro Porto da Fonseca – Caixa 02 – Manifestação ao povo leopoldense de apoio ao presidente Getúlio Vargas.

que me permite fazer a transição com a questão da memória coletiva (VIDAL, 2007, p. 4).

O trabalho de pesquisa nos acervos pessoais e em seus documentos exige, por parte dos pesquisadores, a compreensão da complexidade do seu processo de acumulação e organização. É necessário perceber os aspectos objetivos e também subjetivos contidos em seu escopo. Apenas com essa capacidade, é possível não se deixar levar pelo que, aparentemente, está enquadrado e concebido pela própria organização arquivística, por aquilo que o organizador – ou a instituição mantenedora do acervo – quis definir como importante, digno de ser lembrado e evidenciado.

Ao elegermos acervos pessoais de determinados indivíduos, dependendo de sua trajetória, é possível de identificarmos elementos que verticalizem a análise e apreensão histórica sobre determinados fatos, relações, construções sociopolíticas, econômicas, culturais, entre tantas outras. Através destes conjuntos documentais, poderemos ter acesso ao que não adentrou para a narrativa histórica de forma oficial, baseada naquilo que era acessível, como os documentos governamentais, por exemplo. Devemos recordar que, conforme Pollak (1989), os indivíduos acabam por, direta ou indiretamente, interferir no tipo de memória que será perpetuada sobre si e sua trajetória de vida. Marcos considerados fundamentais, relações interpessoais, inserções políticas e sociais, ações beneméritas, trocas intelectuais, enfim, aspectos notadamente positivos são escolhidos pelos sujeitos e, na seleção dos objetos, fotografias e documentos, definem o que deve permanecer e o que deve ser descartado. Desta forma, entrelaçam-se os conceitos de *enquadramentos da memória* e de *memória de si* (FERREIRA, 2004), que abordamos no início deste trabalho. Os sujeitos, em diferentes tempos e espaços, buscam definir que discursos querem que a memória da coletividade perpetuem sobre si, fazendo com que sua construção memorial individualizada possa sobrepor-se sobre as demais. Entretanto, é preciso sempre lembrar que se trata de uma estratégia com limites, pois a memória sempre pode adotar interpretações e narrativas que fogem dos critérios previamente estabelecidos.

No caso dos três agentes sociais elencados neste artigo e seus respectivos acervos, procuramos demonstrar aspectos da vida política sul-rio-grandense que podem ser aprofundados com base na consulta e análise dos documentos neles contidos. Com isso, é plausível afirmar que a possibilidade de renovações e reinterpretções historiográficas

acerca de diferentes momentos, como as décadas de 1930 e 1940 e seus múltiplos desdobramentos, ganha novo impulso. Basta o interesse dos historiadores por estes e outros tantos acervos custodiados por instituições de memória no Rio Grande do Sul e fora do estado, ancorados em um instrumental adequado para a análise crítica destas fontes. E que, sem demérito, exercem, mesmo que involuntariamente, a capacidade de fascinar – mas que seja de forma moderada – quem delas se utiliza.

Referências Documentais

Fundo Leopoldo Petry – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – São Leopoldo/RS – Caixa 01.

Fundo Theodomiro Porto da Fonseca – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – São Leopoldo/RS – Caixa 02.

Coleção Carlos de Souza Moraes – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – São Leopoldo/RS – Caixa 38.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v 11, n. 21, 1998.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*: Lisboa: Difel, 1989.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.

CAMARGO, Ana Maria. Arquivos Pessoais são Arquivos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, a. XLV, n. 2, p .26-39, Julho/Dezembro de 2009.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, Jesús Anaya, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. São Paulo: Artmed, 2001.

CURY, Maria Z. F. Acervos: Gênese de uma crítica. In: MIRANDA, Wander M. *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1995.

DIAS, Carlos G. P. Um olhar sobre o livro 'Nas margens de Natalie Zemon Davis': em busca de uma reflexão a partir do gênero biográfico. *Histórica*, Porto Alegre, n. 5, 2001.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

DOSSE, François. *História em migalhas*. Dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Lisboa: Editorial Teorema, 1999.

FERREIRA, J. P. Tantas memórias – ou um difícil passeio pelos modos de pensar a memória: possibilidades, textos, atores. *Resgate*. Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas. Área de Publicações CMU/Unicamp, n. 13, 2004. p. 65-74.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

GERTZ, René E. *O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a. (Coleção História: 50).

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si*. Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freire In: _____ (Org.). *Escrita de si*. Escrita da História. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARTOG, F. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*. v. 10, n. 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997.

LOPEZ, André P. A. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A Velha História. Teoria, método e historiografia*. Campinas: Papyrus, 1996.

MACKEMMISH, Sue. Evidence of me” In: *The Australian Library Journal*, August. 1996, p. 174-187.

MIGNOT, Ana C. V. *Papéis guardados*. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2003.

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PEREYRA, Carlos et al. *Historia, ¿para qué?* México: Siglo XXI, 1982.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 11, n. 21, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Yver; COUTURE, Carol. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Paulo R. E. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SANTOS, Paulo R. E.; SILVA, Maria C. S. M. (Org.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivos Brasileiros, 2012.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Nomes, laços e interesses: Formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2016.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Imigração, política e intelectualidade: aspetos da trajetória de Leopoldo Petry. *Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas - PPGH/PUCRS*. Porto Alegre, 2016. p.1070-1080. Disponível em: <http://www.ephispucrs.com.br>

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*. Ética e História Oral. São Paulo, (15), abril de 1997.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, 1986.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si*. Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VIDAL, Laurent. *Acervos pessoais e memória coletiva*: alguns elementos de reflexão. FCLAs – CEDAP, Campinas, v. 3, n.1, 2007.

Recebido em 23.01.2018
Aprovado em 08.05.2018